



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 451

Sexta-feira - 19 de Março de 2010

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Biguaçu .....	1
Caçador .....	2
Campo Alegre .....	8
Canoinhas .....	8
Capinzal .....	9
Chapadão do Lageado .....	28
Concórdia .....	29
Coronel Martins .....	30
Eral Velho .....	30
Forquilha .....	30
Fraiburgo .....	31
Garopaba .....	33
Garuva .....	34
Gaspar .....	34
Herval D' Oeste .....	35
Imbituba .....	40
Irineópolis .....	48
Meleiro .....	49
Novo Horizonte .....	51
Paial .....	52
Paulo Lopes .....	60
Pinheiro Preto .....	61
Porto Belo .....	61
Porto União .....	62
Rio do Sul .....	74
São Lourenço do Oeste .....	75
São Pedro de Alcântara .....	76
Schroeder .....	76
Tunápolis .....	83
Vidal Ramos .....	83
Videira .....	83

## Biguaçu

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Publicação de Licitação PP 014 FAMABI

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO  
AVISO DE PP 014/2010-FAMABI

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a confecção de materiais gráficos para a Fundação do Meio Ambiente de Biguaçu. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 06/04/2010 às 16:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 17 de Março de 2010.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### Publicação de Licitação PP 013 FAMABI

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO  
AVISO DE PP 013/2010-FAMABI

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente e consumo para a Fundação de Meio Ambiente de Biguaçu. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 07/04/2010 às 15:30 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 17 de Março de 2010.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Caçador

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei nº 2.691

L E I Nº 2.691, de 18 de março de 2010.

Autoriza a cessão de uso de bens móveis à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, através da 10ª Regional de Polícia Militar 15º Batalhão da Polícia Militar de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder para uso da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 549, Florianópolis, Santa Catarina, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.931.550/0001-51, através da 10ª Regional de Polícia Militar 15º Batalhão da Polícia Militar de Caçador, os bens móveis abaixo especificados, de conformidade com o disposto no Convênio nº 05.728/2009-2, de 24 de abril de 2009:

I – 01 (uma) motocicleta Honda, XRE 300, 0Km, ano/modelo 2009/2010, cor preta, chassi 9C2ND0910AR008964, placa MGT 6017, Código Renavam nº 183968441;

II - 01 (uma) motocicleta Honda, XRE 300, 0Km, ano/modelo 2009/2010, cor preta, chassi 9C2ND0910AR010281, placa MGT 6027, Código Renavam nº 183969235.

Parágrafo único. A presente cessão de uso visa permitir, com exclusividade, que a donatária desenvolva no Município de Caçador suas atribuições institucionais.

Art. 2º As despesas com a manutenção dos bens acima correrão por conta da beneficiária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

### TERMO DE CESSÃO DE USO

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, por seu órgão representativo, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, com sede na Rua Santa Catarina, nº 195, nesta cidade de Caçador, SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 83.074.302/0001-31, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. SAULO SPEROTTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Cidade de Caçador, de ora em diante denominado simplesmente CEDENTE, concede CESSÃO DE USO dos bens móveis abaixo descritos, à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 549, Florianópolis, Santa Catarina, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.931.550/0001-51, através da 10ª Regional de Polícia Militar 15º Batalhão da Polícia Militar de Caçador, de ora em diante denominado simplesmente CESSIONÁRIA, estabelecendo as cláusulas e condições da cessão de uso na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A presente cessão de uso, tem como objeto os bens móveis abaixo descritos:

I – 01 (uma) motocicleta Honda, XRE 300, 0Km, ano/modelo 2009/2010, cor preta, chassi 9C2ND0910AR008964, placa MGT 6017, Código Renavam nº 183968441;

II - 01 (uma) motocicleta Honda, XRE 300, 0Km, ano/modelo 2009/2010, cor preta, chassi 9C2ND0910AR010281, placa MGT 6027, Código Renavam nº 183969235.

CLÁUSULA SEGUNDA – A presente cessão de uso se dá por 05 (cinco) anos, a contar da assinatura do presente termo, podendo a Cedente retomar o objeto desta, a qualquer momento, independente de notificação ou interpelação judicial em havendo descumprimento do pactuado.

CLÁUSULA TERCEIRA – A cessão de uso visa permitir, com exclusividade, que a cessionária desenvolva no Município de Caçador suas atribuições institucionais.

CLÁUSULA QUARTA – A Cessionária se responsabiliza pelos bens móveis objetos desta cessão e por todas as despesas decorrentes de sua utilização.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente termo em quatro vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Caçador, 18 de março de 2010.

CEDENTE

Prefeitura Municipal de Caçador  
SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal

CESSIONÁRIA

Polícia Militar do Estado de SC  
ÁLVARO LUIZ LOPES  
Tem. Cel. PM. Cmt. 15º BPM

TESTEMUNHAS:

### Lei nº 2.692

L E I Nº 2.692, de 18 de março de 2010.

Cria o Conselho Gestor do Telecentro Comunitário do Município de Caçador - SC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Criação do Conselho Gestor do Telecentro Comunitário do Município de Caçador - SC e estabelece normas gerais em conformidade com o dispositivo no Termo de Doação com Encargos, celebrado entre a União Federal por intermédio do Ministério das Comunicações e o Município de Caçador - SC, através do processo nº 53000.051352/2007, homologado pelo Decreto Legislativo nº 102, de 22 de julho de 2008.

Art. 2º O Telecentro Comunitário é um espaço público provido de computadores conectados à Internet em banda larga, onde são realizadas atividades, por meio do uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), com o objetivo de promover a inclusão digital e social das comunidades atendidas.

Art. 3º O Conselho Gestor do Município de Caçador – SC tem a função de acompanhar e observar as atividades realizadas e sugerir melhorias na organização e utilização da unidade.



**CAPÍTULO II****Seção I****Da Finalidade do Conselho Gestor do Telecentro Comunitário**

Art. 4º A finalidade do Conselho Gestor é estabelecer as regras de funcionamento e uso do espaço do Telecentro, apontando os rumos futuros, incentivando o exercício pleno da cidadania e dando ferramenta para que a comunidade se desenvolva social e economicamente.

**Seção II****Das Obrigações do Conselho Gestor do Telecentro Comunitário**

Art. 5º O Conselho Gestor tem por obrigações básicas:

- I - realizar a gestão do Telecentro;
- II - guiar todo o processo de começar o telecentro e, em longo prazo, assegurar seu contínuo funcionamento;
- III - ajudar na gestão e fiscalização do Telecentro;
- IV - organizar o uso do Telecentro pela comunidade;

V - assegurar que todas as atividades oferecidas pelo Telecentro sejam abertas para

qualquer pessoa da comunidade, sem a necessidade de ser sócio ou filiado a partidos políticos, associações, entidades ou organizações de caráter associativo, religioso, de defesa de direitos, etc.;

VI - assegurar que o uso dos equipamentos do Telecentro seja de livre acesso à comunidade, sem nenhuma restrição, desde que garantidos horário e espaço para todas as atividades decididas pelo Conselho Gestor e a manutenção e utilização adequada dos equipamentos;

VII - organizar a distribuição e a recepção de inscrições para as atividades oferecidas pelo Telecentro;

VIII - organizar os cursos, horários e forma de atendimento dos inscritos para este fim;

IX - coibir o desperdício e limitar o número de impressões por usuário;

X - regulamentar o uso do equipamento do Telecentro;

XI - realizar reuniões mensais ordinárias para avaliar o funcionamento do Telecentro, bem como receber sugestões e solicitações dos usuários.

Parágrafo único. Uma das primeiras tarefas do Conselho Gestor é identificar as necessidades de informação e comunicação da comunidade e designar instrutores e monitores que estarão mais envolvidos no começo e na gerência no dia-a-dia do Telecentro.

**Seção III****Dos Princípios e Diretrizes do Telecentro Comunitário**

Art. 6º O Telecentro Comunitário reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e o direito ao acesso ao Programa de Inclusão Digital;
- II - igualdade de direitos no acesso a inclusão digital, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se a equivalência entre as populações urbanas e rurais.

Art. 7º A organização do Telecentro Comunitário tem como base as seguintes diretrizes:

- I - participação da comunidade no acesso a inclusão digital e no controle das atividades em todos os níveis;
- II - desenvolvimento social e econômico da comunidade;
- III - aprimoramento da relação entre o cidadão e o poder público, para a construção da cidadania digital e ativa;
- IV - redução da exclusão social e digital, criando oportunidades aos cidadãos;
- V - capacitação da população e inseri-la na sociedade.

**CAPÍTULO III****Seção I****Da Criação do Conselho Gestor do Telecentro Comunitário**

Art. 8º Fica criado o Conselho Gestor do Telecentro Comunitário do Município de Caçador - SC, como um órgão fiscalizador e com a função de realizar a gestão do Telecentro.

Art. 9º O Conselho Gestor deve reunir membros da comunidade, do poder público, do corpo docente municipal das associações de moradores, enfim, deve reunir os cidadãos em torno da proposta de usar a inclusão digital para promover a inserção social da população.

**Seção II****Da Composição do Conselho Gestor**

Art. 10. O Conselho Gestor do Telecentro Comunitário – doravante denominado pela sigla CGTC, é órgão superior de proposição, fiscalização e controle social do Telecentro.

§ 1º O Conselho Gestor está vinculado diretamente a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Caçador - SC.

§ 2º O Conselho Gestor de Caçador - SC será composto por 05 (cinco) membros efetivos, e respectivos suplentes de acordo com os critérios seguintes:

I - 02 (dois) representantes do governo, um, ligado a Secretaria Municipal da Administração e Fazenda e outro a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, ambos, indicados pelo Prefeito Municipal;

II - 03 (três) representantes da sociedade civil organizada, sendo um representante da Associação de Pais e Professores da escola, um representante da Associação de Moradores do bairro em que se localiza o Telecentro e um representante do corpo docente, escolhidos bianualmente e indicados pelas próprias entidades.

§ 3º A composição da nominativa dos membros efetivos e suplentes do Conselho gestor será oficializada mediante Decreto.

Art. 11. O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos facultada apenas uma recondução, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante, não remunerado.

§ 1º Os membros efetivos do Conselho Gestor serão substituídos em suas funções, por motivos de falta injustificada a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 alternadas, no período de 1 (um) ano.

§ 2º Os membros do Conselho Gestor poderão ainda ser substituídos mediante solicitação com justificativa do dirigente da entidade que o representa.

Art. 12. Eleito o Conselho Gestor, a cada nova gestão municipal, deverão ser indicados novos representantes empossados pelo Prefeito Municipal, ou representante indicado por ele, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**Seção III****Da Estrutura e do Funcionamento do Conselho Gestor**

Art. 13. A diretoria do Conselho Gestor será obrigatoriamente eleita entre os seus membros e nomeada por Decreto Municipal.

Art. 14. O Conselho Gestor terá seu funcionamento regido por um Regimento Interno próprio, o qual obedecerá à seguinte estrutura:

- I - Plenário;
- II - Presidente;
- III - Vice-Presidente;
- IV - Secretária; e
- V - Vice-Secretária.

Art. 15. O Plenário é constituído da totalidade dos membros do

02.09 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
 02.661.0027.2.154 – Programa Força do Empreendedor  
 3.3.90.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas .....R\$ 20.000,00  
**TOTAL .....R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).**



Art. 3º A Associação beneficiária deverá prestar contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

### **Lei nº 2.695**

L E I Nº 2.695, de 18 de março de 2010.

Denomina via pública – RUA PAULO VEIGA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica denominada de RUA PAULO VEIGA, a atual Rua "C", localizada no Loteamento Residencial Dona Edy, Bairro Paraíso.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

### **Lei Complementar nº 164**

LEI COMPLEMENTAR Nº 164, de 18 de março de 2010.

Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 11, de 16 de dezembro de 2000, que autoriza a criação do Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Caçador – FAMPEC, modificada pela Lei Complementar nº 13, de 10 de maio de 2001.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Os arts. 1º, 4º e 5º da Lei Complementar nº 11, de 16 de dezembro de 2000, que autoriza a criação do Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Caçador – FAMPEC, modificada pela Lei Complementar nº 13, de 10 de maio de 2001, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 1º Fica criado o FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - FAMPEC, destinado ao atendimento médico, hospitalar, laboratorial e social dos servidores públicos efetivos da administração direta e indireta do Município de Caçador, regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e pelo Estatuto do Magistério Público Municipal. (NR)

Art. 4º Os servidores e demais participantes, para terem direito aos benefícios, deverão formalizar sua inscrição ao FAMPEC, através de DECLARAÇÃO DE OPÇÃO, mediante documento a ser fornecido pela Secretaria da Administração e Fazenda do Município, da condição de Servidor Efetivo do Município ativo, inativo ou pensionista da administração direta e indireta. (NR)

Art. 5º .....  
§ 1º O servidor afastado nas condições previstas no inciso II deste artigo, poderá continuar usufruindo dos benefícios assistenciais, desde que permaneça contribuindo espontaneamente, em dobro,

com o FAMPEC, de acordo com os vencimentos do respectivo cargo, pelo princípio da isonomia. (NR)

§ 2º Excetuam-se do disposto na alínea "a" do inciso II deste artigo os servidores cedidos entre órgãos da Administração Direta e Indireta do Município. (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

### **Decreto 4.444/10**

DECRETO nº 4.444, de 11 de março de 2010.

Nomeia Comissão Central Organizadora dos Festejos dos 76 anos de emancipação político-administrativa do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem a Comissão Central Organizadora dos Festejos dos 75 anos de emancipação político-administrativa do Município de Caçador, conforme segue:

Presidente:

DARCI RIBEIRO

Vice-Presidente:

MUNIR ELIAS BITTAR

Secretário:

FAHDO THOMÉ NETO

1º Tesoureiro:

GILBERTO NICOLAU HAUDSCH

2º Tesoureiro

ROBERTO VITÓRIA

SUBCOMISSÕES CCO FESTA DO MUNICÍPIO 2010

1. Alimentação da CCO e da Equipe de Apoio: Fahdo Thomé
2. Vigilância Sanitária e Saúde: Loely Bellaver
3. Esporte e Competição: Roberto Hugo Ferraz
4. Coordenação de Palco e Camarim: Nilse Fátima do Nascimento e Carla Vierzbicki
5. Infra Estrutura: Amarildo Tessaro
6. Segurança, Organização e Planejamento de Trânsito: Vinícius Coferi e Flávio krachiski
7. Agricultura: André Canalle e José Carlos Pereira dos Santos
8. Credenciais e Portões e Estacionamento: Associação Duque de Caxias e Tiro de Guerra.
9. Representante da Câmara de Vereadores: Darci Ribeiro
10. Secretaria Municipal do Bem Estar Social: Antônio Carlos Castilho
11. Assessoria Jurídica / Contratos e Licitações: Magnus Caramori e Édina Bressan
12. Coordenação Geral do Parque de Exposições: Arno Valdir Maleski
13. Assessoria de Imprensa, Divulgação e Marketing: Jean Carlo Ribeiro
14. Fiscalização Praça de Alimentação: Fátima Castro Michulin
15. Decoração: Sheilla Maria Soares Marins e Lucianita Furlanetto.
16. Orçamento e Controle: Elizabeth Olsen

Apoio Geral:

Corpo de Bombeiros



Polícia Militar  
Tirro de Guerra  
Guarda Municipal

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal

#### **Decreto 4.448/10**

DECRETO nº 4.448, de 12 de março de 2010.  
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei 2.119/04,

#### **D E C R E T A:**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 590,00m² (quinhentos e noventa metros quadrados), objeto do Registro nº 12.373, do R. I. desta Comarca, localizado na Rua Bernardina Gonçalves de Oliveira Lopes – Bom Sucesso, nesta cidade, de propriedade de Construtora e Consultoria Boulevard Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03.411.984/0001-91, ficando após o desmembramento constituído de dois lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – Lote “1” com 295,00 m² (duzentos e noventa e cinco metros quadrados), confrontando: ao Norte, com Acyr de Mello, medindo 7,80 metros e Agenor Machado medindo 4,70 metros; ao Sul, com a Rua Bernardina Gonçalves de Oliveira Lopes medindo 12,50 metros; a Leste, com o Lote 02, medindo 23,60 metros; e a Oeste, com Francisco Galvão, medindo 23,60 metros;

II – Lote “2” com 295,00 m² (duzentos e noventa e cinco metros quadrados), confrontando: ao Norte, com Acyr de Mello, medindo 12,50 metros; ao Sul, com a Rua Bernardina Gonçalves de Oliveira Lopes, medindo 12,50 metros; a Leste, com Maria José Tessaro, medindo 23,60 metros; e a Oeste, com o Lote 01, medindo 23,60 metros;

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

NEREU BAÚ  
Secretário da Administração e Fazenda.

#### **Decreto 4.450/10**

DECRETO nº 4.450, de 18 de março de 2010.  
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei 2.119/04,

#### **D E C R E T A:**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 575,00m² (quinhentos e setenta e cinco metros quadrados), localizado na Rua Minas Gerais, bairro Santa Catarina, nesta cidade, objeto da Matrícula nº 23.348, do R. I. desta Comarca, de propriedade de Antônio Waldemar Fontana, ficando após o desmembramento constituído de dois terrenos urbanos, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – Área 01, com 279,00m² (duzentos e setenta e nove metros quadrados), confrontando: ao Norte, com Neri da Silva, medindo 15,90 metros; ao Sul, com Valdir José de Castilho, medindo 17,45 metros; a Leste, com a Área 2, medindo 17,20 metros; e a Oeste, com a Rua Minas Gerais, medindo 16,35 metros;

II – Área 02, com 296,00m² (duzentos e noventa e seis metros quadrados), confrontando: ao Norte, com Neri da Silva, medindo 15,90 metros; ao Sul, com Valdir José de Casilho, medindo 17,45 metros; a Leste, com Neide Driessen Baú, Auri Marcel Baú e Arline Baú Carneiro, medindo 18,20 metros; e a Oeste, com a Área 1, medindo 17,20 metros;

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

NEREU BAÚ  
Secretário da Administração e Fazenda.

#### **Portaria 19.395/10**

PORTARIA Nº 19.395, de 22 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 01, de 08/03/1990, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal,

#### **R E S O L V E:**

NOMEAR os cidadãos abaixo relacionados, para exercerem cargos comissionados, do “Grupo ocupacional Comissão”, especificando: nome, cargo, secretaria, referência, carga horária e data da nomeação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec	Ref	C.H.	Data da Nomeação
9900	Marcos Ferrareze Godinho	Secretário Executivo de Assessoria	01	CC5	35	01/02/2010
9867	Gerusa Bassani	Assessora do Secretário de Educação	05	CC4	35	01/02/2010

10063	Itamar Fávoro	Diretor Geral do CAIC	30	CC2	35	01/02/2010
-------	---------------	-----------------------	----	-----	----	------------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

### Portaria 19.378/10

PORTARIA Nº 19.378, de 12 de fevereiro de 2010.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 108 e seguintes, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde dos Servidores públicos Municipais, e apresentarem os respectivos Laudos Médicos, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia 18/02/2010

Servidora: VEROMILDA VISLOSKI PIRAN  
Médicos Peritos: Sidney Roberto Marins, Nelson Dallagnol de Souza e José Roberto Queiroz

Dia 18/03/2010

Servidora: RITA ZANATTA  
Médicos Peritos: Sidney Roberto Marins, Nelson Dallagnol de Souza e Claudio Araldi

Servidora: LEILA ALVES SPEGGIORIN  
Médicos Peritos: Sidney Roberto Marins, Nelson Dallagnol de Souza e Marcos Antonio Henning

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de fevereiro de 2009.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

NEREU BAÚ

Secretário da Administração e Fazenda.

### Edital de Convocação 68/10- Concurso

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 68, de 26 de fevereiro de 2010.

Convoca aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos dos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o estabelecido no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

C O N V O C A:

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 17/11/2006, para TOMAR POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com os Decretos nºs 3.699, de 01/03/2007 e 3.763, de 15/06/2007, que homologaram o resultado final do Concurso, conforme sequência de classificação:

SERVENTE

Terezinha Jesus Cruz Silva

a) Os candidatos convocados para os cargos de Servente e Secretária Escolar deverão apresentar-se junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no dia 18 de janeiro de 2010, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso de Ingresso.

b) Os candidatos convocados para os cargos de Professor de Educação Infantil Creche e Berçário e Pré-Escolar e Ensino Fundamental Anos Iniciais, deverão apresentar-se no dia 20 de janeiro de 2010, na Casa da Cultura, as 15h00 para efetuar a escolha de vagas.

c) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

d) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

e) Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

### Edital Convocação 69/10- Concurso

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 69, de 12 de março de 2010.

Convoca aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos dos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o estabelecido no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

C O N V O C A:

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 17/11/2006, para TOMAR POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com os Decretos nºs 3.699, de 01/03/2007 e 3.763, de 15/06/2007, que homologaram o resultado final do Concurso, conforme sequência de classificação:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Eva de Fátima Krachinski  
Marli Aparecida de Lima  
Rosa Meri Coluzzi

a) Os candidatos convocados para os cargos de Servente e Secretária Escolar deverão apresentar-se junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no dia 18 de janeiro de 2010, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso de Ingresso.

b) Os candidatos convocados para os cargos de Professor de Educação Infantil Creche e Berçário e Pré-Escolar e Ensino Fundamental Anos Iniciais, deverão apresentar-se no dia 20 de janeiro de 2010, na Casa da Cultura, as 15h00 para efetuar a escolha de vagas.

c) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

d) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

e) Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

**Edital Convocação 09/10- ACTS Educação**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09, de 15 de março de 2010.

Convoca aprovados no Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal – Edital nº 01/2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**C O N V O C A :**

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados no Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal – Edital nº 01/2009, para TOMAR POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, conforme sequência de classificação:

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS- 1º a 5º ANO

Rejane Aparecida M. Prado

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS – CIÊNCIAS

Gilmara de Fátima Weingartner

Maria Odete Padilha

Margarete Oneda

Luciana Cobalchini da Silva

Paula Roberta Tessaro

Ademir Jeferson de Lima

a) O candidato deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso de Ingresso.

b) A posse e o exercício, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

---

**CÂMARA DE VEREADORES**

---

**Contrato Administrativo nº 26/2010**

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Fundamento Legal: art. 61, § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 26/2010 referente ao Proc.07/2010 Convite nº 04/2010. Objeto: aquisição de material de expediente para manutenção da Câmara Municipal no exercício de 2010. Contratada: PAPELARIA SANTELMO LTDA –ME/CNPJ nº 83.197.921/0001-13. Valor R\$ 691,00. Prazo 31.12.2010.

**Contrato Administrativo nº 27/2010**

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Fundamento Legal: art. 61, § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 27/2010 referente ao Proc.07/2010 Convite nº 04/2010. Objeto: aquisição de material de expediente para manutenção da Câmara Municipal no exercício de 2010. Con-

tratada: LIVRAIRIA E PAPELARIA CONTESTADO LTDA –ME/CNPJ nº 78.218.799/0001-84. Valor R\$ 1.074,80. Prazo 31.12.2010.

**Contrato Administrativo nº 28/2010**

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Fundamento Legal: art. 61, § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 28/2010 referente ao Proc.07/2010 Convite nº 04/2010. Objeto: aquisição de material de expediente para manutenção da Câmara Municipal no exercício de 2010. Contratada: PAPELARIA PARAISO LTDA /CNPJ nº 02.949.623/0001-30. Valor R\$ 5.882,00. Prazo 31.12.2010.

---

**Campo Alegre**

---

---

**PREFEITURA MUNICIPAL**

---

**Portaria Nº 7.263**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.263 DE 16 DE MARÇO DE 2010

REVOGA A PORTARIA Nº 7.254 DE 02 DE MARÇO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 7.263 – DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS, de 02 de março de 2010, a partir desta.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 16 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPFF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

---

**Canoinhas**

---

---

**PREFEITURA MUNICIPAL**

---

**Edital de Pregão Presencial nº FME 01/2010**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

DE CANOINHAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FME 03/2010

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FME 01/2010

REGISTRO DE PREÇOS

A Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas-SC, CNPJ nº 03.914.543/0001-02, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará





realizar no dia 01/04/2010, às 14:05 horas, a abertura das propostas para registro de preços de quilômetros rodados de ônibus, microônibus e van, destinados ao transporte de atletas do Município. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

RICARDO PEREIRA MARTIN  
Presidente

### **Edital de Concorrência Pública n.º FMS 03/2010**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 11/2010  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º FMS 03/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23 de abril de 2010, às 14:15 horas, a abertura das propostas para contratação de empresa especializada para execução de obra relativa a construção do prédio da Policlínica Municipal, com área total de 1.574,26 m². Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito/Presidente do Fundo

**Capinzal**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 03/2010 - FMHC**

AVISO DE LICITAÇÃO  
Tomada de Preço  
Para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0003/2010

OBJETO: Contratação de empresa para a construção de 08 unidades mistas, Recursos Proprios..  
ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 06/04/2010.  
MENOR PREÇO UNITÁRIO  
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATORIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.  
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.  
TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 19 de março de 2010.  
PAULO RONALDO WAMES  
Presidente da Comissão de Licitações

### **Pregão Presencial 45/2010 - material permanente - Capinzal**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0045/2010

OBJETO: Aquisição de materiais permanentes para uso da Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e do Gabinete do Prefeito e outros setores da Administração Municipal, recursos próprios.  
ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 15:00 horas, para abertura às 15:05 horas do dia 31/03/2010.  
MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 19 de março de 2010.  
PAULO RONALDO WAMES  
Pregoeiro

### **Contrato 0065/2010 PMC**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO 0065/2010  
Convite p/Obras e Serviços de Engenharia 0032/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇOES LTDA  
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para execução de Mão-de-obra para Confecção de bocas de lobo, Realização de concertos de boca de lobo, Reformas de calçadas e passeios públicos, Colocação de meio-fio, Reforma de calçamento, Colocação de tubos de concreto, Distribuição manual de materiais diversos, Confecção de Calçada marcada, Confecção de Calçada c/ lajotas 40x40 em diversas ruas do Município - recursos próprios.  
VALOR R\$: 114.780,00  
VIGÊNCIA: 17/03/2010 A 31/12/2010

### **Contrato 0066/2010 PMC**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO 0066/2010  
Convite p/Obras e Serviços de Engenharia 0033/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
CONTRATADA: ESPAÇO ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA  
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição materiais necessários e prestação de serviços para Reforma do Centro Educacional Celso Farina, para mudança da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Recursos Próprios.  
VALOR R\$: 102.017,71  
VIGÊNCIA: 17/03/2010 A 31/12/2010

### **Contrato 0067/2010 PMC**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO 0067/2010  
Convite p/Compras e Serviços 0034/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
CONTRATADA: MANTOMAC COM. DE PECAS E SERVIÇOS LTDA.  
OBJETO: Aquisição de peças e serviços para recuperação da ESCAFADEIRA HIDRAULICA PC 150 da secretaria de Infraestrutura - Recursos próprios.  
VALOR R\$: 28.964,63  
VIGÊNCIA: 17/03/2010 A 01/04/2010



```

+= [ CPL ] =-----{ 001 }+

```

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

DESPESAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A			Saldo a
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	%	Empenhar
	(d)	(e)	(f) = (d+e)				(g)	(g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	40.988.695,22	0,00	40.988.695,22	4.773.401,97	4.773.401,97	3.625.801,90	3.625.801,90	8,85	37.362.893,32
DESPESAS CORRENTES	28.939.910,00	-107.000,00	28.832.910,00	4.547.697,87	4.547.697,87	3.455.897,80	3.455.897,80	11,99	25.377.012,20

+= [ CPL ] =-----{ 002 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Balanço Orçamentário |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+  
 LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

DESPESAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A			Saldo a
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	%	Empenhar
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(g/f)	(f-g)
Pessoal e Encargos Sociais	14.332.658,18	-20.000,00	14.312.658,18	2.253.064,93	2.253.064,93	2.205.941,20	2.205.941,20	15,41	12.106.716,98
Juros/Encargos da Dívida	180.000,00	0,00	180.000,00	21.060,90	21.060,90	21.060,90	21.060,90	11,70	158.939,10
Outras despesas Correntes	14.427.251,82	-87.000,00	14.340.251,82	2.273.572,04	2.273.572,04	1.228.895,70	1.228.895,70	8,57	13.111.356,12
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>12.023.785,22</b>	<b>107.000,00</b>	<b>12.130.785,22</b>	<b>225.704,10</b>	<b>225.704,10</b>	<b>169.904,10</b>	<b>169.904,10</b>	<b>1,40</b>	<b>11.960.881,12</b>
Investimentos	11.183.785,22	107.000,00	11.290.785,22	73.965,00	73.965,00	18.165,00	18.165,00	0,16	11.272.620,22
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	840.000,00	0,00	840.000,00	151.739,10	151.739,10	151.739,10	151.739,10	18,06	688.260,90
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>25.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)</b>	<b>40.988.695,22</b>	<b>0,00</b>	<b>40.988.695,22</b>	<b>4.773.401,97</b>	<b>4.773.401,97</b>	<b>3.625.801,90</b>	<b>3.625.801,90</b>	<b>8,85</b>	<b>37.362.893,32</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC.</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Refinanciamento da Div. Mobiliár	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)</b>	<b>40.988.695,22</b>	<b>0,00</b>	<b>40.988.695,22</b>	<b>4.773.401,97</b>	<b>4.773.401,97</b>	<b>3.625.801,90</b>	<b>3.625.801,90</b>	<b>8,85</b>	<b>37.362.893,32</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>						<b>1.476.640,60</b>	<b>1.476.640,60</b>		
<b>TOTAL (XIV)=(XII+XIII)</b>	<b>40.988.695,22</b>	<b>0,00</b>	<b>40.988.695,22</b>	<b>4.773.401,97</b>	<b>4.773.401,97</b>	<b>5.102.442,50</b>	<b>5.102.442,50</b>		<b>37.362.893,32</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO	
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%		
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>			

DESPESAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A			Saldo a
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	%	Empenhar
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(g/f)	(f-g)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



**ANEXO II RREO 1º BIM 2010**

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+	
Município de CAPINZAL	
CONSOLIDADO	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO	
+-----+	
LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II	

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A					
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	SALDO	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)				
	<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>40.988.695,22</b>	<b>40.988.695,22</b>	<b>4.773.401,97</b>	<b>4.773.401,97</b>	<b>3.625.801,90</b>	<b>3.625.801,90</b>	<b>100,00</b>	<b>8,85</b>	<b>37.362.893,32</b>	
01	LEGISLATIVA	1.712.200,00	1.712.200,00	99.383,24	99.383,24	99.383,24	99.383,24	2,74	5,80	1.612.816,76	
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.712.200,00	1.712.200,00	99.383,24	99.383,24	99.383,24	99.383,24	2,74	5,80	1.612.816,76	
	<b>Subtotal</b>	<b>1.712.200,00</b>	<b>1.712.200,00</b>	<b>99.383,24</b>	<b>99.383,24</b>	<b>99.383,24</b>	<b>99.383,24</b>	<b>2,74</b>	<b>5,80</b>	<b>1.612.816,76</b>	
04	ADMINISTRAÇÃO	5.023.731,00	4.993.731,00	785.054,34	785.054,34	621.166,62	621.166,62	17,13	12,44	4.372.564,38	
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.023.731,00	4.993.731,00	785.054,34	785.054,34	621.166,62	621.166,62	17,13	12,44	4.372.564,38	
	<b>Subtotal</b>	<b>6.735.931,00</b>	<b>6.705.931,00</b>	<b>884.437,58</b>	<b>884.437,58</b>	<b>720.549,86</b>	<b>720.549,86</b>	<b>19,87</b>	<b>10,74</b>	<b>5.985.381,14</b>	
06	SEGURANÇA PÚBLICA	530.000,00	530.000,00	40.203,10	40.203,10	37.675,20	37.675,20	1,04	7,11	492.324,80	
06.181	POLICIAMENTO	190.000,00	190.000,00	18.779,23	18.779,23	16.251,33	16.251,33	0,45	8,55	173.748,67	
06.182	DEFESA CIVIL	340.000,00	340.000,00	21.423,87	21.423,87	21.423,87	21.423,87	0,59	6,30	318.576,13	
	<b>Subtotal</b>	<b>7.265.931,00</b>	<b>7.235.931,00</b>	<b>924.640,68</b>	<b>924.640,68</b>	<b>758.225,06</b>	<b>758.225,06</b>	<b>20,91</b>	<b>10,48</b>	<b>6.477.705,94</b>	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	679.000,00	679.000,00	34.367,14	34.367,14	32.753,68	32.753,68	0,90	4,82	646.246,32	
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	67.500,00	67.500,00	9.549,01	9.549,01	9.549,01	9.549,01	0,26	14,15	57.950,99	
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	412.500,00	412.500,00	20.207,66	20.207,66	19.608,20	19.608,20	0,54	4,75	392.891,80	
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	199.000,00	199.000,00	4.610,47	4.610,47	3.596,47	3.596,47	0,10	1,81	195.403,53	
	<b>Subtotal</b>	<b>7.944.931,00</b>	<b>7.914.931,00</b>	<b>959.007,82</b>	<b>959.007,82</b>	<b>790.978,74</b>	<b>790.978,74</b>	<b>21,82</b>	<b>9,99</b>	<b>7.123.952,26</b>	
10	SAÚDE	5.579.942,12	5.526.942,12	744.122,93	744.122,93	602.566,34	602.566,34	16,62	10,90	4.924.375,78	
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	4.729.942,12	4.729.942,12	729.349,37	729.349,37	590.560,42	590.560,42	16,29	12,49	4.139.381,70	
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	37.500,00	37.500,00	966,60	966,60	966,60	966,60	0,03	2,58	36.533,40	
10.303	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	375.000,00	375.000,00	661,00	661,00	661,00	661,00	0,02	0,18	374.339,00	
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	100.000,00	100.000,00	630,00	630,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	312.500,00	259.500,00	12.515,96	12.515,96	10.378,32	10.378,32	0,29	4,00	249.121,68	
	<b>Subtotal</b>	<b>13.524.873,12</b>	<b>13.441.873,12</b>	<b>1.703.130,75</b>	<b>1.703.130,75</b>	<b>1.393.545,08</b>	<b>1.393.545,08</b>	<b>38,43</b>	<b>10,37</b>	<b>12.048.328,04</b>	
12	EDUCAÇÃO	7.439.000,00	7.439.000,00	1.061.593,45	1.061.593,45	1.006.487,80	1.006.487,80	27,76	13,53	6.432.512,20	
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	5.969.000,00	5.969.000,00	869.090,31	869.090,31	830.928,49	830.928,49	22,92	13,92	5.138.071,51	
12.362	ENSINO MÉDIO	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00	
12.364	ENSINO SUPERIOR	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.170.000,00	1.170.000,00	178.534,14	178.534,14	170.559,31	170.559,31	4,70	14,58	999.440,69	
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	25.000,00	25.000,00	3.969,00	3.969,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	75.000,00	75.000,00	10.000,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00	0,14	6,67	70.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>20.963.873,12</b>	<b>20.880.873,12</b>	<b>2.764.724,20</b>	<b>2.764.724,20</b>	<b>2.400.032,88</b>	<b>2.400.032,88</b>	<b>66,19</b>	<b>11,49</b>	<b>18.480.840,24</b>	
13	CULTURA	647.000,00	730.000,00	30.125,07	30.125,07	29.719,62	29.719,62	0,82	4,07	700.280,38	
13.391	PATROMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E AR	10.000,00	5.000,00	728,20	728,20	728,20	728,20	0,02	14,56	4.271,80	
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	637.000,00	725.000,00	29.396,87	29.396,87	28.991,42	28.991,42	0,80	4,00	696.008,58	
	<b>Subtotal</b>	<b>21.610.873,12</b>	<b>21.610.873,12</b>	<b>2.794.849,27</b>	<b>2.794.849,27</b>	<b>2.429.752,50</b>	<b>2.429.752,50</b>	<b>67,01</b>	<b>11,24</b>	<b>19.181.120,62</b>	
15	URBANISMO	6.403.057,88	6.403.057,88	578.640,31	578.640,31	535.319,91	535.319,91	14,76	8,36	5.867.737,97	
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	690.000,00	690.000,00	1.005,40	1.005,40	20,40	20,40	0,00	0,00	689.979,60	
15.452	SERVIÇOS URBANOS	4.913.057,88	4.913.057,88	487.779,60	487.779,60	455.149,39	455.149,39	12,55	9,26	4.457.908,49	
15.453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	800.000,00	800.000,00	89.855,31	89.855,31	80.150,12	80.150,12	2,21	10,02	719.849,88	
	<b>Subtotal</b>	<b>28.013.931,00</b>	<b>28.013.931,00</b>	<b>3.373.489,58</b>	<b>3.373.489,58</b>	<b>2.965.072,41</b>	<b>2.965.072,41</b>	<b>81,78</b>	<b>10,58</b>	<b>25.048.858,59</b>	
16	HABITAÇÃO	750.000,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00	
16.482	HABITAÇÃO URBANA	750.000,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>28.763.931,00</b>	<b>28.763.931,00</b>	<b>3.373.489,58</b>	<b>3.373.489,58</b>	<b>2.965.072,41</b>	<b>2.965.072,41</b>	<b>81,78</b>	<b>10,31</b>	<b>25.798.858,59</b>	
17	SANEAMENTO	6.964.253,22	6.964.253,22	769.890,43	769.890,43	192.749,56	192.749,56	5,32	2,77	6.771.503,66	
17.511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00	
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	6.933.253,22	6.933.253,22	769.890,43	769.890,43	192.749,56	192.749,56	5,32	2,78	6.740.503,66	
	<b>Subtotal</b>	<b>35.728.184,22</b>	<b>35.728.184,22</b>	<b>4.143.380,01</b>	<b>4.143.380,01</b>	<b>3.157.821,97</b>	<b>3.157.821,97</b>	<b>87,09</b>	<b>8,84</b>	<b>32.570.362,25</b>	
18	GESTÃO AMBIENTAL	51.800,00	51.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.800,00	



+= [ CPL ] =-----{ 002 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+  
 LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	14.800,00	14.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.800,00
18.543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
18.544	RECURSOS HÍDRICOS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>35.779.984,22</b>	<b>35.779.984,22</b>	<b>4.143.380,01</b>	<b>4.143.380,01</b>	<b>3.157.821,97</b>	<b>3.157.821,97</b>	<b>87,09</b>	<b>8,83</b>	<b>32.622.162,25</b>
20	AGRICULTURA	810.500,00	810.500,00	79.070,07	79.070,07	28.934,50	28.934,50	0,80	3,57	781.565,50
20.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	30.000,00	30.000,00	26.955,00	26.955,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
20.601	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	670.000,00	670.000,00	45.683,96	45.683,96	25.226,39	25.226,39	0,70	3,77	644.773,61
20.602	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	19.500,00	19.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.500,00
20.604	DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	50.000,00	50.000,00	6.431,11	6.431,11	3.708,11	3.708,11	0,10	7,42	46.291,89
20.606	EXTENÇÃO RURAL	41.000,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>36.590.484,22</b>	<b>36.590.484,22</b>	<b>4.222.450,08</b>	<b>4.222.450,08</b>	<b>3.186.756,47</b>	<b>3.186.756,47</b>	<b>87,89</b>	<b>8,71</b>	<b>33.403.727,75</b>
22	INDÚSTRIA	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>36.710.484,22</b>	<b>36.710.484,22</b>	<b>4.222.450,08</b>	<b>4.222.450,08</b>	<b>3.186.756,47</b>	<b>3.186.756,47</b>	<b>87,89</b>	<b>8,68</b>	<b>33.523.727,75</b>
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	159.000,00	159.000,00	43.802,15	43.802,15	29.819,54	29.819,54	0,82	18,75	129.180,46
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL	28.000,00	28.000,00	491,00	491,00	249,00	249,00	0,01	0,89	27.751,00
23.695	TURISMO	131.000,00	131.000,00	43.311,15	43.311,15	29.570,54	29.570,54	0,82	22,57	101.429,46
	<b>Subtotal</b>	<b>36.869.484,22</b>	<b>36.869.484,22</b>	<b>4.266.252,23</b>	<b>4.266.252,23</b>	<b>3.216.576,01</b>	<b>3.216.576,01</b>	<b>88,71</b>	<b>8,72</b>	<b>33.652.908,21</b>
24	COMUNICAÇÕES	19.000,00	19.000,00	3.200,00	3.200,00	1.600,00	1.600,00	0,04	8,42	17.400,00
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	19.000,00	19.000,00	3.200,00	3.200,00	1.600,00	1.600,00	0,04	8,42	17.400,00
	<b>Subtotal</b>	<b>36.888.484,22</b>	<b>36.888.484,22</b>	<b>4.269.452,23</b>	<b>4.269.452,23</b>	<b>3.218.176,01</b>	<b>3.218.176,01</b>	<b>88,76</b>	<b>8,72</b>	<b>33.670.308,21</b>
26	TRANSPORTE	1.625.000,00	1.625.000,00	150.288,82	150.288,82	86.414,07	86.414,07	2,38	5,32	1.538.585,93
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.625.000,00	1.625.000,00	150.288,82	150.288,82	86.414,07	86.414,07	2,38	5,32	1.538.585,93
	<b>Subtotal</b>	<b>38.513.484,22</b>	<b>38.513.484,22</b>	<b>4.419.741,05</b>	<b>4.419.741,05</b>	<b>3.304.590,08</b>	<b>3.304.590,08</b>	<b>91,14</b>	<b>8,58</b>	<b>35.208.894,14</b>
27	DESPORTO E LAZER	475.060,00	475.060,00	41.621,71	41.621,71	38.958,53	38.958,53	1,07	8,20	436.101,47
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	475.060,00	475.060,00	41.621,71	41.621,71	38.958,53	38.958,53	1,07	8,20	436.101,47
	<b>Subtotal</b>	<b>38.988.544,22</b>	<b>38.988.544,22</b>	<b>4.461.362,76</b>	<b>4.461.362,76</b>	<b>3.343.548,61</b>	<b>3.343.548,61</b>	<b>92,22</b>	<b>8,58</b>	<b>35.644.995,61</b>
28	ENCARGOS ESPECIAIS	1.975.151,00	1.975.151,00	312.039,21	312.039,21	282.253,29	282.253,29	7,78	14,29	1.692.897,71
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.975.151,00	1.975.151,00	312.039,21	312.039,21	282.253,29	282.253,29	7,78	14,29	1.692.897,71
	<b>Subtotal</b>	<b>40.963.695,22</b>	<b>40.963.695,22</b>	<b>4.773.401,97</b>	<b>4.773.401,97</b>	<b>3.625.801,90</b>	<b>3.625.801,90</b>	<b>100,00</b>	<b>8,85</b>	<b>37.337.893,32</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>40.988.695,22</b>	<b>40.988.695,22</b>	<b>4.773.401,97</b>	<b>4.773.401,97</b>	<b>3.625.801,90</b>	<b>3.625.801,90</b>	<b>100,00</b>	<b>8,85</b>	<b>37.362.893,32</b>
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL (III) = (I+II)</b>	<b>40.988.695,22</b>	<b>40.988.695,22</b>	<b>4.773.401,97</b>	<b>4.773.401,97</b>	<b>3.625.801,90</b>	<b>3.625.801,90</b>	<b>100,00</b>	<b>8,85</b>	<b>37.362.893,32</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANDELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



**ANEXO III RREO 1º BIM 2010**

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+	
	Município de CAPINZAL CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	MARÇO/2009 A FEVEREIRO/2010
+-----+	

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

## EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

ESPECIFICAÇÃO	03/2009	04/2009	05/2009	06/2009	07/2009	08/2009	09/2009
RECEITAS CORRENTES (I)	2.944.912,98	2.914.835,71	3.894.341,55	3.677.525,73	2.878.100,89	2.791.151,13	3.023.636,38
Receita Tributária	116.104,68	174.755,62	652.763,96	211.286,16	195.575,60	188.496,94	136.773,08
IPTU	0,00	68.717,54	481.457,71	63.463,80	62.647,53	50.127,81	7.560,53
ISS	71.670,73	67.658,63	119.179,31	66.986,48	66.815,84	85.756,10	74.265,56
ITBI	19.294,44	16.381,39	26.171,36	55.385,34	35.039,37	23.746,24	30.179,58
Outras	25.139,51	21.998,06	25.955,58	25.450,54	31.072,86	28.866,79	24.767,41
Receita de Contribuições	42.256,07	41.447,79	46.606,57	0,00	87.969,77	90.531,47	45.073,30
Receita Patrimonial	26.780,64	37.790,13	12.510,44	16.263,90	21.746,29	27.469,36	21.458,87
Receita Agropecuária	2.825,50	2.987,49	5.829,07	4.830,70	5.818,52	7.083,47	5.569,45
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	348.105,62	316.224,81	297.244,07	300.779,60	297.927,91	281.490,52	281.137,72
Transferências Correntes	2.324.724,63	2.267.315,44	2.807.511,89	2.420.833,40	2.170.719,04	2.102.173,26	2.446.691,39
Cota-Parte do FPM	508.635,20	606.809,32	721.225,85	622.318,30	477.502,26	555.492,51	485.746,74
Cota-Parte do ICMS	1.057.535,67	895.230,52	955.172,05	978.734,99	896.960,40	822.001,72	1.145.140,45
Cota-Parte do IPVA	108.163,21	111.658,07	94.346,54	108.092,94	121.402,68	96.279,35	106.494,83
Cota-Parte do ITR	47,60	26,55	30,08	49,43	0,00	65,40	3.046,80
Transf.da LC 87/1996	7.544,77	7.544,77	7.544,77	7.544,77	7.544,77	7.544,77	7.544,77
Transferência do FUNDEB	299.397,90	288.940,38	365.521,46	315.477,11	287.182,38	300.278,10	313.188,51
Outras Transferências	343.400,28	357.105,83	663.671,14	388.615,86	380.126,55	320.511,41	385.529,29
Demais Receitas Correntes	84.115,84	74.314,43	71.875,55	723.531,97	98.343,76	93.906,11	86.932,57
II-DEDUÇÕES	339.701,23	326.435,97	360.953,41	348.190,72	303.221,16	300.858,22	352.773,67
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	339.701,23	326.435,97	360.953,41	348.190,72	303.221,16	300.858,22	352.773,67
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	2.605.211,75	2.588.399,74	3.533.388,14	3.329.335,01	2.574.879,73	2.490.292,91	2.670.862,71

```

+=[ CPL ]=-----{ 002 }+
|
|                               Município de CAPINZAL                               CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária             |
|                               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida             |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social               |
|                               MARÇO/2009 A FEVEREIRO/2010                         |
+-----+
LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

```

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	10/2009	11/2009	12/2009	01/2010	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	3.411.797,31	2.902.765,63	4.068.696,06	2.962.756,73	2.850.949,47	38.321.469,57	45.061.641,27
Receita Tributária	132.711,39	140.808,26	233.726,55	72.259,23	129.221,65	2.384.483,12	2.533.872,68
IPTU	5.424,82	5.653,75	18.498,03	217,03	6,93	763.775,48	893.965,21
ISS	74.244,77	79.623,62	118.779,88	27.216,52	90.321,72	942.519,16	664.537,32
ITBI	12.919,51	17.414,82	36.842,91	13.339,44	9.435,99	296.150,39	164.717,23
Outras	40.122,29	38.116,07	59.605,73	31.486,24	29.457,01	382.038,09	810.652,92
Receita de Contribuições	44.401,86	51.316,43	47.439,34	0,00	53.385,90	550.428,50	563.650,00
Receita Patrimonial	27.306,48	15.486,16	26.209,80	34.325,25	14.170,02	281.517,34	264.481,76
Receita Agropecuária	4.795,36	5.299,05	7.068,21	195,03	257,40	52.559,25	45.287,70
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	589,84
Receita de Serviços	295.548,08	312.148,43	304.233,67	230.373,23	306.255,16	3.571.468,82	3.562.103,12
Transferências Correntes	2.817.563,73	2.308.545,02	3.329.634,01	2.426.635,57	2.268.495,82	29.690.843,20	37.002.479,41
Cota-Parte do FPM	571.637,45	706.238,70	1.086.543,33	582.590,99	711.301,63	7.636.042,28	8.845.347,56
Cota-Parte do ICMS	974.005,93	865.992,32	1.466.600,48	1.117.117,97	943.909,06	12.118.401,56	14.055.985,45
Cota-Parte do IPVA	115.650,70	74.659,06	38.250,79	57.618,52	83.088,72	1.115.705,41	1.150.500,00
Cota-Parte do ITR	8.487,04	0,00	216,47	109,35	583,63	12.662,35	49.994,23
Transf.da LC 87/1996	7.544,77	7.544,77	7.544,77	7.423,44	7.423,44	90.294,58	284.350,82
Transferência do FUNDEB	316.953,64	330.595,00	359.447,99	364.317,84	323.304,82	3.864.605,13	3.760.000,00
Outras Transferências	823.284,20	323.515,17	371.030,18	297.457,46	198.884,52	4.853.131,89	8.856.301,35
Demais Receitas Correntes	89.470,41	69.162,28	120.384,48	198.968,42	79.163,52	1.790.169,34	1.089.176,76
II-DEDUÇÕES	340.264,33	335.098,60	461.301,96	357.549,35	353.714,35	4.180.062,97	4.986.483,68
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.650,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	340.264,33	335.098,60	461.301,96	357.549,35	353.714,35	4.180.062,97	4.972.833,68
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	3.071.532,98	2.567.667,03	3.607.394,10	2.605.207,38	2.497.235,12	34.141.406,60	40.075.157,59

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



**ANEXO V RREO 1º BIM 2010**

+= [ CPL ] =-----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	Bimestre	Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
<b>Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	Bimestre	Até o Bim.	Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
<b>Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------	------	------

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS		Previsão Orçamentária	
Valor			0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
	Anterior (01/2010)	Anterior (2009)	Atual (2010)

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	Bimestre	Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>					
<b>Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	Bimestre	Até o Bim.	Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS</b>					
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor





**ANEXO IX RREO 1º BIM 2010**

-----{ 001 }+  
 +=[ CPL ]=-----  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2010 |  
 +-----

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009				Em 31 de Dez. de 2009				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	19.850,00	0,00	0,00	0,00	19.850,00	2.045.638,11	0,00	785.558,76	1.260.079,35	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN.DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.335,00	0,00	11.735,00	6.600,00	
SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE - CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	318.161,59	263,20	165.215,56	152.682,83	
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)= (I+II)	19.850,00	0,00	0,00	0,00	19.850,00	2.382.134,70	263,20	962.509,32	1.419.362,18	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009				Em 31 de Dez. de 2009				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



**ANEXO XI RREO 1º BIM 2010**

```

+= [ CPL ] =-----{ 001 }+
|
| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	756.000,00	0,00	0,00	756.000,00
Operacoes de Credito	756.000,00	0,00	0,00	756.000,00
Operacoes de Credito Internas	756.000,00	0,00	0,00	756.000,00
Outras Operacoes de Credito Internas	756.000,00	0,00	0,00	756.000,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	12.130.785,22	169.904,10	169.904,10	11.960.881,12
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	12.130.785,22	169.904,10	169.904,10	11.960.881,12
--------------------------------	---------------	------------	------------	---------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-11.374.785,22	-169.904,10	-169.904,10	-11.204.881,12
---------------------	----------------	-------------	-------------	----------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



**ANEXO XIV RREO 1º BIM 2010**

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+	
	Município de CAPINZAL CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
	Orçamento da Seguridade Social
	JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
+-----+	

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada (a)	Realizadas (b)	a Realizar (a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	143.887,63	0,00	143.887,63
Alienacao de Outros Bens Moveis	119.988,86	0,00	119.988,86
Alienacao de Outros Bens Imoveis	23.898,77	0,00	23.898,77
Total	143.887,63	0,00	143.887,63

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada (c)	Liquidadas (d)	a Realizar (c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	128.800,00	730,00	128.070,00
Despesas de Capital	128.800,00	730,00	128.070,00
Investimentos	128.800,00	730,00	128.070,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	128.800,00	730,00	128.070,00

	Exercício Anterior (e)	Do Exercício (f) = (b-d)	Saldo Atual (e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	89.955,53	-730,00	89.225,53

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



**ANEXO I RGF 1º BIM 2010**

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
| Município de CAPINZAL - PODER EXECUTIVO CONSOLIDADO |
| Relatório de Gestão Fiscal |
| Demonstrativo da Despesa Com Pessoal |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| MARÇO/2009 A FEVEREIRO/2010 |
+-----+
LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

```

<b>Despesa com Pessoal</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>Últim.12 Meses</b>
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)		13.672.960,04
Pessoal Ativo		12.677.393,94
Pessoal Inativo e Pensionistas		535.666,73
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1ºda LRF)		459.899,37
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF) (II)		266.312,62
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial		266.312,62
Despesas de Exercícios Anteriores		0,00
Inativos com recursos vinculados		0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6ºdo art.57 da CF)		0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS REGIME PRÓPRIO DE PREV.SOCIAL(III)		0,00
Contribuições Patronais		0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)		508.681,22
Pessoal Ativo		508.681,22
Pessoal Inativo e Pensionistas		0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1ºda LRF)		0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF) (II)		0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		0,00
Inativos com recursos vinculados		0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6ºdo art.57 da CF)		0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS REGIME PRÓPRIO DE PREV.SOCIAL(III)		0,00
Contribuições Patronais		0,00
<b>TOT.DESP.LÍQ.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP (IV) = (I-II+III)</b>		<b>13.915.328,64</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>34.141.406,60</b>
<b>% do TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V)*100</b>		<b>40,76%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>60,00%</b>	<b>20.484.843,96</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>57,00%</b>	<b>19.460.601,76</b>

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



**ANEXO IV RGF 1º BIM 2010**

-----{ 001 }+  
+=[ CPL ]=-  
| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
| Relatório de Gestão Fiscal |  
| Demonstrativo das Operações de Crédito |  
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
| JANEIRO A FEVEREIRO 2010/1º Bimestre |  
+-----

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		Operações Realizadas Até o 1º Bimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		
Internas		0,00
Outras Operacoes de Credito Internas		0,00
Externas		0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)		0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)		0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	34.141.406,60	
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL		0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL		0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%	5.462.625,06	
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%	2.389.898,46	

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



[ www.cplinformatica.com.br ]

**ANEXO V II RGF 1º BIM 2010**

001

CONSOLIDADO

Município de CAPINZAL  
Relatório de Gestão Fiscal  
Demonstrativo dos Limites  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Até o 2º Mes (Fev) de 2010

LRF, art.48 - Anexo VII

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	34.141.406,60	100,00
--------------------------	---------------	--------

<u>Despesas com Pessoal</u>	<u>Valor</u>	<u>% Sobre a RCL</u>
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	13.915.328,64	40,76
Limite Prudencial	19.460.601,76	57,00
Limite Maximo	20.484.843,96	60,00

<u>Dívida</u>	<u>Valor</u>	<u>% Sobre a RCL</u>
Dívida Consolidada Liquida	-3.630.647,82	-10,63
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	40.969.687,92	120,00

<u>Garantias de Valores</u>	<u>Valor</u>	<u>% Sobre a RCL</u>
Total da Garantias	1.443.357,54	4,23
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	7.511.109,45	22,00

<u>Operações de Credito</u>	<u>Valor</u>	<u>% Sobre a RCL</u>
Operações de Creditos Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito Internas e Externas	5.462.625,06	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito por Antec. de Receita	2.389.898,46	7,00

	Suf.Antes da	
	Inscrição em	Inscrição em
Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar
	Não Proces.	Não Proces.
Total dos Restos a Pagar	2.045.638,11	2.391.308,45

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



[ www.cplinformatica.com.br ]

001

**ANEXO XVII RREO 1º BIM 2010**

Município de CAPINZAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	40.988.695,22
Previsão Atualizada da Receita	0,00	40.988.695,22
Receitas Realizadas	5.102.442,50	5.102.442,50
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Déficit Orçamentário	0,00	0,00

Balanco Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	40.988.695,22
Dotação Atualizada	0,00	40.988.695,22
Despesas Empenhadas	4.773.401,97	4.773.401,97
Despesas Liquidadas	3.625.801,90	3.625.801,90
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	4.773.401,97	4.773.401,97
Despesas Liquidadas	3.625.801,90	3.625.801,90

Receita Corrente Liquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	34.141.406,60

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	0,00	-697.863,34	0,0000
Resultado Primario	0,00	1.606.159,25	0,0000

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	2.382.134,70	263,20	962.509,32	1.419.362,18
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00



[ www.cplinformatica.com.br ]

002

## Município de CAPINZAL

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Limites Constitucionais Anuais			
Valor Apurado		%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de<18%/25%>dos Imp.na Manut.e Des.do Ens.-MDE		<25%/18%>	
Min Anual de 60% das Despesas com MDE no Ens.Fundam.		60%	
Min Anual de 60% do FUNDEB na Rem.dos Prof.do Ens.Fund.		60%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	756.000,00
Despesa de Capital Líquida	169.904,10	11.960.881,12

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	0,00	143.887,63
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	730,00	128.070,00

Limites Constitucionais Anuais			
Valor Apurado		%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde			

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



[ www.cplinformatica.com.br ]

001

**ANEXO V RGF 1º BIM 2010**

CONSOLIDADO

Município de CAPINZAL  
Relatório de Gestão Fiscal  
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/1º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

PREFEITURA / FUNDOS			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	4.836.207,96	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	51.881,34
Disponibilidade Financeira	4.836.207,96	Depósitos de Diversas Origens	32.031,34
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	19.850,00
Banco	4.836.207,96	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	4.836.207,96	De Exercícios Anteriores	19.850,00
Contas Vinculas	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Aplicações Financeiras	0,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>4.836.207,96</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>51.881,34</b>
<b>INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>		<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>	
<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)</b>	<b>4.784.326,62</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.836.207,96</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.836.207,96</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)</b>			<b>1.147.600,07</b>
<b>SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)</b>			<b>3.636.726,55</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
Contas Vinculas	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Aplicações Financeiras	0,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>		<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>	
<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)</b>			<b>0,00</b>
<b>SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)</b>			<b>0,00</b>

**DEFICIT** 0,00 **SUPERAVID** 3.636.726,55

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



**ANEXO VI RREO 1º BIM 2010**

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+	
	Município de CAPINZAL CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
	Demonstrativo do Resultado Nominal
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
+-----+	

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

Especificação	Saldo		
	Exercício	Bimestre	Bimestre
	Anterior (A)	Anterior (B)	Atual (C)
Divida Consolidada (I)	1.443.357,54	1.443.357,54	1.291.618,44
DEDUÇÕES (II)	4.270.233,72	4.270.233,72	4.816.357,96
Ativo Disponível	4.290.083,72	4.290.083,72	4.836.207,96
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	-19.850,00	-19.850,00	-19.850,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-2.826.876,18	-2.826.876,18	-3.524.739,52
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-2.826.876,18	-2.826.876,18	-3.524.739,52

Especificação	Período de Referência	
	No Bimestre	Até Bimestre
	(c-b)	(c-a)
RESULTADO NOMINAL	-697.863,34	-697.863,34

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor





**ANEXO VII RREO 1º BIM 2010**

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+	
Município de CAPINZAL	CONSOLIDADO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo do Resultado Primário	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO	

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primárias Correntes (I)	39.859.068,00	5.059.161,15	5.059.161,15	4.478.936,98
Receita Tributária	2.533.872,68	201.480,88	201.480,88	163.558,87
IPTU	893.965,21	223,96	223,96	0,00
ISS	664.537,32	117.538,24	117.538,24	93.682,70
IRRF	243.187,30	51.646,20	51.646,20	34.731,95
ITBI	164.717,23	22.775,43	22.775,43	28.146,40
Outras	567.465,62	9.297,05	9.297,05	6.997,82
Receita de Contribuição	563.650,00	53.385,90	53.385,90	47.917,19
Outras Contribuições	563.650,00	53.385,90	53.385,90	47.917,19
Receita Patrimonial Líquida	34.742,17	5.213,92	5.213,92	6.240,51
Receita Patrimonial	264.481,76	48.495,27	48.495,27	33.822,98
(-) Aplicações Financeiras	229.739,59	43.281,35	43.281,35	27.582,47
Transferências Correntes	32.029.645,73	3.983.867,69	3.983.867,69	3.530.206,31
FPM	7.076.278,05	1.035.114,15	1.035.114,15	1.068.842,13
ICMS	11.244.788,36	1.648.821,80	1.648.821,80	1.409.330,87
Outras Transferências	13.708.579,32	1.299.931,74	1.299.931,74	1.052.033,31
Demais Receitas Correntes	4.697.157,42	815.212,76	815.212,76	731.014,10
Dívida Ativa	327.602,02	196.006,14	196.006,14	153.221,99
Diversas Receitas Correntes	4.369.555,40	619.206,62	619.206,62	577.792,11
Receitas de Capital (II)	899.887,63	0,00	0,00	26.706,90
(-) Operações de Crédito (III)	756.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	143.887,63	0,00	0,00	26.706,90
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primárias de Cap. VI=II-III-IV-V	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	39.859.068,00	5.059.161,15	5.059.161,15	4.478.936,98

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	28.832.910,00	3.455.897,80	3.455.897,80	2.786.659,35
Pessoal e Encargos Sociais	14.299.842,00	2.205.143,20	2.205.143,20	1.804.594,20
Outras Despesas Correntes	14.353.068,00	1.229.693,70	1.229.693,70	957.560,52
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	180.000,00	21.060,90	21.060,90	24.504,63
Desp.Primárias Correntes X=VIII-IX	28.652.910,00	3.434.836,90	3.434.836,90	2.762.154,72
Despesas de Capital (XI)	12.130.785,22	169.904,10	169.904,10	107.313,09
Investimentos	11.290.785,22	18.165,00	18.165,00	14.935,50
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	840.000,00	151.739,10	151.739,10	92.377,59
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	11.290.785,22	18.165,00	18.165,00	14.935,50
Reserva de Conting. (XVI)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	39.968.695,22	3.453.001,90	3.453.001,90	2.777.090,22
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-109.627,22	1.606.159,25	1.606.159,25	1.701.846,76
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			0,00	

Discriminação da Meta Fiscal

Meta de Res. Primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referência

Valor

0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Portaria nº 158/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 158/2010

CONSIDERANDO, o resultado do Processo Seletivo nº. 01/2010, realizado para contratação de pessoal em caráter temporário;

CONSIDERANDO a grande extensão da malha viária do município que necessita de constante manutenção em função do escoamento da produção agrícola e o interesse público no atendimento dos serviços na área de transportes e obras;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Inciso VIII, Art. 2º da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário ADRIANO NAU, para exercer as funções do Cargo de Operador de Equipamentos ACT - 40 horas, da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, pelo período de 18.03.2010 a 17.12.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 17 de março de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato nº 08/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO nº 08/2010 - FMS

Número do contrato: 08/2010

Vigência: 18/03/2010 à 31/12/2010

Processo Licitatório nº 08/2010 – FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Chapadão do Lageado  
Contratado/Credenciado: CARLOS ROBERTO FELIPE

Valor: R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)

Objeto: O presente Contrato objetiva a contratação de um profissional especialista na área de ginecologia e obstetrícia, objetivando a realização de 60 consultas médicas na área de sua especialidade, a serem prestadas na Unidade de Saúde Central do Município e no consultório do profissional contratado.

DATA DA ASSINATURA: 18 de março de 2010.

MARCIO MACIEL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### Extrato de Contrato nº 036/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
EXTRATO DE CONTRATO nº 036/2010 - PM

Número do contrato: 036/2010

Vigência: 90 dias após a assinatura da Ordem de Serviço.

Processo Licitatório nº 027/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado  
Contratado/Credenciado: MK MARMORES E GRANITOS LTDA  
Valor: R\$ 111.089,04 (cento e onze mil e oitenta e nove reais e zero quatro centavos)

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de mão-de-obra e aquisição de materiais para pavimentação parcial (1.920,00 m²) com lajotas hexagonais de concreto e drenagem pluvial da Avenida 29 de novembro, conforme projetos, memorial descritivo, quadro de quantidades e cronograma físico financeiros.  
DATA DA ASSINATURA: 18 de março de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato nº 037/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
EXTRATO DE CONTRATO nº 037/2010 - PM

Número do contrato: 037/2010

Vigência: 19/03/2010 à 19/04/2010.

Processo Licitatório nº 026/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado  
Contratado/Credenciado: SERIÇOS TECNICOS H G DIESEL LTDA EPP

Valor: R\$ 4.390,00 (quatro mil trezentos e noventa reais).

Objeto: O presente tem por objeto aquisição de peças e contratação de mão-de-obra para conserto do veículo Toyota bandeirantes placa LXU 0700, ano 1995, de uso da secretaria de transportes obras e serviços urbanos do Município.

DATA DA ASSINATURA: 19 de março de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato nº 038/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
EXTRATO DE CONTRATO nº 038/2010 - PM

Número do contrato: 038/2010

Vigência: 19/03/2010 à 31/12/2010.

Processo Licitatório nº 028/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: NILTON KLETTENBERG

Valor: R\$ 10.470,00 (dez mil quatrocentos e setenta reais).

Objeto: O presente contrato objetiva contratação de profissional capacitado em procedimentos de inseminação artificial em bovinos para suprir a necessidade das ações da secretaria municipal de agricultura.

DATA DA ASSINATURA: 19 de março de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato nº 039/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
EXTRATO DE CONTRATO nº 039/2010 - PM

Número do contrato: 039/2010

Vigência: 19/03/2010 à 31/12/2010.

Processo Licitatório nº 029/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: TECNO INFORMATICA LTDA - ME



Valor: R\$ 19.111,02 (dezenove mil cento e onze reais e zero dois centavos).

Objeto: O presente contrato de compra e venda tem por objetivo aquisição de computadores novos para atender as necessidades da prefeitura municipal de chapadão do lageado.

DATA DA ASSINATURA: 19 de março de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Portaria 04-2010 Adicional por Merecimento FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE PORTARIA Nº 04/2010, DE 17 DE MARÇO DE 2010.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 401, de 27 de abril de 2005, c/c o disposto no art. 94 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no Decreto nº 3.668, de 26 de setembro de 1995, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada, na forma do art. 97 da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, em exercício na Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, Adicional por Merecimento, correspondente a 7% (sete por cento) do respectivo vencimento, relativo ao período aquisitivo de 1º de outubro de 2006 a 30 de setembro de 2009:

Nº DE ORDEM	CÓDIGO	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	5520	Argeu Albiero	Contador

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.  
EDSON LUÍS GONÇALVES  
Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

#### Dispensa de Licitação 7/2010 – PMC PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2010

O Prefeito Municipal torna público que ratificou o ato da Senhora Rutinéia Rossi, Diretora de Compras, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso II, do Artigo 24, da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações, para aquisição de peças e serviços, em caráter emergencial, para conserto do veículo Kangoo Placa MCS – 2602, PMC 53, a favor da empresa OFICINA ELETRO MECÂNICA BROETTO LTDA, no valor total de R\$ 5.242,00 (cinco mil duzentos e quarenta e dois reais).

Concórdia, SC, 17 de março de 2010.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Termo de Compromisso Nº 052/2010 EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 052/2010

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante FABIANA SAGAS, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 051.554.239-37, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 467,40 (quatrocentos sessenta sete reais com quarenta centavos).

PRAZO: 17.03.2010 a 31.12.2010.

#### Termo de Rescisão do Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromisso Nº 128/2009

TERMO DE RESCISÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 128/2009

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 12 de março de 2010, do primeiro termo aditivo ao termo de compromisso nº 128/2009, de 28 de dezembro de 2009, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representada pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estagiário(a) GRAZIANE DE MELO, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 047.135.299-31.

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2010.

#### PAIF CRAS 1ª Parcela 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – PCONCÓRDIA-FMSPBFI/PAIF/CRAS, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Concórdia SC, 11 de março de 2010.  
MAURO KICHEL  
Secretário de Desenvolvimento Social,  
Cidadania e Habitação.

#### Convênio Idosos - 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – PCONCÓRDIA-FMSPBVII/IDOSOS/E OU CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS E SUAS FAMÍLIAS, o valor de R\$ 1.688,40 (Hum mil seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos) .

Concórdia SC, 15 de março de 2010.  
MAURO KICHEL  
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

## Coronel Martins

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei Municipal Nº. 523

LEI MUNICIPAL Nº. 523, DE 17 DE MARÇO DE 2010.  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO E REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio e repassar recursos financeiros às seguintes entidades:

- I- Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Pedra Branca – ABCD Pedra Branca, inscrita no CNPJ nº 04.695.496/0001-16, no valor anual de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais);
- II- Casa Familiar Rural Inacir José Pieta, inscrita no CNPJ nº 02.115.929/0001-91, no valor anual de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais);
- III- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Ana Claudia de Oliveira Dias, inscrita no CNPJ nº 00.819.830/0001-45, no valor anual de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º Os recursos repassados deverão ser aplicados em despesas voltadas ao interesse público sempre respeitados os princípios do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

§ 2º A qualquer tempo, verificado o desvio de destinação na aplicação dos recursos financeiros, ou a critério do Poder Executivo Municipal, com a aprovação do Poder Legislativo Municipal, poderá ser revogado o convênio.

Art. 2º Os benefícios serão concedidos mediante solicitação formalizada pela entidade, após ato de despacho do Poder Executivo. Parágrafo único – A Entidade beneficiada deve prestar conta da verba recebida, apresentando os documentos, exigidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a liberação das parcelas.

Art. 3º Para suportar a despesa prevista no artigo 1º, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a empenhar dentro da função de governo que melhor se enquadre no orçamento do exercício de 2010.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, em 19 de fevereiro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal.

## Erval Velho

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Extrato de Edital Dispensa 0004/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO  
Processo Licitatório nº 0016/2010  
Edital de Dispensa de Licitação nº 0004/2010

Objeto: Contratação de Empresa para realização de cursos profissionalizantes para o CRAS  
Contratado: Georgeo Almeida – ME – Aprender .Com  
Valor do Contrato: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais )  
Substrato Jurídico: artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

LENITA DADALT FONTANA  
Prefeita Municipal.

## Forquilha

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Extrato de Contrato PMF Nº. 038/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 038/2010.

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO – EFICAZ ASSESSORIA DE MARKETING LTDA  
OBJETO – Contratação de empresa especializada para assessorar e intermediar a divulgação de atos oficiais e campanhas publicitárias, para o município de Forquilha, durante o exercício de 2010.  
VALOR – R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais).  
VIGÊNCIA – 31/12/2010  
FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93 e Carta Convite nº. 023/PMF/2010  
DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (27)  
DATA DA ASSINATURA – 05 de março de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 02/2010

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 02/2010  
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 209/2008

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO – LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. ME.  
DO OBJETO – execução das obras de ciclovias e passeio público compreendendo drenagem, pavimentação e urbanização dos passeios e ciclovias na Rodovia Gabriel Arns, no Bairro Vila Franca, na Cidade de Forquilha/SC.  
DO PRAZO DE EXECUÇÃO – Fica prorrogado de 26/02/2010 para 31/03/2010.  
DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.  
DATA DA ASSINATURA – 23 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal



# Fraiburgo

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto nº 0083/2010

DECRETO Nº 0083 DE 18 DE MARÇO 2010.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2045, de 16 de Março de 2010;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais).

07.00 – Secretaria de Educação Cultura e Esportes		
07.02 - Cultura		
13.392.0014.1.020 – Construção de Centro de Eventos		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	450.000,00
0.1.0200 (107)		
Total	R\$	450.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações.

05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		
16.482.0004.1.009 – Aquisição de Imóveis Urbanos		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	450.000,00
0.1.0200 (26)		
Total	R\$	450.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Fraiburgo, SC, 18 de Março 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto nº 0084/2010

DECRETO Nº 0084 DE 18 DE MARÇO 2010.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2033, de 02 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14.040,80 (Quatorze mil, quarenta reais e oitenta centavos).

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		

10.301.0017.2.038 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.71.00.00 – Transferência à Consórcios Públicos – Recurso 0.1.0400 (41)	R\$	14.040,80
Total	R\$	14.040,80

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações.

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0017.2.038 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.1.71.00.00 – Transferência à Consórcios Públicos – Recurso 0.1.0400 (37)	R\$	14.040,80
Total	R\$	14.040,80

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Fraiburgo, SC, 18 de Março 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 0627/2010

PORTARIA N.º 0627 DE 18 DE MARÇO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora ELAINE WEIRICH, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 029.607.309-17, contratada em caráter temporário para o cargo de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, em 04 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 0628/2010

PORTARIA N.º 0628 DE 18 DE MARÇO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora LIDIANI APARECIDA FANTIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.305.339-71, nomeada para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DIVISÃO JUNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 22 de março de 2010.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria nº 0629/2010**

PORTARIA Nº 0629, DE 18 DE MARÇO DE 2010.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0453/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 28 (vinte e oito) para 32 (trinta e duas) horas semanais a carga horária da servidora ALINE MITTANK, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 048.536.809-93, contratada em caráter temporário para o cargo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITAÇÃO 60, no período de 18 de março de 2010 até 16 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria nº 0630/2010**

PORTARIA Nº 0630, DE 18 DE MARÇO DE 2010.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0454/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 15 (quinze) para 17 (dezessete) horas semanais a carga horária da servidora ROSANE RODRIGUES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 899.849.199-00, contratada em caráter temporário para o cargo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES – HABILITAÇÃO 60, no período de 18 de março de 2010 até 16 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria nº 0631/2010**

PORTARIA Nº 0631, DE 18 DE MARÇO DE 2010.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0455/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 27 (vinte e sete) para 28 (vinte e oito) horas semanais a carga horária da servidora ANA PAULA CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 061.946.419-40, contratada em caráter temporário para o cargo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA INGLESA – HABILITAÇÃO 60, no período de 18 de março de 2010 até 16 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria nº 0632/2010**

PORTARIA Nº 0632, DE 18 DE MARÇO DE 2010.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0456/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 35 (trinta e cinco) para 37 (trinta e sete) horas semanais a carga horária do servidor LUIS HUGO SILVA DE LIMA, brasileiro, casado, inscrita no CPF sob o n.º 014.556.258-17, contratada em caráter temporário para o cargo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITAÇÃO 200, no período de 18 de março de 2010 até 16 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria nº 0633/2010**

PORTARIA N.º 0633 DE 18 DE MARÇO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Comunicação Interna 013, de 17 de março de 2010, da Secretaria de Infra-Estrutura Urbana;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a servidora SUZANE BOGO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 074.826.789-13, nomeada para o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE GESTÃO SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 17 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Republicação Aviso Pregão Presencial Nº 0008/2010A – SF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2010A – SF

REPUBLICAÇÃO

O Município de Fraiburgo (SC), torna público a republicação do edital em epígrafe

cujo objeto é a aquisição de uma motocicleta nova, ano/modelo 2010, de fabricação nacional, zero km, para uso da SANEFRAI. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Credenciamento: A partir das 10:00 horas do dia 05/04/2010. Abertura: No mesmo dia às 10:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 18 de março de 2010.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da SANEFRAI

## Garopaba

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 08/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 08/2010; Processo nº. 17/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Dimas Comercio de Automóveis Ltda.; Objeto: Aquisição de um veículo utilitário de cor branca para transporte de passageiros zero km, de fabricação nacional, ano de fabricação 2010, modelo 2010, movido a diesel, sistema de injeção eletrônica de combustível, motor com no mínimo 115 cv, tração traseira, freio a disco nas quatro rodas com sistema anti travamento (ABS), controle de tração, controle eletrônico de estabilidade (ESP), transmissão de no mínimo 5 marchas a frente e uma a ré, capacidade para no mínimo 13 (treze) passageiros sentados, tanque de combustível com capacidade de no mínimo 80 lts, ar condicionado, direção hidráulica, cinto de segurança de três pontas para todos os passageiros e demais equipamentos obrigatórios exigidos no código de trânsito brasileiro. Veículo deverá ser entregue licenciado e emplacado no município de Garopaba, em nome da Prefeitura Municipal de Garopaba; Valor: 110.000,00; Data da Assinatura: 18/03/2010.

**Aviso Dispensa de Licitação DL 006/2010 PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de

acordo com o inciso I do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por dispensa de licitação:

Processo Nº. 22/2010 PMG; DL Nº. 06/2010 PMG; Contratada: Viva Consultoria Ltda, CNPJ: 07.145.629/0001-79; Objeto: Contratação de empresa especializada na elaboração de projeto arquitetônico para construção da nova sede administrativa do município de Garopaba; Valor: R\$ 14.750,00 (quatorze mil setecentos e cinquenta reais).

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

### Homologação

HOMOLOGAÇÃO DOS RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2010

Considerando a existência de Processo Seletivo pedente, levado a termo pelo Município de Garopaba, por intermédio da Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul (FAEPESUL); Considerando a necessidade de contratação de profissionais de diversas áreas, para manutenção dos serviços e atendimento à população do Município;

Considerando ainda, a prerrogativa estabelecida na Lei Municipal nº. 1000/2005;

Ficam homologados os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 003/2010, conforme segue:

#### CLASSIFICAÇÃO

Auxiliar de Manutenção e Conservação

1 - Antônio Pedro de Souza

2 - Manoel Marques

3 - Osvaldo Souza

4 - João da Silva Neves

5 - Amilton de Araújo

6 - José Carlsen

7 - Nilton Ferreira

8 - Candido Nascimento

9 - Nivaldo José da Silva

10 - Ailton Gonçalves Sebastião

11 - João Vieira Lourenço

12 - Iris Teixeira Gonçalves

13 - Edson Melo Aguiar

14 - Claudio Gonçalves Sebastião

15 - Lindomar Gonçalves Florencio

16 - Cedoni Barbosa da Silva

17 - Marcos Alexandre da Silva

18 - Josiel de Carvalho.

#### Motorista

1 - Edney da Silva Bernardo;

2 - Leandro Nascimento;

3 - Agnaldo Miranda;

4 - Sergio Luiz Gonçalves;

5 - Jardel B. Von Muhlen;

6 - André Alves da Silva;

7 - Leandro Vieira;

8 - Nivaldo Westrup;

9 - Alcides Rodrigues Filho;

10 - Manoel de Abreu;

11 - Abilio Gonçalves Filho;

12 - Adriano de Souza Nunes.

#### Mecânico

1 - José Vieira





Mestre de Obras  
1 - Manoel Constante

Técnico em Manutenção de Redes e Computadores  
1 - Juliano José da Silva

Garopaba, 18 de Março de 2010.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

## Garuva

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Alteração de edital

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

A Prefeitura Municipal de Garuva, comunica que devido as alterações na planilha de preços, a data de apresentação e abertura das propostas referentes ao Processo Licitatório Nº 010/2010 - Pregão Presencial, foi adiada para o dia 05/04/2010 às 14:00 horas.

Garuva, 18 de Março de 2010.  
JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

## Gaspar

### SAMAE

#### Extrato Dispensa de Licitação nº 10/2010 - SAMAE

EXTRATO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO: 10/2010

OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar.

CONTRATADO: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA. EPP  
(07.336.801/0001-71)

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 753.566,22 (setecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e sessenta e seis reais, vinte e dois centavos).

DATA VIGÊNCIA: 15/03/2010.

DATA VENCIMENTO: Os serviços objetos desta dispensa deverão ser executados pelo tempo necessário à conclusão da Concorrência Pública nº. 02/2010, adjudicação e formalização do novo contrato para a coleta e transporte com a empresa vencedora ou até o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, permitidos no Artigo 24, Inciso IV da Lei nº. 8.666/93 e alterações, o que ocorrer primeiro.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº. 8666/93.

Gaspar (SC), em 15 de março de 2010.  
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI  
Diretor Presidente

#### Extrato Aditivo 01 ao Contrato nº 39/2009 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2010

Número do contrato: 39/2009 - Número do Aditivo: 1 (Acréscimo)

Data vigência: 10/03/2010

Data vencimento: 14/03/2010

Número da Licitação: 53/2009 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SAY MULLER SERVIÇOS - CNPJ do contratado: 07.336.801/0001-71

Objeto: Serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, comerciais/industriais com características domiciliares e públicos do município de Gaspar.

Valor acrescido: R\$ 8.895,40 (oito mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos).

Gaspar (SC), em 10 de março de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

# Herval D' Oeste

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei nº 2.772/2010

LEI Nº 2.772/2010.

RECONHECE E APROVA TERMO DE CONVÊNIO Nº 11/2010 DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) E O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL:

Faço saber a todos os habitantes do Município de Herval d'Oeste (SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica reconhecido e aprovado pelo Poder Legislativo Municipal o Termo de Convênio nº 11/2010 de Cooperação Financeira celebrado entre o MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) e o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), cujo objeto é o repasse de recursos financeiros, do Município de Joaçaba (SC) ao Município de Herval d'Oeste (SC), destinados para pagamento de despesas realizadas com a execução de iluminação e manutenção do guarda corpo da passarela Emílio H. Baumgart localizada entre esses dois municípios co-irmãos.

Parágrafo único. Serviços estes compreendendo execução de guarda corpo em tubo galvanizado, colocação de viga "U" unindo os volumes existentes, cantoneiras para reforço de guarda corpo, remoção de guarda corpos danificados.

Art. 2º. O Município de Joaçaba (SC) repassará ao Município de Herval d'Oeste (SC), a importância de até R\$ 38.119,15 (Trinta e oito mil, cento e dezenove reais e quinze centavos), ou o equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos valores a serem pagos com a obra, a qual será licitada e administrada pelo Poder Público de Herval d'Oeste (SC).

Art. 3º. As despesas provenientes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente para o exercício de 2010.

Art. 4º. O prazo de vigência do presente Convênio é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período se do interesse das partes.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 16 de março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito

### Lei nº 2.773/2010.

LEI Nº. 2.773/2010.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º DA LEI Nº. 1.053/1989 QUE "CRIA A COMISSÃO DE TRÂNSITO DE HERVAL D'OESTE" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1o. O artigo 1º da Lei nº. 1.053/1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica criada a Comissão Municipal de Trânsito de Herval d'Oeste (SC), a qual será composta por representantes dos seguintes órgãos governamentais e órgãos não-governamentais:

- a) 01 Representante do Município;
- b) 01 Representante da Câmara Municipal de Vereadores;
- c) 01 Representante da 1ª Companhia da Polícia Militar;
- d) 01 Representante da Polícia Civil;
- e) 01 Representante do Corpo de Bombeiros Militar;
- f) 01 Representante do Departamento de Trânsito do Município de Joaçaba;
- g) 01 Representante do Departamento de Trânsito do Município de Luzerna;
- h) 01 Representante da 7ª GERED – Gerencia Regional de Educação;
- i) 01 Representante dos Sindicatos Municipais;
- j) 01 Representante do Rotary Club de Herval d'Oeste;
- k) 01 Representante da JCI de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna;
- l) 01 Representante da ACIHO – Associação Comercial e Empresarial de Herval d'Oeste;
- m) 01 Representante da CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas de Herval d'Oeste;
- n) 01 Representante da União das Associações de Moradores. (NR)

Art. 2o. Os demais artigos da Lei nº. 1.053/1989 permanecem inalterados.

Art. 3o. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e em especial a Lei nº 1.928/2001.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 16 de março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito

### Decreto nº 2.769/2010.

DECRETO Nº 2.769/2010.

"NOMEIA EQUIPE TÉCNICA PARA CONJUNTAMENTE COM O PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, ATUAR NO PROCESSO LICITATÓRIO QUE ESPECIFICA".

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 54 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, Francine Bulh, Elizangela Schimidt e Igor Bernardes da Silva, para conjuntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, atuarem no Processo Licitatório nº 0027/2010 - Modalidade de Pregão Presencial nº 0006/2010, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de material de enfermagem de uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, para realizarem a análise das amostras de materiais de enfermagem.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 15 de março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito

### Portaria Nº 308/2010

PORTARIA Nº 308/2010



Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR a Servidora GERALDINE R. DOLEJAL BERTÉ (Matr. 2734), conforme preceitua a Lei Nº 11.350/2006, Art. 10, Parágrafo único, a partir de 17 de Março de 2010, a qual exercia as funções do cargo de Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, Nível 1/Classe-A, Anexo I, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 309/2010**

PORTARIA Nº 309/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 401/2009, a qual concedia FUNÇÃO GRATIFICADA – FG-02, de Responsável por Programas Sociais, à Servidora MÁRCIA JUSSARA STEFFANI ZAGONEL (Matr. 97), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Supervisor Escolar, Nível/Referência - 11/B, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

E, Conceder FUNÇÃO GRATIFICADA – FG-02, de Coordenador de Núcleos de Atividades, a partir de 17 de Março de 2010.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 310/2010**

PORTARIA Nº 310/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Alterar a redação das Portarias abaixo relacionadas, da Servidora ELISETTE MARISA PERUZZO (Matr. 1277), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Inspetor Educacional, constante no Anexo III, da LC 189/2005:

Portaria Nº 297/2003, onde se lê: Nível/Referência:6/A, leia-se: 6/B

Portaria Nº 346/2004, onde se lê: Nível/Referência:6/A, leia-se:6/B

Portaria Nº 517/2005, onde se lê: Nível/Referência:6/A, leia-se:6/B

Portaria Nº 400/2006, onde se lê: Nível/Referência:7/A, leia-se:6/B

Portaria Nº 549/2008, onde se lê: Nível/Referência:7/A, leia-se:6/B

Portaria Nº 458/2009, onde se lê: Nível/Referência:7/A, leia-se:6/B

Portaria Nº 605/2009, onde se lê: Nível/Referência:7/A, leia-se:6/B

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 311/2010**

PORTARIA Nº 311/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora ELENARI APARECIDA CASSUL DE MENEZES FIORIN, (Matr. 1012), nascida aos 15/03/1979, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 2/B, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 2/C, anexo III, a partir de 17 de março de 2010, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 04 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 312/2010**

PORTARIA Nº 312/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora ELISETTE MARISA PERUZZO (Matr. 1277), nascida aos 14/03/1969, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Inspetor Educacional, Nível/Referência 6/B, anexo III, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência 6/C, anexo III, a partir de 17 de março de 2010, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 04 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 314/2010**

PORTARIA Nº 314/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR a Servidora REGINA AUGUSTA STEFFANI PARIZE (Matr. 90), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor Nível/Referência 7/E, Anexo III, 40 horas semanais, para responder pela "Presença Escolar Operadora Máster", a partir de 17 de março de 2010.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria N° 315/2010**

PORTARIA N° 315/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 054/2010, a partir de 17 de Março de 2010, a qual cedia a Servidora MARGIANE APARECIDA MARTINS (Matr. 1090), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível/Referência - 7/B, 40 horas semanais.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria N° 316/2010**

PORTARIA N° 316/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Conceder Incorporação de Adicional de Insalubridade, ao Servidor Ademir Tosatti (Matr. 882), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível 1, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe as Leis Complementares N° 006/1994, art. 59 e 61, e N° 197/2006, art. 68, referente ao período aquisitivo compreendido entre Maio de 2002 e Fevereiro de 2008, num percentual de 23,34% sobre o menor vencimento pago pelo município para cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria N° 317/2010**

PORTARIA N° 317/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no

uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Conceder Incorporação de Adicional de Insalubridade, ao Servidor Antonio Bruno Antunes (Matr. 507), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível 1, Referência "F", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe as Leis Complementares N° 006/1994, art. 59 e 61, e N° 197/2006, art. 68, referente ao período aquisitivo compreendido entre Março de 1998 e Setembro de 1998, entre Novembro de 1998 e Março de 1999, entre Abril de 2002 a Fevereiro de 2008, num percentual de 27,67% sobre o menor vencimento pago pelo município para cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria N° 318/2010**

PORTARIA N° 318/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Conceder Incorporação de Adicional de Insalubridade, ao Servidor Antonio Vanderlei Ferreira (Matr. 1759), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível 1, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe as Leis Complementares N° 006/1994, art. 59 e 61, e N° 197/2006, art. 68, referente ao período aquisitivo compreendido entre Maio de 2002 e Fevereiro de 2008, num percentual de 23,34% sobre o menor vencimento pago pelo município para cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria N° 319/2010**

PORTARIA N° 319/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Conceder Incorporação de Adicional de Insalubridade, ao Servidor Fabiana Corbari de Vargas (Matr. 1689), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível 5, Referência "B", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe as Leis Complementares N° 006/1994, art. 59 e 61, e N° 197/2006, art. 68, referente ao período aquisitivo compreendido entre Janeiro de 2004 e Fevereiro de 2008, num percentual de 16,67% sobre o menor vencimento pago pelo município para cargo de provimento efetivo.



Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### **Portaria N° 320/2010**

PORTARIA N° 320/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

#### **RESOLVE:**

Conceder Incorporação de Adicional de Insalubridade, ao Servidor Florentino Cirino dos Santos (Matr. 948), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível 1, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe as Leis Complementares N° 006/1994, art. 59 e 61, e N° 197/2006, art. 68, referente ao período aquisitivo compreendido entre Maio de 2002 e Fevereiro de 2008, num percentual de 23,34% sobre o menor vencimento pago pelo município para cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### **Portaria N° 321/2010**

PORTARIA N° 321/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

#### **RESOLVE:**

Conceder Incorporação de Adicional de Insalubridade, à Servidora Leila Bottega de Col (Matr. 1776), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível 5, Referência "B", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe as Leis Complementares N° 006/1994, art. 59 e 61, e N° 197/2006, art. 68, referente ao período aquisitivo compreendido entre Janeiro de 2004 e Fevereiro de 2008, num percentual de 16,67% sobre o menor vencimento pago pelo município para cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### **Portaria N° 322/2010**

PORTARIA N° 322/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

#### **RESOLVE:**

Conceder Incorporação de Adicional de Insalubridade, à Servidora Ligia Bacaltchuk (Matr. 774), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Bioquímico, Nível 10/1, Referência "C", 20 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe as Leis Complementares N° 006/1994, art. 59 e 61, e N° 197/2006, art. 68, referente ao período aquisitivo compreendido entre Maio de 2002 e Fevereiro de 2008, num percentual de 23,34% sobre o menor vencimento pago pelo município para cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### **Portaria N° 323/2010**

PORTARIA N° 323/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

#### **RESOLVE:**

Conceder Incorporação de Adicional de Insalubridade, ao Servidor Luiz Francisco Ferreira Lira (Matr. 171), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Manutenção de Máquinas e Veículos, Nível 5, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe as Leis Complementares N° 006/1994, art. 59 e 61, e N° 197/2006, art. 68, referente ao período aquisitivo compreendido entre Maio de 2002 e Fevereiro de 2008, num percentual de 23,34% sobre o menor vencimento pago pelo município para cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### **Portaria N° 324/2010**

PORTARIA N° 324/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

#### **RESOLVE:**

Conceder Incorporação de Adicional de Insalubridade, à Servidora Marifátima Casarin (Matr. 958), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível 5, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe as Leis Complementares N° 006/1994, art. 59 e 61, e N° 197/2006, art. 68, referente ao período aquisitivo compreendido entre Maio de 2002 e Fevereiro de 2008, num percentual de 23,34% sobre o menor vencimento pago pelo município para cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 325/2010**

PORTARIA Nº 325/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Conceder Incorporação de Adicional de Insalubridade, ao Servidor Nelson Sutil Varela (Matr. 813), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível 3, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe as Leis Complementares Nº 006/1994, art. 59 e 61, e Nº 197/2006, art. 68, referente ao período aquisitivo compreendido entre Fevereiro de 2005 e Fevereiro de 2008, num percentual de 12,17% sobre o menor vencimento pago pelo município para cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 326/2010**

PORTARIA Nº 326/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Conceder Incorporação de Adicional de Insalubridade, ao Servidor Sérgio Comaretto (Matr. 203), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível 1, Referência "F", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe as Leis Complementares Nº 006/1994, art. 59 e 61, e Nº 197/2006, art. 68, referente ao período aquisitivo compreendido entre Abril de 2003 e Julho de 2006, Setembro de 2006, entre Abril de 2007 e Fevereiro de 2008, num percentual de 16,67% sobre o menor vencimento pago pelo município para cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 327/2010**

PORTARIA Nº 327/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Conceder Incorporação de Adicional de Insalubridade, ao Servidor Vivaldino Schuastz (Matr. 1794), ocupante do Cargo de Provimen-

to Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível 1, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe as Leis Complementares Nº 006/1994, art. 59 e 61, e Nº 197/2006, art. 68, referente ao período aquisitivo compreendido entre Abril de 2005 e Fevereiro de 2008, num percentual de 11,67% sobre o menor vencimento pago pelo município para cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 328/2010**

PORTARIA Nº 328/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Conceder Incorporação de Adicional de Insalubridade, à Servidora Sirlei de Fátima Miguelão (Matr. 729), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível 5, Referência "B", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe as Leis Complementares Nº 006/1994, art. 59 e 61, e Nº 197/2006, art. 68, referente ao período aquisitivo compreendido entre Maio de 2003 e Fevereiro de 2008, num percentual de 19,34% sobre o menor vencimento pago pelo município para cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Março de 2010.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Pregão Presencial nº 0010/2010**

Pregão Presencial nº 010/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0035/2010

Pregão Presencial nº 0010/2010

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos de uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste

Abertura da Sessão do Pregão

Data: 31/03/2010

Hora: 14:00 horas

Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

O edital poderá ser obtido no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), no link licitações, ou junto a Prefeitura Municipal, ao custo de R\$ 11,90 (onze reais e noventa centavos).

Fundamentação legal: Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Herval d'Oeste (SC), 15 de março de 2010.  
ADAIR JOSÉ CERON  
Gestor do FMS

**Aviso de Prorrogação de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2010

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRITA I, BRITA II E DEMAIS AGREGADOS ORIUNDOS DE MINERAÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Em virtude de interesse público, prorroga-se o prazo de abertura da presente licitação para o dia 05/04/2010 às 14:00 horas. Os demais dados permanecem inalterados

Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

O edital poderá ser obtido no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), no link licitações, ou junto a Secretaria de Administração e Finanças, ao custo de R\$ 11,90 (onze reais e noventa centavos).

Fundamentação legal: Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Herval d'Oeste (SC), 17 de março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito

**Imbituba****PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Complementar nº 3.647.2010**

Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010.

Dispõe sobre o Serviço de Táxi no Município de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O serviço de táxi no Município de Imbituba reger-se-á pelas disposições desta Lei e demais atos normativos complementares.

Art. 2º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Bandeirada: ato de acionamento do taxímetro, subdividido em categorias;

II - Bandeira I e Bandeira II: critério de acionamento do taxímetro visando apurar valores de tarifas que se distinguem em razão do horário e dos dias em que o serviço de táxi é prestado;

III - Cadastro de Condutores: registro numérico, sistemático e sequencial, elaborado e mantido pelo Órgão Gestor, contendo informações e dados relativos aos condutores e veículos destinados à prestação do serviço de táxi, bem como em relação ao pessoal de operação;

IV - Cancelamento da Permissão: devolução voluntária da permissão;

V - Cassação da Permissão: devolução compulsória da permissão;

VI - Conductor Permissionário: condutor permissionário, do serviço de táxi, inscrito no Cadastro de Condutores de Táxi do Permitente;

VII - Conductor Auxiliar: condutor ligado ao permissionário por qualquer vínculo de direito;

VIII - Custo de Gerenciamento Operacional (CGO): remuneração do Poder Permitente pela administração do serviço, envolvendo o controle dos cadastros, fiscalização, realização das vistorias programadas, determinação das tarifas, implantação e manutenção

dos pontos de táxi, estudos e melhorias para o serviço e atendimento às solicitações e reclamações da comunidade;

IX - Permissionário pessoa física ou jurídica detentor da permissão.

X – Identificação: documento expedido pelo Órgão Gestor, afixado no interior do veículo sobre o painel, em frente do banco dianteiro, de forma visível ao passageiro, capaz de identificar através de nome e fotografia o permissionário e/ou motorista (condutor do Táxi), assim como o número de telefone para efeito de informações, reclamações ou sugestões;

XI – Inclusão: é a entrada de veículo para o sistema em decorrência do aumento de frota;

XII - Licença de Tráfego: autorização emitida pelo Órgão Gestor permitindo o tráfego do táxi no Município;

XIII - Licença Afastamento: licença para afastamento do veículo do serviço de táxi por tempo determinado;

XIV - Número do veículo: número de identificação expedido pelo Órgão Gestor;

XV - Órgão Gestor: Unidade Administrativa designada por ato do Chefe do Poder Executivo responsável pela gestão do transporte municipal;

XVI – Permissão: ato administrativo pelo qual o Poder Permitente, através do seu Órgão Gestor, delega a terceiros, por intermédio de licitação, a execução do serviço público de táxi, nas condições estabelecidas nesta Lei;

XVII – Poder Permitente: Município de Imbituba;

XVIII - Ponto de Táxi: local designado pelo Órgão Gestor para o estacionamento de veículos destinados ao serviço de táxi;

XIX - Ponto Provisório: aquele criado para atender necessidades ocasionais, cuja existência terá duração limitada, podendo ser utilizado por qualquer veículo autorizado a prestar serviço de táxi no Município;

XX - Registro do Conductor: documento emitido pelo Órgão Gestor que autoriza o condutor a dirigir o veículo;

XXI - Substituição: é a troca de veículos pelo permissionário;

XXII – Tarifa: importância a ser cobrada dos usuários, a título de contraprestação pelo serviço de táxi realizado, sendo o taxímetro definido pelo Órgão Gestor.

XXIII – Taxímetro: aparelho instalado no interior do Táxi permanentemente aferido e lacrado pelo Órgão Gestor, destinado a registrar e demonstrar o valor a ser pago pelo usuário a título de tarifa;

XXIV – Veículo: automóvel ou equivalente inscrito no Cadastro de Táxi do Órgão Gestor;

XXV – Vagas: lugares disponíveis nos Pontos de Táxi, para estacionamento dos veículos prestadores dos serviços de táxi.

Art. 3º O serviço de táxi será administrado pelo Poder Permitente, através do seu Órgão Gestor, com a competência de planejar, controlar, fiscalizar, definir tarifas e delegar prestação de serviços mediante permissão, cabendo-lhe todas as tarefas pertinentes àquela atividade.

**CAPÍTULO II****DAS CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE****Seção I****Dos Veículos e Seus Equipamentos**

Art. 4º O veículo utilizado no serviço de Táxi deverá ser identificado e padronizado conforme regulamentação do Órgão Gestor, constando no mínimo:

I - Identificação do Ponto de Táxi, nos pára-lamas laterais traseiros;

II - Número de seu registro no Cadastro de Condutores na parte traseira esquerda e direita.

III - Número para reclamação ou sugestão do Órgão Gestor na parte traseira direita;

IV – Cor prata.



§ 1º No caso de condutores portadores de deficiência física serão aceitos veículos adaptados, desde que aprovados pelo Órgão de Trânsito competente.

§ 2º Não será permitida a utilização de motocicletas de qualquer espécie para o serviço de táxi.

§ 3º Os veículos utilizados no serviço de Táxi, terão o prazo de 6 (seis) meses para se adaptarem as exigências previstas no inciso I, II e III, e de 48 (quarenta e oito) meses para se adaptarem a exigência prevista no inciso IV.

Art. 5º O veículo destinado à prestação do serviço de táxi, além das características definidas no artigo anterior e das exigências estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro e legislação correlata e complementar, deverá satisfazer, ainda, as seguintes exigências:

I - encontrar-se em bom estado de funcionamento e conservação;  
II - possuir seguro particular para o veículo e passageiros (Acidentes Pessoais de Passageiros - APP Complementar) ou seguro total;  
III — idade máxima de 4 (quatro) anos, contados a partir da emissão do primeiro Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos — CRLV;

IV - estar equipado com:

- a) extintor de incêndio de capacidade proporcional à categoria do veículo e modelo, em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Trânsito;
- b) caixa luminosa com a palavra "TÁXI", sobre o teto, dotada de dispositivo que apague sua luz interna manual ou automaticamente, quando do acionamento do taxímetro.
- c) cintos de segurança em perfeitas condições;
- d) identificação do permissionário e do condutor;
- e) tabela de tarifas em vigor;
- f) adesivo de "proibido fumar" no interior do veículo;
- g) mapa da cidade e índice de ruas;
- h) selo de vistoria.

Parágrafo único. A idade máxima prevista no Inciso III do caput poderá exceder em até 4 (quatro) anos, exclusivamente, para os veículos que se encontrarem prestando o serviço de táxi no município de Imbituba, na data de publicação desta lei.

Art. 6º O Órgão Gestor poderá, a qualquer tempo, determinar a retirada do veículo de circulação, provisória ou definitivamente, quando este não apresentar as condições estabelecidas nesta lei, a critério deste, dependendo do estado do referido veículo.

Parágrafo único. Para a substituição dos veículos será exigido:

- I - devolução da Licença de Tráfego;
- II - retirada dos equipamentos enumerados nas alienas "b", "d", "e", "f", "g" e "h" do item IV do art. 5º desta lei;
- III - certificado de registro e licenciamento do veículo, que comprove a retirada da placa de aluguel;
- IV - certidão de quitação geral de todos os débitos junto a Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 7º O Permissionário deverá, obrigatoriamente, substituir seu veículo até 31 de dezembro do ano em que completar a idade máxima prevista nesta lei, sob pena de cassação da permissão.

## Seção II

### Dos Pontos de Táxi

Art. 8º A localização, o tipo de Ponto e o número de táxis previstos para cada Ponto de Táxi serão fixados pelo Órgão Gestor, observando-se as respectivas áreas de abrangência, os pólos geradores de demanda e a sazonalidade.

Art. 9º O Órgão Gestor afixará placas indicativas dos Pontos, com o número de vagas existentes, ouvido o Sindicato dos Taxistas.

Art. 10. Os Pontos de Táxis poderão, a qualquer tempo, por razões de interesse público ou de conveniência administrativa, ser

extintos ou transferidos de local, bem como ter ampliado ou reduzido o número de suas vagas.

Parágrafo único. Fica autorizado o Poder Permitente a transferir vaga de táxi de um ponto para outro, por razões de interesse público ou de conveniência administrativa, ouvindo o Sindicato dos Taxistas.

## Seção III

### Dos Requisitos para a Outorga da Permissão

Art. 11. Somente será outorgada a Permissão:

I - ao motorista profissional autônomo, devidamente inscrito no Cadastro de Condutores, proprietário do veículo destinado à prestação do serviço de táxi.

II - a pessoa jurídica legalmente constituída sob forma de empresa, com o objetivo específico para a atividade a que se propõe.

Art. 12. A outorga da permissão será realizada através de ato do Órgão Gestor.

§ 1º Não poderá habilitar-se a nova permissão ou registrar-se como condutor auxiliar, sem que apresente a sentença de reabilitação judicial, aquele aos quais já tenha sido imposta a pena da cassação da permissão ou do registro do condutor decorrente de condenação por crime culposos ou doloso.

§ 2º Para habilitar-se a nova permissão ou registrar-se como condutor auxiliar, quando a cassação não for relacionada à infração penal, o permissionário ou condutor deverá aguardar um interstício de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º Não poderá habilitar-se a nova permissão à empresa permissionária que tiver sua permissão cassada.

## Seção IV

### Do Processo Licitatório

Art. 13. Os interessados na exploração do serviço de táxi submeter-se-ão a processo licitatório, a ser elaborado pelo Poder Permitente, após os estudos necessários à sua realização.

Art. 14. A prestação dos serviços de táxi fica condicionada à outorga de permissão para sua exploração e a Licença de Tráfego para o veículo trafegar, que será expedida pelo Órgão Gestor.

§ 1º Nenhum veículo poderá recolher passageiros dentro dos limites do município sem portar a correspondente "Licença de Tráfego", sob pena de apreensão imediata do veículo, acompanhada da correspondente multa.

§ 2º O permissionário terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do ato de outorga da Permissão para a apresentação do veículo nas condições previstas no art. 5º desta Lei, de modo que possa lhe ser conferida a correspondente "Licença de Tráfego".

§ 3º A falta de apresentação do veículo no prazo previsto no parágrafo anterior, ou a apresentação do mesmo fora das exigências desta Lei, importará na revogação de pleno direito da permissão, independentemente de notificação de qualquer natureza.

§ 4º O permissionário deverá, obrigatoriamente, licenciar o veículo utilizado no serviço de Táxi no Município.

§ 5º A permissão de que trata o "caput" deste artigo será outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável uma única vez por igual período, desde que cumpridas as exigências desta Lei e suas obrigações junto ao Órgão Gestor.

## Seção V

### Da outorga de Permissão e Licença de Tráfego

Art. 15. Atendidas as condições e exigências dos artigos antecedentes, o Órgão Gestor fornecerá a competente Licença de Tráfego, atestando encontrar-se o veículo em condições para prestar o serviço de táxi.

§ 1º A Licença de Tráfego será renovada anualmente, precedida de vistoria pelo Órgão Gestor, sem prejuízo das vistorias realiza-

das pela repartição de trânsito competente.

§ 2º Independentemente da vistoria anual, o Órgão Gestor, extraordinariamente, quando julgar necessário, poderá realizar nova vistoria, convocando o permissionário a levar o veículo em local pré-determinado.

Art. 16. Todo veículo utilizado no serviço de táxi deverá trafegar com a Licença de Tráfego expedida pelo Órgão Gestor, que conterá no mínimo:

- I - Nome do permissionário;
- II - Identificação do veículo;
- III - Categoria para a qual está autorizado;
- IV - Prazo de validade;
- V - Nome do motorista condutor, acompanhado da respectiva fotografia.

Art. 17. O processo de licitação, visando à outorga das permissões, obedecerá aos princípios prescritos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

#### Seção VI

##### Do Cadastro de Condutores

Art. 18. O vencedor da licitação terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação, para requerer sua inscrição no Cadastro de Condutores.

Art. 19. Ao requerer a inscrição no Cadastro de Condutores, o motorista profissional deverá instruir o pedido com os seguintes documentos:

- I - Carteira Nacional de Habilitação "B", "C" ou "D";
- II - Carta de apresentação de permissionário, para Condutor Auxiliar;
- III - Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC;
- IV - Certidão negativa do registro de distribuição criminal, onde não conste que o solicitante tenha sido condenado;
- V - Atestado fornecido por médico do trabalho que comprove estar o requerente em boas condições físicas e mentais;

Art. 20. O Cadastro de Condutor será constituído pelas seguintes categorias:

- I - Condutor Permissionário;
- II - Condutor Auxiliar.

§ 1º O vencedor do processo licitatório será denominado Condutor Permissionário e será identificado no ato de outorga da permissão.

§ 2º O Condutor Auxiliar será aquele indicado pelo Condutor Permissionário para prestar os serviços relativos à permissão.

§ 3º Para inscrição no Cadastro de Condutores, o Condutor Permissionário e Auxiliar deverão atender aos requisitos previstos no art. 19 desta Lei.

§ 4º O Condutor Auxiliar não poderá estar vinculado a mais de um Permissionário.

§ 5º O Condutor Permissionário poderá ter somente Condutores Auxiliares devidamente registrados no Órgão Gestor

Art. 21. O Órgão Gestor fornecerá aos inscritos no Cadastro de Condutores identificação própria, habilitando-os à prestação do serviço de táxi, com validade máxima de 2 (dois) anos, podendo ser renovada, a requerimento do condutor, 90 (noventa) dias antes de vencer o prazo

#### CAPÍTULO III DAS TARIFAS

Art. 22. A tarifa cobrada do usuário pela prestação do serviço de táxi será fixada pelo Conselho Municipal de Trânsito e Transportes e homologada por Decreto do Poder Executivo Municipal, prece-dida de planilha de custos elaborada pelo Órgão Gestor, ouvido o

Sindicato dos Taxistas.

Parágrafo único. O Órgão Gestor regulamentará através de norma complementar os seguintes aspectos das tarifas:

- a) metodologia de cálculo das tarifas;
- b) planilha de coeficientes para atualização tarifária;
- c) critérios de cobrança dos valores relativos às tarifas;
- d) periodicidade dos reajustes tarifários.

Art. 23. Os valores das tarifas serão fixados por categoria, incluindo:

- I - custo do quilômetro rodado;
- II - custo da hora parada, à disposição do usuário.

§ 1º O transporte de cão-guia e animais de pequeno porte será permitido, sendo vedado o pagamento de qualquer valor adicional pelo transporte do animal.

§ 2º O Permissionário será obrigado a levar a bagagem do passageiro até o limite da capacidade do veículo, sem o pagamento de qualquer valor adicional.

§ 3º Não será cobrada tarifa adicional pelos equipamentos de locomoção dos portadores de deficiência.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 24. Sem prejuízo das obrigações e responsabilidades prescritas nesta Lei, obriga-se, ainda, o Permissionário a:

- I - manter as características fixadas para o veículo;
- II - dar a adequada manutenção ao veículo e seus equipamentos;
- III - apresentar, periodicamente, sempre que for exigido, o veículo para vistoria;
- IV - fazer com que o veículo se apresente sempre com o conjunto de equipamentos e de documentos exigidos;
- V - apresentar o veículo em perfeitas condições de conforto, segurança e higiene;
- VI - fornecer, sempre que solicitado pelo Órgão Gestor, as informações que se destinem ao atendimento de fins estatísticos, de controle e de fiscalização;
- VII - estabelecer, em conjunto com os demais permissionários, escala de serviço de forma a manter atendimento normal e ininterrupto, inclusive nos períodos noturnos e aos sábados, domingos e feriados, com no mínimo 50% (cinquenta por cento) da frota;
- VIII - não ceder ou transferir, seja a que título for, a permissão outorgada ou a "Licença de Tráfego" do veículo, exceto nos casos previstos em lei ou casos excepcionais mediante autorização expressa do Órgão Gestor, ouvido o Sindicato dos Taxistas;
- IX - confiar a direção do veículo apenas a quem, como seu preposto, na qualidade de Condutor Auxiliar, esteja regularmente inscrito no Cadastro de Condutores;
- X - não impedir o transporte de cão-guia.
- XI - controlar e fazer com que prepostos cumpram rigorosamente as disposições da presente Lei;
- XII - não paralisar, suspender ou prejudicar a prestação regular do serviço de táxi;
- XIII - manter, na parte interna do veículo, em local de fácil acesso visual, bem como na sua parte externa, em local a ser designado pelo Órgão Gestor, o número de sua inscrição no Cadastro de Condutores;
- XIV - cumprir rigorosamente as determinações estabelecidas pelo Órgão Gestor, com vistas ao cumprimento do previsto nesta lei e legislação complementar;
- XV - entregar documento para cadastramento ou renovação de frota;
- XVI - fornecer troco ao passageiro;
- XVII - não agredir verbalmente ou fisicamente o passageiro;
- XVIII - não portar armas no interior do veículo;
- XIX - entregar ao Órgão Gestor, no prazo de 2 (dois) dias úteis, qualquer objeto esquecido no veículo, mediante recibo.

Art. 25. São, ainda, obrigações dos Condutores Permissionários e

**Condutores Auxiliares:**

I - tratar com urbanidade e respeito o usuário do serviço de táxi, os demais Permissionários e condutores, bem como os agentes do serviço de fiscalização;

II - manter-se com decoro moral e ético;

III - aguardar o usuário somente dentro dos limites do Ponto de Táxi ou em áreas de estacionamento permitido, respeitada a regulamentação existente;

IV - atender de imediato as determinações dos agentes fiscalizadores, no exercício regular de suas funções;

V - efetuar o transporte de usuários em número compatível com a capacidade de passageiros prevista para o veículo;

VI - respeitar a sequência dos veículos parados no Ponto de Táxi, salvo a vontade pessoal do passageiro de livre escolha;

VII - cobrar do usuário o valor efetivamente devido pelo serviço, de acordo com o valor aferido no taxímetro, exceto quando houver expressa autorização do Órgão Gestor;

VIII - não ingerir bebida alcoólica em serviço ou quando estiver próximo do momento de iniciá-lo;

IX - não colocar no veículo, acessórios, inscrições, decalques, letreiros, publicidade ou informações não autorizadas;

X - não dirigir o veículo movido a combustível não autorizado;

XI - permitir e facilitar a realização de estudos e fiscalização pelo Órgão Gestor;

XII - não permitir que o veículo circule com vida útil vencida;

XIII - renovar anualmente a Licença de Tráfego para operação do serviço; e

XIV - levar a bagagem do passageiro até o limite da capacidade do veículo, sem o pagamento de qualquer valor adicional.

Art. 26. São proibições aos condutores, além das previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB e legislação pertinente:

I - fumar quando estiver conduzindo passageiros;

II - abandonar o veículo quando estiver parado no ponto, ressalvado casos específicos no final do ponto para realização de refeições fora do veículo;

III - abastecer o veículo quando o mesmo estiver conduzindo passageiros;

IV - recusar atendimento ao usuário em preferência a outros, salvo no caso de gestantes, doentes, portadores de deficiência e idosos;

V - recusar o transporte, salvo nos casos de passageiros embriagados que possam causar danos ao veículo e/ou motorista;

VI - dirigir em situações que ofereçam riscos à segurança de passageiros ou terceiros;

VII - angariar passageiros usando meios e artifícios de concorrência desleal ou predatória;

VIII - desacatar a fiscalização;

IX - seguir itinerário mais extenso ou desnecessário, salvo com autorização do usuário;

X - fazer refeição no veículo quando este estiver no ponto de parada;

XI - dormir no interior do veículo quando estiver no ponto de parada;

XII - exercer a atividade enquanto estiver cumprindo pena, se for condenado por crime culposo ou doloso; e

XIII - exigir o pagamento de qualquer valor adicional para levar a bagagem do passageiro até o limite da capacidade do veículo.

**CAPÍTULO V  
DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 27. A fiscalização dos serviços de que trata esta Lei será exercida por Agentes Fiscais do Órgão Gestor, devidamente credenciados, e com a colaboração do Sindicato dos Taxistas.

Art. 28. Ao Agente Fiscal compete:

I - orientar o pessoal da operadora quanto ao procedimento adequado nos serviços de que trata esta lei;

II - advertir;

III - autuar;

IV - determinar reparo, limpeza e substituição de veículo;

V - efetuar a retenção e apreensão de veículo, sendo esta última procedida com o auxílio da autoridade de trânsito, quando necessário;

VI - determinar a substituição de Conductor Permissionário ou Conductor Auxiliar que se apresentar para a prestação dos serviços nas seguintes situações:

a) em visível estado de embriaguez;

b) em visível desequilíbrio emocional;

c) sob efeito de qualquer substância tóxica;

d) portando arma de qualquer espécie;

e) com enfermidade que possa colocar em risco a segurança do transporte.

VII - apreender contra recibo qualquer documento relativo ao serviço;

VIII - solicitar o auxílio policial, quando necessário;

IX - outras atividades relacionadas como bom andamento dos serviços.

§ 1º A fiscalização dos serviços não excluirá a ação da Polícia Rodoviária e da Autoridade de Trânsito, em suas respectivas áreas de competência.

§ 2º Quando da aplicação das penalidades previstas nos incisos II, III, IV e V deste artigo, o Sindicato dos Taxistas será comunicado do ocorrido.

**CAPÍTULO VI  
DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E RECURSOS.****Seção I  
Da Apuração da Infração**

Art. 29. O poder de polícia administrativa será exercido pelo Órgão Gestor, que terá competência para a apuração das infrações e a aplicabilidade das penas.

Art. 30. Constitui infração, a ação ou omissão, que importe na inobservância, por parte dos permissionários ou condutores, das normas prescritas nesta lei e demais normas e instruções complementares.

Art. 31. Dependendo de sua natureza ou tipicidade, as infrações poderão ser constatadas pela fiscalização "in loco" ou mediante comprovação idônea por parte do interessado.

Art. 32. Constatada a infração, será lavrado de ofício o Auto de Infração, entregue pessoalmente ou via postal mediante recibo ou aviso de recebimento (AR).

§ 1º No caso de entrega via postal, se o endereço não estiver atualizado, será considerado, para efeito de recebimento, a data constante no AR da visita ao domicílio.

§ 2º A negativa do infrator em dar recibo será atestada pelo agente de fiscalização, considerando-se desta forma autuado.

Art. 33. O Auto de Infração conterá obrigatoriamente:

I - nome do permissionário ou empresa permissionária;

II - número da permissão;

III - dispositivo infringido;

IV - data da autuação;

V - identificação do agente fiscal.

Parágrafo único. Quando a infração for efetuada "in loco" o Auto de Infração conterá ainda:

I - Obrigatoriamente, o local, dia e hora em que se constatar a infração e a identificação do agente fiscal;

II - Preferencialmente, o nome do condutor.

Art. 34. O permissionário ou a empresa permissionária serão responsáveis pelo pagamento das multas aplicadas aos condutores

auxiliares a eles vinculados.

## Seção II Das Penalidades

Art. 35. Pela inobservância das disposições desta lei, das demais normas e instruções complementares, o permissionário ou a empresa permissionária infrator fica sujeito às seguintes cominações:

I - advertência escrita, que será aplicada à primeira ocorrência das infrações previstas nos códigos:

- a) do Grupo A;
- b) B/05, B/06, B/07 e B/08 do Grupo B;
- c) C/05, C/07, C/11 e C/13 do Grupo C;
- d) D/04 e D/09 do Grupo D.

II - Multa, que será aplicada:

- a) à primeira reincidência das infrações previstas nos códigos: 1. do Grupo A, no período de 1 (um) ano;
- 2. B/05, B/06, B/07 e B/08 do Grupo B, no período de 1 (um) ano, e demais infrações ocorridas pela primeira vez dos demais incisos do referido Grupo;
- 3. C/05, C/07, C/11 e C/13 do Grupo C, no período de 1 (um) ano, e demais infrações ocorridas pela primeira vez dos demais incisos do referido Grupo;
- 4. D/04 e D/09 do Grupo D do art. 58, no período de 1 (um) ano, e demais infrações ocorridas pela primeira vez dos demais incisos do referido grupo;
- 5. na primeira ocorrência das infrações previstas nos incisos do Grupo E do art. 58.

III - Suspensão temporária do exercício da atividade de Condutor por 90 (noventa) dias, que será aplicada nos seguintes casos:

- a) na terceira reincidência específica de infrações classificadas nos Grupos A, B, C e D, no período de 1 (um) ano;
- b) na primeira reincidência de ocorrência de infrações previstas no inciso do Grupo E, no período de 1 (um) ano.

IV - Cassação do registro de Condutor Auxiliar, que será aplicada na terceira reincidência específica de infrações classificadas no Grupo E, no período de 1 (um) ano, ou quando a pontuação prevista no art. 36 ultrapassar o limite de 30 (trinta) pontos, no mesmo período.

V - Cassação do registro de Condutor Permissionário, que será aplicada na terceira reincidência específica de infrações classificadas no Grupo E, no período de 1 (um) ano, ou quando a pontuação prevista no art. 36 ultrapassar o limite de 45 (quarenta e cinco) pontos, no mesmo período.

VI - Cassação da permissão que será aplicada na terceira reincidência específica de infrações classificadas no Grupo E, no período de 1 (um) ano.

VII - Revogação da permissão, que será aplicada em decorrência do descumprimento do ato de outorga da Permissão, através de processo administrativo disciplinar cuja abertura será de exclusiva competência do titular do Órgão Gestor, excetuando-se os casos em que tenha sido excedido o número limite de pontos por infração, caso em que a cassação será automática.

§ 1º Quando não ocorrer o cumprimento pelo infrator das determinações do Órgão Gestor relativas à cassação da permissão, ocorrerá a apreensão do veículo.

§ 2º O processo administrativo observará, no que couber, Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009, que Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública no Município de Imbituba.

Art. 36. A cada advertência ou multa aplicada corresponderá um número de pontos que será anotado em prontuário, conforme o seguinte critério:

- I - Advertência: 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto;
- II - Grupo A: 0,5 (zero vírgula cinco) ponto;
- III - Grupo B: 1 (um) ponto;
- IV - Grupo C: 2 (dois) pontos;
- V - Grupo D: 3 (três) pontos;

VI - Grupo E: 4 (quatro) pontos.

§ 1º Quando a infração for cometida por Condutor Auxiliar, serão anotados no prontuário deste a infração e o número de pontos correspondente, sendo que no prontuário do permissionário a que este estiver vinculado será anotada uma advertência, na reincidência será anotada o equivalente à metade dos pontos.

§ 2º Como exceção ao § 1º deste artigo, a primeira infração cometida pelo Condutor Auxiliar somente será anotada no prontuário do infrator.

Art. 37. As multas serão calculadas tomando-se como base o valor da UFM (Unidade Fiscal Municipal), ou unidade equivalente, vigente à época do lançamento.

§ 1º Quando houver reincidência de uma infração específica no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da última infração cometida, o valor da multa será multiplicada pelo número de reincidência mais 1 (um).

§ 2º Nos casos previstos no art. 36, inciso I, o número de reincidências para efeito do previsto no § 1º deste artigo será contado a partir da segunda reincidência.

§ 3º As multas serão cumulativas quando mais de uma infração for cometida simultaneamente.

Art. 38. A suspensão poderá ser transformada em multa nos casos de transferência de permissão sem autorização do Poder Permissente, cancelamento de permissão ou baixa de registro de Condutor Auxiliar, sendo seus valores fixados nas seguintes proporções:

- I - Grupo A: 10 (dez) UFM's;
- II - Grupo B: 20 (vinte) UFM's;
- III - Grupo C: 30 (trinta) UFM's;
- IV - Grupo D: 40 (quarenta) UFM's;
- V - Grupo E: 50 (cinquenta) UFM's.

Art. 39. As penalidades previstas no art. 36 serão aplicadas preferencialmente de forma gradativa, admitida a cumulação de qualquer delas com a de multa.

§ 1º O documento que formalizar a penalidade descrita no item I do art. 36 conterá a determinação das providências a serem tomadas para o saneamento da irregularidade que lhe deu origem.

§ 2º O valor das multas aplicadas em decorrência da infração à presente lei, deverá ser recolhido aos cofres municipais através de competente documento de arrecadação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da sua imposição.

§ 3º O valor das multas previstas no parágrafo anterior será fixado em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Órgão Gestor e nas seguintes proporções:

- I - Grupo A: Multa de 60 (sessenta) UFM's;
- II - Grupo B: Multa de 100 (cem) UFM's;
- III - Grupo C: Multa de 160 (cento e sessenta) UFM's;
- IV - Grupo D: Multa de 240 (duzentos e quarenta) UFM's;
- V - Grupo E: Multa de 1000 (mil) UFM's.

§ 4º Compete ao agente fiscal de transporte do Órgão Gestor a aplicação das penalidades descritas nos itens I a III do art. 36.

§ 5º A aplicação das penalidades previstas nos itens IV a VI do art. 36 será de exclusiva competência do titular do Órgão Gestor.

Art. 40. As decisões tomadas pelo Órgão Gestor, que resultarem na aplicação de penalidades, não desobrigarão o infrator de corrigir a irregularidade que lhe deu origem, salvo se dela resultar a revogação da Permissão.

## Seção III Dos Recursos

Art. 41. Contra as penalidades impostas pelo Órgão Gestor caberá recurso ao Conselho Municipal de Trânsito e Transportes no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da notificação.

§ 1º Computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento.



§ 2º O recurso terá efeito suspensivo e sem ônus para o recorrente até o seu julgamento.

§ 3º O recurso poderá ser produzido somente pelo permissionário, auxiliar ou por procurador acompanhado do respectivo instrumento de mandato para representá-lo especificamente em relação ao recurso a ser imposto.

Art. 42. O recurso conterà:

I - a qualificação do recorrente;

II - as razões de fato e de direito com que impugna a penalidade;

III - especificação das provas que o recorrente pretende produzir, inclusive as diligências que pretende que sejam efetuadas, expondo os motivos que a justifiquem.

§1º Compete ao recorrente instruir o recurso, com os documentos destinados a provar-lhe as alegações, como também a indicação do rol testemunhal, devidamente qualificado, limitado o número a 3 (três).

§ 2º Os pedidos de diligências de que trata o item III deste artigo poderá ser indeferido, a juízo do Conselho Municipal de Trânsito e Transportes, se apresentar-se impraticável, desnecessário ou de caráter protelatório.

Art. 43. O Conselho Municipal de Trânsito e Transportes poderá de ofício, em qualquer fase do processo, determinar as providências que julgar necessárias, como também requisitar outras provas, inclusive periciais, para o cabal esclarecimento dos fatos.

## CAPÍTULO VII

### DA REMUNERAÇÃO DA PERMISSÃO

Art. 44. Será cobrado dos permissionários preço público pela manutenção da outorga do serviço de táxi, referente ao custeio do gerenciamento operacional os seguintes valores, expressos em Unidades Fiscais do Município – UFM:

I – pela Licença de Tráfego: 50(cinqüenta) UFM's;

II – pelo Selo de Vistoria: 20 (vinte) UFM's;

III – pela expedição de Identificação de Condutor: 20 (vinte) UFM's.

Parágrafo único. Os valores citados neste artigo deverão ser recolhidos em guia própria, em instituição bancária designada pelo Órgão Gestor, em favor do Poder Permitente.

## CAPÍTULO VIII

### DA VISTORIA

Art. 45. Os veículos serão submetidos a vistorias anuais, a critério do Órgão Gestor e em local e data a serem fixados, para verificação de segurança, conservação, conforto, higiene, equipamentos e características definidas nesta Lei.

Parágrafo único. A vistoria nos veículos será executada pelo Órgão Gestor, através de agentes próprios ou por terceiros por ele designados.

Art. 46. Na hipótese de ocorrência de acidentes, após reparadas as avarias e antes de colocar o veículo novamente em tráfego, deverá ser submetido à vistoria como condição imprescindível para sua liberação.

Art. 47. A padronização do veículo, bem como a localização da publicidade, deverá seguir o regulamento prescrito pelo Órgão Gestor e as demais normas previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro.

## CAPÍTULO IX

### DO SERVIÇO DE RÁDIO-TÁXI

Art. 48. Os Permissionários do serviço de táxi poderão dotar seus veículos com sistema de Rádio-Comunicação, com vistas a facilitar a exploração deste serviço.

Art. 49. O sistema de Rádio-Comunicação, também chamado serviço auxiliar de rádio-táxi, consistirá na adaptação, em cada veículo, de um aparelho de rádio transmissor e receptor que funcionará conjugado a uma estação central, a qual receberá via telefone os chamados dos usuários e os transmitirá pelo rádio aos veículos a ela subordinados, para o devido atendimento por aquele que se encontrar mais próximo do local em que se encontra o usuário.

Art. 50. O Condutor do veículo somente poderá acionar o taxímetro após o embarque do passageiro nos locais de chamada.

Art. 51. O Serviço Auxiliar de Rádio-Táxi poderá ser explorado diretamente por empresa constituída pelos Permissionários ou por terceiros organizados especialmente para essa finalidade, com prévia autorização do Órgão Gestor e mediante o cumprimento das seguintes exigências:

I - prova de regular constituição da empresa;

II - autorização do competente registro do Ministério das Comunicações e prova de propriedade do equipamento adequado;

III - centralização do serviço em local apropriado, capaz de oferecer todas as condições de segurança e de adequado funcionamento do sistema;

IV - obtenção do competente alvará de localização expedido pela municipalidade e pagamento das obrigações tributárias pertinentes;

V - instalação do equipamento apenas nos veículos autorizados à prestação do serviço de táxi, nos termos desta lei.

Art. 52. Somente após cumpridas as exigências do artigo anterior, o Serviço Auxiliar de Rádio-Táxi poderá entrar em operação, devendo em seu desenvolvimento observar as exigências do Ministério das Comunicações e submeter-se à fiscalização do Órgão Gestor.

Art. 53. O Permissionário, proprietário do veículo dotado do sistema de Rádio-Comunicação, deverá indicar e identificar a estação central a que estiver operacionalmente interligado, fornecendo ao Órgão Gestor um exemplar do instrumento que comprova a existência de autorização de uso do equipamento, concedida pela empresa constituída para a exploração do Serviço Auxiliar de Rádio-Táxi.

Parágrafo único. As condições de que trata este artigo deverão manter-se sempre atualizadas, reservando-se ao Órgão Gestor, o direito de comprovar a sua regularidade durante as vistorias previstas nesta Lei.

Art. 54. O custo do Serviço Auxiliar de Rádio-Táxi não incidirá no cálculo das tarifas, nem poderá, sob qualquer pretexto, ser cobrado dos usuários dos serviços.

Art. 55. As empresas constituídas para a exploração do Serviço Auxiliar de Rádio-Táxi deverão enviar trimestralmente ao Órgão Gestor relatório circunstanciado sobre o desenvolvimento de suas atividades no trimestre imediatamente anterior, informando o número e as características dos veículos sob seu controle, bem como as ocorrências relevantes no funcionamento do serviço, ficando, ainda, obrigadas a prestar outras informações que lhes forem solicitadas.

Art. 56. Pela inobservância dos preceitos contidos neste capítulo responderão solidariamente os permissionários e a empresa constituída para a exploração do Serviço de Rádio-Táxi, incorrendo nas seguintes penalidades:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - revogação da autorização para a exploração do Serviço Auxiliar de Rádio-Táxi.

Art. 57. No caso de revogação da autorização supra mencionada, o Órgão Gestor determinará a retirada imediata do equipamento de rádio-comunicação, descabendo no caso indenização de qualquer natureza.

## CAPÍTULO X DA TIPIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES

Art. 58. As infrações classificam-se em 5 (cinco) grupos:

- I - GRUPO A: Multa no valor de 60 (sessenta) UFM's;
- II - GRUPO B: Multa no valor de 100 (cem) UFM's;
- III - GRUPO C: Multa no valor de 160 (cento e sessenta) UFM's;
- IV - GRUPO D: Multa no valor de 240 (duzentos e quarenta) UFM's;
- V - GRUPO E: Multa no valor de 1000 (mil) UFM's.

§ 1º São infrações do Grupo A:

- A/01 - tratar o usuário com falta de urbanidade;
- A/02 - impedir o transporte de animais de pequeno porte ou cão-guia;
- A/03 - transportar animais ou produtos inflamáveis ou corrosivos que possam por em risco a vida do passageiro;
- A/04 - colocar no veículo acessórios, inscrições, decalques, letreiro, publicidade ou informações não autorizadas;
- A/05 - deixar de fornecer o troco ao passageiro;
- A/06 - deixar de colocar adesivo "proibido fumar" e mapa da cidade no interior do veículo;
- A/07 - fumar no interior do veículo quando estiver conduzindo passageiros.

§ 2º São infrações do Grupo B:

- B/01 - deixar de fixar no veículo o valor da tarifa quilométrica;
- B/02 - recusar atendimento ao usuário em preferência a outro, salvo no caso de gestante, doente, portador de deficiência e idoso;
- B/03 - desrespeitar a seqüência dos veículos parados no Ponto, respeitada a vontade pessoal do passageiro de livre escolha;
- B/04 - não aguardar o embarque e desembarque de passageiros;
- B/05 - iniciar a operação com veículo apresentando falta de limpeza, conforto ou segurança;
- B/06 - circular o veículo sem iluminação suficiente no seu interior ou exterior;
- B/07 - deixar de fornecer, sempre que solicitado, as informações que se destinam ao atendimento de fins estatísticos, de controle e de fiscalização;
- B/08 - trajar-se inadequadamente ou fora dos padrões permitidos;
- B/09 - utilizar publicidade em desacordo com a regulamentação específica;
- B/10 - deixar de renovar anualmente o credenciamento para a operação do serviço;
- B/11 - deixar de entregar ao Órgão Gestor, no prazo de 2 (dois) dias úteis, qualquer objeto esquecido no interior do veículo;
- B/12 - deixar de apresentar seguro particular para o veículo e seus ocupantes.

§ 3º São infrações do Grupo C:

- C/01 - cobrar tarifa superior à autorizada;
- C/02 - fazer itinerário mais extenso ou desnecessário, salvo com autorização do usuário;
- C/03 - transportar passageiros em quantidade superior à capacidade do veículo;
- C/04 - não portar no veículo Licença de Tráfego e Selo de Vistoria;
- C/05 - abastecer o veículo quando o mesmo estiver com passageiros;
- C/06 - abandonar o veículo quando o mesmo estiver com passageiros;
- C/07 - dormir no veículo quando este estiver aguardando passageiros;

- C/08 - circular o veículo apresentando defeitos que possam comprometer a segurança ou o conforto dos passageiros;
- C/09 - não fornecer atendimento ao usuário quando este for acidentado;
- C/10 - deixar de manter na parte interior do veículo, em local de fácil acesso visual, bem como na sua parte externa, o número de sua inscrição no Cadastro de Condutores;
- C/11 - não apresentar o veículo para vistoria ou revisão mecânica nos prazos estabelecidos;
- C/12 - alterar a cor padrão do veículo;
- C/13 - deixar de entregar documentos para cadastramento ou renovação da frota;
- C/14 - dirigir veículo movido a combustível não autorizado; e
- C/15 - exigir o pagamento de qualquer valor adicional para levar a bagagem do passageiro até o limite da capacidade do veículo.

§ 4º São infrações do Grupo D:

- D/01 - conduzir o veículo com defeito em qualquer equipamento obrigatório ou de rádio comunicação;
- D/02 - portar arma de qualquer espécie ou trazê-la no veículo;
- D/03 - agredir verbal ou fisicamente, quando em serviço, o agente fiscal do Órgão Gestor;
- D/04 - fazer refeição no veículo quando este estiver no Ponto;
- D/05 - utilizar Bandeira II fora do horário permitido;
- D/06 - angariar passageiro usando meios e artifícios de concorrência desleal ou predatória;
- D/07 - alterar as características do taxímetro devidamente aprovado, aferido e lacrado pela autoridade competente;
- D/08 - colocar o veículo em movimento ou trafegar com a porta aberta;
- D/09 - ingerir bebidas alcoólicas quando em serviço ou antes do início do mesmo;
- D/10 - agredir verbal ou fisicamente o passageiro.

§ 5º São infrações do Grupo E:

- E/01 - colocar veículo em circulação sem licença do Órgão Gestor;
- E/02 - transferir Licença de Tráfego;
- E/03 - fornecer a direção do veículo a pessoas não habilitadas para o serviço;
- E/04 - paralisar ou suspender o serviço de táxi sem prévia autorização;
- E/05 - deixar de substituir os veículos após o tempo de fabricação limite permitido;
- E/06 - operar o serviço de táxi com motocicletas;
- E/07 - exercer a atividade enquanto estiver cumprindo pena, se for condenado por crime culposo ou doloso, salvo nos casos de autorização judicial;
- E/08 - operar com serviço de Rádio - Táxi sem autorização do Órgão Gestor.

Art. 59. As infrações para as quais não tenham sido previstas penalidades nesta Lei serão punidas com a multa de igual valor ao estabelecido para o Grupo A.

## CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60. O Órgão Gestor fica autorizado, nos limites desta lei, a estabelecer as normas complementares necessárias ao seu fiel cumprimento e a sua execução.

Art. 61. O Órgão Gestor providenciará, se for o caso, a substituição dos atuais documentos existentes no sistema de serviço de táxi por outros que se compatibilizem com as determinações desta lei.

§ 1º Para os efeitos do disposto neste artigo, os permissionários serão intimados a comparecerem ao Órgão Gestor, com objetivo de diligenciarem as providências necessárias à adaptação à presente lei.

§ 2º O não atendimento à intimação e às determinações previstas no parágrafo anterior, importará na aplicação da penalidade prevista no inciso VII do art. 35.

Art. 62. As atuais autorizações e/ou permissões que estiverem com o prazo vencido e aquelas que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, serão mantidas pelo prazo de 15(quinze) anos a contar da data de publicação da presente lei, emitindo-se o ato de outorga na forma legal e regulamentar.

Parágrafo único. O ato de outorga da Permissão assegurará o direito de prorrogação, uma única vez, por igual período, nos termos do § 5º do art. 14, desta lei, desde que observadas e cumpridas as exigências nela prescritas.

Art. 63. Ficam convalidadas as transferências realizadas sob a égide da legislação anterior, inclusive para efeito de aplicação do art. 62 supra, bem como aquelas realizadas até 2 (dois) anos da vigência desta lei.

Art. 64. A transferência da permissão será assegurada à meeira e/ou herdeiros, no caso de falecimento ou invalidez.

§ 1º O Permissionário poderá, a contar da data de publicação desta Lei, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, mediante requerimento, devidamente justificado, ao Órgão Gestor, efetuar a transferência da permissão, com o objetivo exclusivo de sua regularização.

§ 2º O permissionário sucessor deverá preencher os requisitos estabelecidos nesta Lei.

Art. 65. O número de permissões será determinado por ato do Órgão Gestor, ouvido o Sindicato dos Taxistas, depois de aprovado pelo Poder Legislativo, a partir da população residente no município de Imbituba, numa proporção de 01 (um) veículo para cada 1.000 (um mil) habitantes.

Parágrafo único. O número de habitantes será apurado com base no último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 66. É permitida apenas 01 (uma) permissão de ponto de táxi para cada pessoa física ou jurídica.

Art. 67. Os veículos utilizados no serviço de táxi poderão circular com publicidade segundo critérios próprios e definidos de acordo com regulamento específico estabelecido pelo Órgão Gestor.

Art. 68. Compete ao Chefe do Poder Executivo baixar os Decretos necessários à execução da presente Lei.

Art. 69. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 1649 de 29 de fevereiro de 1996, e demais disposições em contrário.

Imbituba, 17 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Decreto PMI nº 37.2010

DECRETO PMI Nº 37, de 17 de março de 2010.

Dispõe sobre alteração na LDO 2010 e abre crédito adicional especial para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras

providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.645, de 17 de março de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Define como prioridade para a LDO 2010 a Ação 1.024 - Aquisição de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais), destinados à criação das dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO:	15	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	01	Fundo Municipal de Saúde
PROGRAMA:	14	Saúde – Priorização pela Vida
PROJETO (AÇÃO):	1.024	Aquisição de Veículos
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.301.0014		
4.4.90.00.00.00.00.00.0127	Aplicações Diretas	203.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas	48.500,00
Total		252.000,00

Art. 3º O crédito adicional especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos de convênio firmado com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Laguna (Convênio nº 15917/2009-4 e 15918/2009-2), na importância de R\$ 203.500,00 (duzentos e três mil e quinhentos reais) e proveniente da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento municipal vigente, na importância de R\$ 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais):

ÓRGÃO:	15	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	01	Fundo Municipal de Saúde
PROGRAMA:	14	Saúde – Priorização pela Vida
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.063	Apoio Administrativo ao FMS
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.301.0014		
3.3.90.00.00.00.00.00.0106 (0030)	Aplicações Diretas	48.500,00
Total		48.500,00
Total		252.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Publicação de Extrato de Cancelamento de Pregão Presencial 02/2010 (DEMUTRAN)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba através do Fundo Municipal de Transito comunica, que fica cancelado o Processo Licitatório nº 02/2010, na modalidade de Pregão Presencial nº 02/2010, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 19 de março de 2010.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro





# Irineópolis

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei N° 1.471/2010

LEI N.º 1.471/10, DE 15 DE MARÇO DE 2010.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO À ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte,

#### LEI

Art. 1.º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção à Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município, no valor global de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), a ser repassado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), no período de janeiro a dezembro de 2010.

Art. 2.º - Os valores repassados, serão destinados a auxiliar na manutenção da entidade, para cobrir despesas correntes, afetas as atividades previstas em seu Estatuto Social, que tem por objetivo o atendimento à alunos portadores de deficiência mental, através da Escola Especial "Amor Perfeito", bem como, o transporte dos alunos de suas residências até a escola, inclusive os da área rural.

Art. 3.º - Fica a entidade beneficiária obrigada a prestar contas das parcelas recebidas, que deverá vir acompanhada de Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas sob pena da não liberação da parcela seguinte.

Art. 4.º - Os recursos a serem repassados serão contabilizados na dotação 2.013 – 57 - 3.3.50.00.00.00.00.0100 – Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos do orçamento em vigor.

Art. 5.º - A entidade beneficiária firmará com o Município Convênio, estabelecendo normas e critérios para a concessão do benefício, podendo inclusive manter funcionários públicos municipais a disposição da entidade.

Parágrafo Único – Os eventuais funcionários colocados à disposição não gerarão ônus para a entidade beneficiária, permanecendo sob responsabilidade do Município de Irineópolis todos os encargos financeiros provenientes de seu vínculo empregatício.

Art. 6º - O prazo de vigência do Convênio será contado da data de sua assinatura até 31/12/2010, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único. O convênio a ser firmado pode ainda ser alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

Art. 7.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos à 1º de janeiro de 2010.

Município de Irineópolis, 15 de março de 2010.

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

### Portaria N° 082/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

#### R E S O L V E :

CONTRATAR MIRIAN RUTENSKI KOZOSKI, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 043/2010, nascida em 03/03/1985, portadora do CPF n° 048.133.649-42, RG. n° 4.819.094–SESP/SC, para no período de 04/03/2010 á 17/12/2010 exercer as atividades de Professora de Séries Iniciais (20h/sem), cujas atividades serão desenvolvidas junto ao G.E. Dalmo Edson Sfair.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de março de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

### Extrato Contrato N° 24/2010 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO N° 24/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: MR LECHINOSKI & CIA LTDA

Objeto: Aquisição de:

50 Tubo de concreto poroso com diâmetro nominal interno de 0,20 cm, comprimento de 0,50 cm e encaixe macho e fêmea;

300 Tubo de concreto simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 0,20 cm, comprimento de 1metro e encaixe macho e fêmea;

400 Tubo de Concreto Simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 40 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea;

150 Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 60 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea;

40 Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 100 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea;

30 Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 150 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea;

para o exercício de 2010, com entrega parcelada.

Valor Total - R\$ 31.805,00

Vigência – 06/03/2010 a 31/12/2010

Base Legal – Processo Licitatório n° 4/2010, Tomada de Preços n° 01/2010

Lei n° 8.666/93.

Irineópolis (SC), 18 de março de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

# Meleiro

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei N.º 1412-2010

LEI N.º 1412-2010

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A AFASME DE MELEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a AFASME – Associação Feminina de Assistência Social de Meleiro/SC, inscrita no CNPJ sob nº 80.991.854/0001-16, no valor total de R\$ 41.000,00 (Quarenta e um mil reais), para custear despesas de manutenção e funcionamento durante o exercício de 2010.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente (156).

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5.º Fica revogada as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 18 de Março de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

### Contrato nº 005/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 005/2010

Contratante: SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO.

Contratado: ELSTER MEDIÇÃO DE AGUA S.A.

Objeto: AQUISIÇÃO DE HIDROMETROS DIVERSOS PARA MANTER AS ATIVIDADES DO SAMAE

Valor: R\$ 19.871,00

Vigência: Início: 15/02/2010 Término: 31/12/2010.

Data da assinatura: 15 de fevereiro de 2010.

### Contrato nº 006/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 006/2010

Contratante: SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO.

Contratado: LAO INDUSTRIA LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE HIDROMETROS DIVERSOS PARA MANTER AS ATIVIDADES DO SAMAE

Valor: R\$ 1.780,00

Vigência: Início: 15/02/2010 Término: 31/12/2010.

Data da assinatura: 15 de fevereiro de 2010.

### Contrato nº 007/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 007/2010

Contratante: SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO.

Contratado: TUBOZAN COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS (tubos e outros) DESTINADOS A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO,

Valor: R\$ 27.076,50

Vigência: Início: 22/02/2010 Término: 31/12/2010.

Data da assinatura: 22 de fevereiro de 2010.

### Contrato nº 027/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 027/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL. DE MELEIRO

Contratado: HELIO RECCO ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE 3.000 M³ DE SAIBRO DE COMPOSIÇÃO DE ARENITO (AREÃO) PARA MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS..

Valor: R\$ 18.000,00

Vigência: Início: 11/02/2010 Término: 31/12/2010.

Data da assinatura: 11 de fevereiro de 2010.

### Contrato nº 028/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 028/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL. DE MELEIRO

Contratado: BAUHAUS SISTEMAS LTDA

Objeto: Locação de software de gestão pública para o Sistema Tributário, composto de: (IPTU, ITBI, Taxas diversas, Alvará - funcionamento de empresas e sanitário, Fiscalização Tributária).

Valor: R\$ 6.941,28

Vigência: Início: 19/02/2010 Término: 31/12/2010.

Data da assinatura: 19 de fevereiro de 2010.

### Contrato nº 029/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 029/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL. DE MELEIRO

Contratado: EMPRESA UNIÃO DE TRANSPORTES LTDA.

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR COM ÔNIBUS PRÓPRIO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 (QUA-

RENTA E CINCO) LUGARES SENTADOS, A SEREM REALIZADOS NO ANO LETIVO DE 2010, mediante as especificações e condições previstas no Edital.

Valor: R\$ 154.300,00

Vigência: Início: 19/02/2010 Término: 15/12/2010.

Data da assinatura: 19 de fevereiro de 2010.

#### **Contrato nº 030/2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 030/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL. DE MELEIRO

Contratado: MELEIRO TURISMO LTDA ME.

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR COM ÔNIBUS PRÓPRIO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 (QUARENTA E CINCO) LUGARES SENTADOS, A SEREM REALIZADOS NO ANO LETIVO DE 2010, mediante as especificações e condições previstas no Edital.

Valor: R\$ 11.223,00

Vigência: Início: 19/02/2010 Término: 15/12/2010.

Data da assinatura: 19 de fevereiro de 2010.

#### **Contrato nº 031/2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 031/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL. DE MELEIRO

Contratado: VALMIR EYNG ME.

Objeto: Fornecimento de Peças e prestação de serviços para manutenção da máquina motoniveladora (patrola) e das retroescavadeiras (Ret 1 e Ret 2) utilizadas no Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Valor: R\$ 53.709,50

Vigência: Início: 25/02/2010 Término: 31/12/2010.

Data da assinatura: 25 de fevereiro de 2010.

#### **Contrato nº 032/2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 032/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL. DE MELEIRO

Contratado: PANIFICADORA ROSSI LTDA ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PÃES PARA COMPLEMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR.

Valor: R\$ 6.400,00

Vigência: Início: 26/02/2010 Término: 31/12/2010.

Data da assinatura: 26 de fevereiro de 2010.

#### **Contrato nº 033/2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 033/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL. DE MELEIRO

Contratado: AUTO DIESEL CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA ME..

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS : CHAPEAÇÃO, FUNILARIA E PINTURA EM VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL.

Valor: R\$ 26.000,00

Vigência: Início: 02/03/2010 Término: 31/12/2010.

Data da assinatura: 02 de março de 2010.

#### **Contrato nº 034/2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 034/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL. DE MELEIRO

Contratado: J.V DIESEL MECANICA LTDA.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS DIVERSOS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DOS CAMINHOS (MCL 7602, MBK 2105, MCF 2768, MBY 6077) E DOS ONIBUS (MEN 8212, MGE 7863, MGE 8363, MGE 9636, ICN 6525, MHP 8701, MHP 8411) E OUTROS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL.

Valor: R\$ 33.234,37

Vigência: Início: 05/03/2010 Término: 31/12/2010.

Data da assinatura: 05 de março de 2010.

#### **Contrato nº 035/2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 035/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL. DE MELEIRO

Contratado: OEDING CONTABILIDADE LTDA.

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NAS ÁREAS CONTÁBIL, ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010, A SER PRESTADO NA SEDE DA MESMA, COM UMA CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 16 HORAS TÉCNICO POR MES, DE ACORDO COM A NECESSIDADE E PRORROGAÇÃO ESTABELECIDO PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL CORRESPONDENTE. O TEMPO GLOBAL MÁXIMO PARA O EXERCÍCIO É DE 400 HORAS, PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, PARTE INTEGRANTE DA LICITAÇÃO.

Valor: R\$ 39.600,00

Vigência: Início: 08/03/2010 Término: 31/12/2010.

Data da assinatura: 08 de março de 2010.

#### **Contrato nº 036/2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 036/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL. DE MELEIRO

Contratado: CITADIN & CIA LTDA - ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE 03 MICROCOMPUTADORES PARA MANTER AS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Valor: R\$ 5.244,00

Vigência: Início: 10/03/2010 Término: 31/12/2010.

Data da assinatura: 10 de março de 2010.

# Novo Horizonte

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Extrato Contratual Nº 45/2009 TA 002

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contrato Nº.: 45/2009 TA 02  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada....: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA  
Valor.....: 16.431,02 (dezesesseis mil quatrocentos e trinta e um reais e dois centavos)  
Vigência.....: Início: 12/02/2010 Término: 28/02/2010  
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2009  
Recursos.....: Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (64)  
Objeto.....: O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento de quantitativos dos itens 1.2, 1.3, 1.7, 1.8, 1.9, 2.1, e 2.2, no valor de R\$ 16.431,02 (dezesesseis mil quatrocentos e trinta e um reais e dois centavos), conforme planilhas em anexo.

Novo Horizonte, 17 de Março de 2010

### Extrato Contratual Nº 41/2009 TA 002

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contrato Nº.: 41/2009 TA 002  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada....: GRUTTA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA  
Valor.....: 0,00 (zero)  
Vigência.....: Início: 12/02/2010 Término: 14/03/2010  
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2009  
Recursos.....: Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (54), 1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (55)  
Objeto.....: O Objeto do presente Termo Aditivo consiste na PRORROGAÇÃO DE PRAZO para execução das obras relativas ao contrato administrativo nº 041/2009, ficando prorrogado por mais 30 dias, a contar da data deste instrumento.

Novo Horizonte, 17 de Março de 2010

### Extrato Contratual Nº 33/2009 TA 006

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contrato Nº.: 33/2009 TA 006  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada....: GRUTTA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA  
Valor.....: 0,00 (zero)  
Vigência.....: Início: 12/02/2010 Término: 03/03/2010  
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2009  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: O Objeto do presente Termo Aditivo consiste na PRORROGAÇÃO DE PRAZO para execução das obras relativas ao contrato administrativo nº 033/2009, ficando prorrogado até 03 de março de 2010.

### Extrato Contratual Nº 08/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contrato Nº.: 08/2010

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada....: PATROMAQ INDUSTRIA RECUPERADORA DE MAQ. LTDA-EPP  
Valor.....: 23.704,95 (vinte e três mil setecentos e quatro reais e noventa e cinco centavos)  
Vigência.....: Início: 12/02/2010 Término: 12/05/2010  
Licitação.....: Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2010  
Recursos.....: Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (88)  
Saldo: 156.123,76  
Objeto.....: O objeto da presente CONTRATO consiste na contratação de mão de obra com fornecimento das respectivas peças recuperação da motoniveladora Dresser Nº11, conforme quantitativos e condições, constantes no Anexo I (Relação de Itens da licitação) deste Processo Licitatório.

Novo Horizonte, 17 de Março de 2010

### Extrato Contratual Nº 12/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contrato Nº.: 12/2010  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada....: COOPERAL-COOP.DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE N.H.  
Valor.....: 9.777,20 (nove mil setecentos e setenta e sete reais e vinte centavos)  
Vigência.....: Início: 23/02/2010 Término: 31/07/2010  
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, VERBA FNDE/PNAE, PRIMEIRO SEMESTRE DE 2010 DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS DO ANEXO 01. TODOS DE ACORDO COM A CHAMADA PUBLICA Nº 001/2010.

Novo Horizonte, 17 de Março de 2010

### Extrato Contratual Nº 33/2009 TA007

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contrato Nº.: 33/2009 TA 007  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada....: GRUTTA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA  
Valor.....: 1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais)  
Vigência.....: Início: 02/03/2010 Término: 10/03/2010  
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2009  
Recursos.....: Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (64)  
Saldo: 23.568,98  
Objeto.....: O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento de quantitativos dos itens conforme planilha de orçamento anexo no valor de R\$ 1.550,00 (Hum mil quinhentos e cinquenta reais) e consequentemente a prorrogação do prazo para conclusão da obra até o dia 10 de março de 2010.

Novo Horizonte, 17 de Março de 2010

### Extrato Contratual Nº 09/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contrato Nº.: 09/2010  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada....: ZYDEK E MOCCELLIN LTDA  
Valor.....: 12.840,00 (doze mil oitocentos e quarenta reais)  
Vigência.....: Início: 12/02/2010 Término: 31/12/2010



Licitação.....: Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2010  
 Recursos.....: Dotação:  
 Objeto.....: Constitui objeto do presente instrumento a Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de perfuração e detonação de rochas de 300 m linear nas margens da Rodovia SC 468 , centro de Novo Horizonte.

Novo Horizonte, 17 de Março de 2010

#### **Extrato Contratual Nº 41/2009 TA 003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
 Contrato Nº.: 41/2009 TA 003  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
 Contratada....: GRUTTA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA  
 Valor.....: 4.565,70 (quatro mil quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos)  
 Vigência.....: Início: 04/03/2010 Término: 04/03/2010  
 Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2009  
 Recursos.....: Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (64)  
 Saldo: 22.018,98  
 Objeto.....: O Objeto do presente Termo Aditivo consiste aumento do valor da obra devido a reforma da parte já executada conforme planilha de orçamento anexo no valor de R\$ 4.565,70 (Quatro mil quinhentos e sessenta e cinco reais).

Novo Horizonte, 17 de Março de 2010

#### **Extrato Contratual Nº 14/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
 Contrato Nº.: 14/2010  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
 Contratada....: PATROMAQ INDUSTRIA RECUPERADORA DE MAQ. LTDA-EPP  
 Valor.....: 32.000,00 (trinta e dois mil reais)  
 Vigência.....: Início: 05/03/2010 Término: 05/06/2010  
 Licitação.....: Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2010  
 Recursos.....: Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (88)  
 Saldo: 88.722,16  
 Objeto.....: O objeto do presente contrato consiste na contratação de 300 horas máquinas de serviços de 01 (uma) motoniveladora, com Potencia de 120 HP, Peso de 12 TON., com operador, para manutenção e conservação das estradas vicinais do município.

Novo Horizonte, 17 de Março de 2010

#### **Extrato Contratual Nº 13/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
 Contrato Nº.: 13/2010  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
 Contratada....: EPAGRI-EMPRESA PESQ.AGROP.EXT.RURAL DE SC S/A  
 Valor.....: 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais)  
 Vigência.....: Início: 05/03/2010 Término: 31/12/2010  
 Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2010  
 Recursos.....: Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (112)  
 Saldo: 157.616,64  
 Objeto.....: O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

Novo Horizonte, 17 de Março de 2010

#### **Extrato Contratual Nº 41/2009 TA 04**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
 Contrato Nº.: 41/2009 TA 04  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
 Contratada....: GRUTTA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA  
 Valor.....: 0,00 (zero)  
 Vigência.....: Início: 12/03/2010 Término: 13/04/2010  
 Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2009  
 Recursos.....: Dotação:  
 Objeto.....: O Objeto do presente Termo Aditivo consiste na PRORROGAÇÃO DE PRAZO para execução das obras relativas ao contrato administrativo nº 041/2009, ficando prorrogado por mais 30 dias a contar da assinatura deste instrumento.

Novo Horizonte, 17 de Março de 2010

**Paial**

#### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Processo de Licitação Nº 07/2010 – FMS.**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2010 - FMS  
 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2010 – FMS.  
 OBJETIVANDO COMPRA DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E MATERIAIS DE PROCEDIMENTO PARA A UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Publica do Pregão Presencial será realizada a partir das 09:00 horas do dia 24/03/2010.  
 ENVELOPES: Os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até as 08:30 Horas do dia 24/03/2010.  
 LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de PAIAL sito na Rua Goiás 400, Centro, Município de PAIAL..

Adair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, usando a competência delegada pela legislação em vigor, torna público que se acha aberta, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 03/2010 - FMS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Processo de licitação 07/2010 - FMS, objetivando o Registro de Preços para aquisição de Materiais de Procedimentos Odontológicos e materiais de procedimento para utilização na unidade de saúde. Conforme relação constante no Anexo I, que será regida pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer as especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame. A sessão de processamento do pregão será realizada no prédio do Centro Administrativo Municipal, junto a sala de Licitações, sito a Rua Goiás nº 400, centro, Município de PAIAL, iniciando-se no dia 24/03/2010, às 09:00 horas e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

**I - DO OBJETO**

1 - A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de Materiais de Procedimentos Odontológicos e materiais de procedimento para utilização na unidade de saúde, conforme relação de itens constantes no Anexo I deste edital.

**II - DA PARTICIPAÇÃO:**

1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

Parágrafo Primeiro: Serão exigidas amostras dos produtos a serem cotados no certame licitatório, amostras que deverão ser apresentadas com os Profissionais da Unidade Sanitária Municipal de Paial com visita a ser agendada pelo Telefone (49) 3451-0045 ou 3451-0043 até o dia 23/03/2010;

Parágrafo Segundo: Os produtos cujas marcas já passaram por amostragem e pré-aprovados pelos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde estão dispensados de serem apresentados desde que cotados daquelas marcas;

Parágrafo Terceiro: Os produtos de marcas não submetidos a amostras serão automaticamente desclassificados.

**III - DO CREDENCIAMENTO**

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

**IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II ao Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 1 e 2.

2 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 - Proposta Pregão para Registro de Preços

Envelope nº 2 - Habilitação

Pregão para Registro de Preços nº 03/2010 - FMS

Processo nº 07/2010 - FMS

3 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

4 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

**V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA**

A Proposta deverá ser apresentada através de meio magnético nos arquivos (programa) denominado Betha Auto cotação

1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;

b) número do processo e do Pregão para Registro de Preços;

c) descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência, marca e modelo do produto cotado, em conformidade com as especificações do folheto descritivo - Anexo I deste Edital;

d) preço unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação,

e) comprovante de ter apresentado amostra do produto e marca submetido a amostragem fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde de Paial.

f) prazo de validade da proposta de, no mínimo 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único: Os proponentes interessados poderão fazer uso do sistema de auto cotação de preços, facilitando a elaboração da proposta e ainda a fase de classificação dos interessados.

2 - O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

**VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"**

1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

**1.1 - HABILITAÇÃO TÉCNICA**

a) Apresentação de Autorização de Funcionamento Especial emitida pela Anvisa para os anestésicos.

b) Autorização de Funcionamento para correlatos emitida pela Anvisa para Produtos como resinas, adesivos e outros que se fizerem necessários.

**1.2 - REGULARIDADE FISCAL**

a) certidões de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;

b) certidões de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c) certidões de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional.

**1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) Declaração de Atendimento a Legislação Trabalhista de proteção a criança e ao adolescente;

b) Declaração de Idoneidade;

**2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

2.1 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

**VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

1 - No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

2w - Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II do Edital.

3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições

fixados no Edital;

b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

3.1 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

3.2 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;  
b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

5 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

5.1 - A licitante sorteadora em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

6 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço por lote, observada a redução mínima entre os lances que será fixada a critério exclusivo do Pregoeiro e que não poderá ser superior a 0,5% (meio ponto percentual) do valor unitário do item.

7 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

9 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

10 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

10.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

11 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação do respectivo proponente.

12 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos, ou  
b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

12.1 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada, o qual será verificado a veracidade posteriormente pelo pregoeiro.

14 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

15 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço por lote, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de

habilitação, caso em que será declarada vencedora.

16 - Conhecida a vencedora, o Pregoeiro consultará as demais classificadas se aceitam fornecer ao preço daquela, mantidas as quantidades ofertadas.

17 - Em seguida, abrirá os envelopes nº 02 das licitantes que aceitaram e decidirá sobre as respectivas habilitações, observadas as disposições do subitem 12 supra. As habilitadas serão incluídas na ata de registro de preços, observada a ordem de classificação, a que alude o subitem 8 supra.

#### VIII - DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO REGISTRO DOS PREÇOS

1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

4 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

5 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

6 - A ata de registro de preços será formalizada, com observância das disposições legais e será subscrita pela autoridade que assinou/rubricou o edital.

7 - A licitante que convocada para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída.

8 - Colhidas as assinaturas, o Município providenciará a imediata publicação da ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o subitem anterior.

#### IX - DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

#### X- DAS CONTRATAÇÕES

1 - Os fornecedores de bens incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

2 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

3 - Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor do bem deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, no prazo de 03 dias úteis a partir da data da convocação, certidões negativas de débitos para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e contribuições federais, expedidas pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, sob pena de a contratação não se concretizar.

4 - Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.

5 - O fornecedor do bem deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao órgão



contratante para assinar o termo de contrato ou retirar instrumento equivalente.

#### XI - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1 – Os Materiais de Procedimentos objeto do presente edital deverão ser entregues na Unidade de Saúde de PAIAL, sito a Av. Julio Bender – Centro, Município de Paial, em até 05 dias após o recebimento da autorização de fornecimento devidamente encaminhada pelo Fundo Municipal de Saúde de PAIAL através de Fax (Fac símile) correios ou outra forma que se fizer necessária.
- 2 – Os produtos entregues deverão ter no mínimo um ano de prazo de validade contados apartir da data da entrega, sujeitos a devolução em caso de não atendimento do prazo de validade.

#### XII - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 1 – Os MATERIAIS DE PROCEDIMENTOS objeto da presente licitação deverão atender as exigências de qualidade e fiscalização pelos órgãos responsáveis
- 2 - Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome e a assinatura do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.
- 3 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
  - a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
  - b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

#### XIII - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 1 - O pagamento será efetuado em até 15 dias após a entrega, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante.
- 2 - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou Banco do Estado de Santa Catarina.

#### XIV - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de PAIAL pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas estipuladas na legislação em vigor.
- 3 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 4 - Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.
- 5 - Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas no parágrafo anterior, serão conduzidos no âmbito do Órgão Gerenciador e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

#### XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 2 - O resultado do presente certame será divulgado no mural público e no endereço eletrônico [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br) ;
- 3 - Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Mural Público do Município de PAIAL.
- 4 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não

abertos, ficarão à disposição para retirada no departamento de licitações do Município de PAIAL, sito a Rua Goiás 400, após a publicação da Ata de Registro de Preços.

5 - Até 2 dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

5.1 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 1 dia útil.

5.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

6- Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Órgão Gerenciador.

7 - Integram o presente Edital

Anexo I - Relação de Itens;

Anexo II - Declaração que atende os requisitos de habilitação do Edital;

Anexo III – Declaração de Idoneidade;

Anexo IV - Minuta de contrato ou instrumento equivalente;

Anexo V – Declaração de atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente;

8 - Os preços registrados serão publicados no site do Município ([www.PAIAL.sc.gov.br](http://www.PAIAL.sc.gov.br)) e no Mural Público, trimestralmente.

9. Os esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados nos dias de expediente, das 8:00 às 12:00 horas, junto ao Departamento de Licitações do Município de PAIAL, sito a Rua Goiás 400, Centro Município de PAIAL, ou pelo fone FAX (49) 3453-1122.

11 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Itá.

Município de PAIAL – SC; em 01 de março de 2010.

ADAI R ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

PREGÃO N.º 03/2010 - FMS – PROCESSO DE LICITAÇÃO 07/2010 - FMS

#### ANEXO I

##### RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO


PREGÃO N.º. 07/2010 - FMS

ANEXO "II"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº. 10.520/2002 (\*)

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

#### DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_,

DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO N.º. 07/2010 FMS, instaurado pelo Município de PAIAL.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)



#### ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

#### DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL 03/2010.

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada a Rua ....., ..... da cidade de ....., por intermédio de seu sócio Gerente Sr. ...., portador da Carteira de Identidade nº. .... e do CPF no ....., DECLARA, que a Empresa não foi declarada inidônea ou foi suspensa temporariamente de participação em licitação e impedida de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

É o que nos cabe declarar.

....., SC, .... de ..... de 2010.

#### ANEXO IV

#### TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº XXXXX

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL-SC, Empresa de direito público interno, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXX, com sede à Rua Goiás 400, centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representada por seu titular o Senhor ADAIR ANTONIO RIGO, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxx, e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo seu Sócio Gerente o Senhor XXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXX CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, a seguir denominada simplesmente de CONTRATADA, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo Processo Licitatório nº 07/2010 - FMS, Pregão Presencial na forma de registros nº 03/2010 - FMS que se regerá nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, atendidas as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a aquisição de forma parcelada de Materiais de Procedimentos Odontológicos e materiais de procedimento para uso nos atendimentos da Unidade de Saúde, conforme segue:

Item	Qtde	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total

Parágrafo único. Integram e completam o presente Termo de Contrato para todos os fins e direito, obrigando as partes em todos os seus termos e condições do certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA ENTREGA, DO REAJUSTE, DA VIGÊNCIA E PRAZO:

O valor pela aquisição do objeto do presente contrato é de R\$ xxxxxxxx() cujo valor será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA, até o 3º dia útil da quinzena seguinte ao do seu fornecimento, mediante emissão de nota fiscal.

§ 1º Os Materiais de Procedimentos objeto do Presente Edital

deverão ser entregues na Unidade de Saúde do Município de PAIAL sito a Av. Julio Bender S/N Centro, PAIAL – SC em até 05 (Cinco) dias apartir do recebimento da Autorização de Fornecimento, e a validade dos medicamentos não poderá ser inferior a um ano contados do recebimento dos medicamentos.

§ 2º Os valores do presente edital serão reajustáveis nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea “d”, do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, de acordo com os índices oficiais do Governo Federal, através da Portaria Interministerial dos Órgãos Competentes, devidamente comprovados com notas fiscais de compra, antes e após o aumento, do produto pelo vencedor. O Contratado, porém, deverá fazer o reajuste pelo preço à vista que conste na bomba de seu estabelecimento e nunca superior aos índices oficiais do Governo Federal objeto desta licitação.

§ 3º Havendo redução dos preços, haverá a respectiva redução dos valores do presente Contrato, nos mesmos índices, fixados na forma do parágrafo anterior.

§ 4º O presente contrato terá vigência por 12 meses após a homologação do registro de preços.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

O pagamento do objeto do presente Contrato será com recursos próprios do orçamento vigente na seguinte dotação orçamentária: Órgão: 07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL  
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde de PAIAL  
Projeto/Atividade: 2.011 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento: 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE: Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

I – A CONTRATADA, obriga-se a fornecer o objeto especificado na Cláusula Primeira de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo onde, como todos os documentos da Licitação e especificados pela CONTRATANTE, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

II - Efetuar a entrega conforme emissão da ordem de compra ao proponente vencedor, cuja entrega do objeto deverá ser efetuada de forma imediata.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES:

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, isolada ou conjuntamente, as seguintes penalidades:

- Advertência.
- Multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.
- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração por um período de 2 (dois) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

Constituirão motivos para a rescisão contratual:

I - A inexecução total ou parcial dos Contratos decorrentes desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer inde-

nização.

II - A inocorrência do contratado, nas hipóteses previstas no art. 96 da Lei 8.666/93, sem prejuízo às penalidades previstas neste, ensejará a rescisão administrativa do mesmo, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

III - A rescisão contratual poderá ser:

- a. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.
- b. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.
- c. Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo único. As aplicações das penalidades previstas na cláusula sexta, não eximirão o contratado da restituição aos cofres públicos dos danos causados à Administração Pública em face de inexecução total ou parcial do objeto.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO:

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará se tomada expressamente em instrumento aditivo, que ao presente passará a fazer parte integrante.

#### CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO: Este Contrato esta vinculado ao Certame Licitatório citado ao preâmbulo deste e a proposta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores vigentes, recorrendo-se a analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus assessores, em 4 (quatro) vias iguais e de mesmo teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

PAIAL-SC, em (data)  
ADAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
Contratado

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

#### ANEXO V

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL 03/2010

À Comissão Permanente de Licitações

#### DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

Item	Qtidade	Unid	Especificação	Marcas Aprovadas	Validade Mínima
1	80	Pct	ABAIXADORES DE LÍNGUA PCT C/ 100 UND. (158)	ESTILO	1 ANO
2	1	UN	ACRILICO AUTOPOLIMERIZANTE INCOLOR (1692)	Não precisa amostra	1 ANO
3	1	UN	ACRILICO AUTOPOLIMERIZANTE ROSA (1691)	Não precisa amostra	1 ANO
4	1	UN	AFASTADOR OU MORDEDOR ADULTO (1690)	Não precisa amostra	1 ANO
5	100	GL	ÁGUA DESTILADA ( COM 5 LITROS) (1531)	Não precisa amostra	1 ANO
6	20	LT	AGUA OXIGENADA VOL 10 (1221)	RIOQUIMICA	1 ANO
7	400	UN	agulha 13x4,5 (70)	SOLIDOR / CREMER	1 ANO
8	400	UN	agulha 20x5,5 (674)	SOLIDOR/ CREMER	1 ANO
9	2000	UN	agulha 25 x 7 (1396)	SOLIDOR/ CREMER	1 ANO
10	600	UN	AGULHA 25 X 8 (1225)	SOLIDOR / CREMER	1 ANO
11	400	UN	agulha 25x6 (675)	SOLIDOR CREMER	1 ANO
12	1500	UN	AGULHA 40 X 12 (1226)	SOLIDOR/ CREMER	1 ANO
13	350	Fr	ÁLCOOL 70 % 1 LITRO (1515)	MIYACO	1 ANO
14	75	UN	ÁLCOOL GEL FRASCO 01 LT. 70% (196)	Não precisa amostra	1 ANO
15	1	UN	ALICATE PARA DOBRA DE FIO Nº139 (1694)	Não precisa amostra	1 ANO



16	5	UN	ALMOTALLIA MARRON 250 ML (1675)	TAYLOR	1 ANO
17	10	UN	almotolia transparente 250 ml (557)	TAYLOR	1 ANO
18	1	UN	ambu adulto	Não precisa amostra	1 ANO
19	500	UN	atadura crepe 10 cm (357)	CREMER	1 ANO
20	500	UN	atadura crepe 12cm (358)	CREMER	1 ANO
21	500	UN	atadura crepe 15cm (359)	CREMER	1 ANO
22	500	UN	atadura crepe 20cm (677)	CREMER	1 ANO
23	2	UN	benzina litro (693)	Não precisa amostra	1 ANO
24	30	UN	BOLSA COLETORA SISTEMA FECHADO 2 LITROS. (166)	SOLIDOR	1 ANO
25	5	UN	BROCA DIAMANTADA ESFERICA Nº 1012 (1719)	KG/SORENSEN	1 ANO
26	5	UN	BROCA DIAMANTADA ESFERICA Nº 1015 (1717)	KG/SORENSEN	1 ANO
27	5	UN	BROCA DIAMANTADA ESFERICA Nº 1019 (1718)	KG/SORENSEN	1 ANO
28	5	UN	BROCA DIAMANTADA ESFERICAS Nº 1011 (1716)	KG/SORENSEN	1 ANO
29	4	UN	BROCAS (1695)	ENDOZ	1 ANO
30	3	UN	broca esferica baixa rotação n. 04 (748)	Não precisa amostra	1 ANO
31	3	UN	broca esferica baixa rotação n. 06 (749)	Não precisa amostra	1 ANO
32	3	UN	BROCA ESFERICAS DE BAIXA ROTAÇÃO Nº2 (1696)	Não precisa amostra	1 ANO
33	5	Kit	BROCAS DIAMANTADAS PARA DENTÍSTICA ( KIT) (1554)	Não precisa amostra	1 ANO
34	1	UN	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO EXTRA TORQUE (282)	KAVO	1 ANO
35	30	LT	CARBOGEL PARA TRANSMISSÃO ULTRA SONICA (1237)	CARBOGEL	1 ANO
36	10	UN	cateter de O2 n.8 (187)	BIOSANI / CREMER	1 ANO
37	3	UN	CERA 7 (1707)	Não precisa amostra	1 ANO
38	4	UN	cimento de fosfato de zinco liquido (1715)	Não precisa amostra	1 ANO
39	4	UN	cimento de foefato de zinco em pó (718)	Não precisa amostra	1 ANO
40	1	UN	cinto par	MARIMAR	1 ANO
41	2000	UN	CLARITOMICINA 500 MG (1730)	Não precisa amostra	1 ANO
42	1	UN	COLAR CERVICAL G confeccionado em polietileno, de alta densidade, com espessura minima 1,5mm, permitindo uma maior resintensia e apoio. Revestido de espuma macia do tipo "EVA" especial. Fecho em velcro de 5 mm em um d	MARIMAR	1 ANO

43	1	UN	COLAR CERVICAL M COLAR confeccionado em polietileno, de alta densidade, com espessura minima 1,5mm, permitindo uma maior resintensia e apoio. Revestido de espuma macia do tipo "EVA" especial. Fecho em velcro de 5 mm em	MARIMAR	1 ANO
44	1	UN	Colar cervical p, confeccionado em poli	MARIMAR	1 ANO
45	1	UN	colar Colar cervical PP, confeccionado em poli	MARIMAR	1 ANO
46	30	rolos	compressa gaze tipo queijo rolo (1729)	ATUAL/ CREMER	1 ANO
47	1	UN	Contra-ângulo (126)	Não precisa amostra	1 ANO
48	750	UN	COTONETES (1414)	JOHNSON / CREMER	1 ANO
49	6	UN	CURETA DE DENTINA Nº111/2 (1698)	DUFLEX	1 ANO
50	10	UN	CURETA DE RASPAGEM Nº436 (1697)	NEUMAR	1 ANO
51	2	UN	DENTUSOFT (1713)	DENSELL	1 ANO
52	100	UN	DESCARPACK 15 LITROS (1248)	SHARPBOX	1 ANO
53	1	UN	DESFIBRILADOR AUTOMATICO (1677)	CMOS/ DRAKE	1 ANO
54	100	LT	detergente enzimático (1076)	RIOQUIMICA	1 ANO
55	300	UN	dispositivo para incontinencia urinaria masculina n°6 sem extensão, cofeccionado em latex natural (1728)	BIOSANI	1 ANO
56	30	UN	envelope esterelização em autoclave 12cm, embalagem tubular (678)	CIPACK	1 ANO
57	30	UN	envelope esterelização em autoclave 15cm, embalagem tubular (679)	CIPACK	1 ANO
58	25	UN	Envelope esterilização para autoclave 50 cm emablagem tubular (1416)	CIPACK	1 ANO
59	250	UN	equipo macro gotas flexivel com lanceta perf	TKL	1 ANO
60	400	UN	Equipo macro, gotas (309)	TKL	1 ANO
61	300	UN	escovinha para exame citopatológico (691)	VAGISPECK	1 ANO
62	100	UN	esparadrappo 10cmx4,5m (343)	CREMER	1 ANO
63	50	UN	esparadrappo 5 cm x 4,5 cm (1415)	CREMER	1 ANO
64	300	UN	espátula de haires (690)	CREMER / THEOTO	1 ANO
65	5	UN	ESPATULA DE RESINA Nº3 HH (1700)	DUFLEX	1 ANO
66	50	UN	especulo g (1230)	VAGISPECK	1 ANO
67	250	UN	especulo tamanho "P" (403)	VAGISPECK	1 ANO
68	500	UN	ESPECULO TAMANHO M (176)	VAGISPECK	1 ANO
69	10	UN	Espelho plano nº 5 ODONTOLOGICO (1428)	Não precisa amostra	1 ANO



70	1	UN	espelho de mão (887)	Não precisa amostra	1 ANO
71	2	UN	EXTINTOR CONTRA INCENDIO PÓ ABC, TIPO DE PRESSURIZAÇÃO: DIRETA, CAPACIDADE 12 LTROS	Não precisa amostra	1 ANO
72	5	Cx	FIO DE NYLON 6 - 0 COM 24 UNIDADES COM AGULHA (1721)	JOHNSON	1 ANO
73	5	UN	fio nylon 2-0 c/24 unidades com agulha (680)	JOHNSON	1 ANO
74	5	Cx	fio nylon 3- 0 c/24 com agulha (883)	JOHNSON	1 ANO
75	5	Cx	fio nylon 4-0 c/24 unidades com agulha (681)	JOHNSON	1 ANO
76	5	Cx	FIO NYLON 5-0 com 24 unidades com agulha (1223)	JOHNSON	1 ANO
77	1000	UN	FITA HGT (1236)	PRESTIGE	1 ANO
78	55	UN	Fita autoclave (1399)	CREMER	1 ANO
79	2	UN	FIXADOR CITOPATOLOGICO (180)	VAGISPECK	1 ANO
80	15	LT	flúor líquido 0,12% (711)	Não precisa amostra	1 ANO
81	1	Cx	FLUROSHIELD (OPACO) (1699)	Não precisa amostra	1 ANO
82	40	Fr	frasco para nutrição esteril, frasco em pe de 300 ml graduado com escala de 50 ml com dispositivo para fixação em suporte, tampa rosqueavel com lacre e adaptador de equipo em hifem. (1724)	BIO BASE/ CREMER	1 ANO
83	100	UN	GASE COMPRESSA 10X10 13 FIOS C/ 500 UN (262)	CREMER	1 ANO
84	200	UN	gase compressa 7,5 x 7,5 - 9 fios c/ 500unidades (683)	CREMER	1 ANO
85	30	LT	gel p/ ultra-som (559)	CARBOGEL	1 ANO
86	60	LT	GEL PARA ELETROCARDIOGRAMA (1227)	CARBOGEL	1 ANO
87	10	UN	GRAU PARA ESTERILIZAÇÃO (8 CM X 100) (1701)	CIPAMED	1 ANO
88	1	PÇ	IMOBILIZADOR LATERAL DE CABEÇA, ESTABILIZADO	Não precisa amostra	1 ANO
89	38	UN	Isofilme para Janelas e portas ( obs) o isofilme deve ser posto no local indicado pela unidade de saúde.  Medidas: aproximadamente: 16- 114	Não precisa amostra	1 ANO
90	20	UN	Jalecos Impermeáveis  Avental Impermeável - Manga Longa Punho de Lastex  Unidade tamanho 1,40 x 1,20m  Tamanho: 1,40x1,20m  Cor: Azul (1586)	Não precisa amostra	1 ANO

91	5	Kit	kit de acabamento de amálgama (472)	Não precisa amostra	1 ANO
92	5	Kit	KIT DE PONTEIRAS DE SILICONE PARA ACABAMENTO DE RESINA (1711)	Não precisa amostra	1 ANO
93	50	Cx	LAMINA BISTURI Nº 20 COM 100 UNIDADES (1233)	SOLIDOR	1 ANO
94	50	Cx	Lâmina de bisturi nº 12 (1436)	SOLIDOR	1 ANO
95	50	Cx	lâmina de bisturi nº 15 C com 100 (1435)	SOLIDOR	1 ANO
96	300	Cx	lâmina de preventivo cx c/ 50 unid (695)	SOLIDOR	1 ANO
97	1	UN	LAMPARINA (1702)	Não precisa amostra	1 ANO
98	2	Cx	lima endodontica 21 mm 1ª serie nº 15 (1065)	MANI	1 ANO
99	2	UN	lima endodontica 21 mm 1ª serie nº 20 (1066)	MANI	1 ANO
100	200	Compr	limbitrol 25 mg (esse medicamento não pode ser substituído) (1253)	Não precisa amostra	1 ANO
101	1	UN	LIQUIDO DO ACRILICO AUTOPOMERIZANTE (1693)	Não precisa amostra	1 ANO
102	21	UN	LIXEIRO CAPACIDADE 12 LITROS INOX POLIDO, FORMATO CILINDRICO COM BALDE INTERNO (1679)	Não precisa amostra	1 ANO
103	35	Cx	luva de procedimento com 100 EP (1224)	EMBRAMAC	1 ANO
104	40	Cx	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO G CAIXA C/ 100 UND. (132)	EMBRAMAC	1 ANO
105	150	Cx	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO M CAIXA C/ 100 UND. (131)	EMBRAMAC	1 ANO
106	50	UN	luva procedimento tamanho "P" (389)	EMBRAMAC	1 ANO
107	150	PA	luvas esteréis n.8.0 (390)	EMBRAMAC	1 ANO
108	200	PA	Luvas estéreis 7,0, (313)	EMBRAMAC	1 ANO
109	200	PA	luvas estéreis 7,5 (314)	EMBRAMAC	1 ANO
110	200	PA	luvas estereis 8.5 (1722)	EMBRAMAC	1 ANO
111	1	Kit	MACROMODELOS C/ EVOLUÇÃO DE DOENÇA PERIODONTAL, KIT COM 3 MACROMODELOS COM MEDIDAS DE 08 X 11 X 08. (1710)	Não precisa amostra	1 ANO
112	1	UN	Micro-motor (125)	KAVO	1 ANO
113	500	UN	micropore 2,5cmx4,5m (341)	CREMER	1 ANO
114	2	UN	Óculos de proteção (64)	Não precisa amostra	1 ANO
115	2	UN	PASTA LIZANDA (1712)	Não precisa amostra	1 ANO
116	3	UN	PAVIO (1703)	Não precisa amostra	1 ANO
117	1	UN	pedra laranja de afiar lima periodontal (1072)	Não precisa amostra	1 ANO
118	2	Cx	PELÍCULA RX INFANTIL 100 UNIDADES (1545)	Não precisa amostra	1 ANO



119	1	UN	PORTA AMÁLGAMA ( PLÁSTICO) UNITÁRIO (269)	Não precisa amostra	1 ANO
120	6	Pct	PORTA RAO X (1708)	Não precisa amostra	1 ANO
121	2	UN	POTE DAPEN (VIDRO) (1709)	Não precisa amostra	1 ANO
122	3	LT	PVPI demergante (1182)	Não precisa amostra	1 ANO
123	8	LT	PVPI TÓPICO (1183)	Não precisa amostra	1 ANO
124	1	UN	REGUA MELIMETRADA METÁLICA (1704)	Não precisa amostra	1 ANO
125	100	Pct	roletes de algodão para isolamento relativo (1048)	Não precisa amostra	1 ANO
126	300	UN	SACO DE LIXO PARA SUBSTANCIA INFECTANTE 50 LITROS 15 KG (1714)	Não precisa amostra	1 ANO
127	100	UN	scalp 21 (682)	CREMER / BD	1 ANO
128	200	UN	SCALP Nº 19 (143)	CREMER / BD	1 ANO
129	400	UN	SCALP Nº 23 (144)	CREMER / BD	1 ANO
130	750	UN	seringa 03ml c/ agulha (684)	CREMER / BD	1 ANO
131	2000	UN	seringa 05ml com agulha (685)	CREMER / BD	1 ANO
132	1000	UN	seringa 10ml c/ agulha (686)	CREMER / BD	1 ANO
133	500	UN	seringa 20ml c/ agulha (687)	CREMER / BD	1 ANO
134	1	Cx	SERINGA CENTRIX MAIS PONTEIRAS (1706)	Não precisa amostra	1 ANO
135	3500	UN	SERINGA HIPODERMICA PARA INSULINA COM AGULHA 0,38X13 (1574)	CREMER / BD	1 ANO
136	300	UN	SOLUÇÃO INJETAVE LISOTONICA DE GLICOSE A 5% 500 ML (1676)	Não precisa amostra	1 ANO
137	600	UN	sonda de aspiração traquel nº12 (1726)	BIOSANI/ CREMER	1 ANO
138	5	UN	SONDA NASOGASTRICA Nº14 LONGA (1238)	BIOSANI / CREMER	1 ANO
139	10	UN	SONDA NASOGASTRICA Nº 16 LONGA (1239)	BIOSANI / CREMER	1 ANO
140	20	UN	sonda nutre para alimentação	EMBRAMED/ BIOSANI	1 ANO
141	10	UN	SONDA VESICAL 16 (142)	EMBRAMED/ BIOSANI	1 ANO
142	500	UN	SORO FISIOLÓGICO 125 ML (149)	EQUIPEX	1 ANO
143	600	UN	SORO FISIOLÓGICO 250 ML (148)	EQUIPEX	1 ANO
144	500	Cx	SORO FISIOLÓGICO 500 ML CAIXA C/ 100 UNID. (147)	EQUIPEX	1 ANO
145	400	UN	SORO RINGHER - LACTATO 500 ml (1204)	EQUIPEX	1 ANO
146	1	UN	SPRAY MENOS 20 GRAUS (TESTE DE VITALIDADE) (1705)	Não precisa amostra	1 ANO

147	6	UN	talas moveis (alfagesso) talas compostas por uma fina placa de aluminio revestida por uma espuma rigida EVA não toxica. faceis de adaptar a qualquer membro. facilmente lavaveis e desinfectantaveis, tamanho rolo de 11 cm x 90 cm. (1682)	Não precisa amostra	1 ANO
148	5	UN	termometro (404)	CREMER	1 ANO
149	3	LT	TINTURA DE BENJOIN (1197)	Não precisa amostra	1 ANO
150	3	Pct	TIRAS DE LIXAS DE METÁLICAS ( PACOTE COM 12 TIRAS ) (1535)	Não precisa amostra	1 ANO
151	2	UN	TUBO CIRURGICO LATEX NATURAL RESISTENTE E TRAÇÃO ESTERIZAVEL 200 INT3,0 m , EXT 5,0 m COM 15 METROS. (1576)	AURIFLEX	1 ANO
152	2	UN	VALVULA REDUT PARA OXIGENIO 1 SAIDA COM FLUOXOMETRO (1575)	PROTEC	1 ANO
153	1	UNID	PIA PRA LAVAGEM DE MÃOS	Não precisa amostra	1 ANO
154	38	UNID	TELAS DE PROTÇÃO CONTRA INSETOS	Não precisa amostra	1 ANO
155	350	UNID	SACO DE LIXO PARA SUBSTANCIA INFECTANTE 50 LITROS 15 KG (1714)	Não precisa amostra	1 ANO

As marcas acima especificadas estão dispensadas de apresentação de amostragem, marcas não especificadas acima tem que ser submetidas a amostras.

Solicitar os arquivos do Betha Auto cotação para formulação da Proposta.

**Paulo Lopes**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

### 1º Termo Aditivo ao Contrato 054-2009

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 054/2009, de 27/04/2009.

Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado Adwvenncy Consultoria e Assessoria Ltda CNPJ nº 05.402.278/0001-09, Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de auditoria e consultoria. Finalidade: Prorrogação do Contrato de 25/02/2010 até 25/02/2011. 19 de março de 2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Nº 1.404

LEI Nº 1.404, DE 16 DE MARÇO DE 2010.

"AUTORIZA GASTOS COM COMPRA DE EQUIPAMENTOS E REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EM VIATURA DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais: FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a efetuar gastos destinados à Polícia Militar de Pinheiro Preto, para aquisição dos seguintes bens e execução dos seguintes serviços em viatura, limitados em até R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais):

- Kit trava elétrica;
- Sistema de alarme;
- Colocação de (película) insofilme;
- Rádio móvel fixo e antena.

Parágrafo único. O Comando da Polícia Militar local deverá prestar contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da autorização do órgão público, da execução dos serviços e instalação dos equipamentos na viatura, na forma prevista neste artigo.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 16 de março de 2010  
OSIRES PEDRO RANDON  
Vice-Prefeito em exercício

### Lei Complementar Nº 163

LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 16 DE MARÇO DE 2010.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 136, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS E ESTÍMULOS FISCAIS PARA EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS ESTABELECIDOS OU QUE VENHAM A SE ESTABELECEM NO MUNICÍPIO

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito em Exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º É acrescida a alínea "f" ao inciso II do art. 2º da Lei Complementar nº 136, de 02 de fevereiro de 2007:

"Art. 2º ....."

"II - ....."

"f) doação de pedra irregular, de pedra brita, pedrisco e pó de pedra para execução de obras de calçamento de pátios e áreas de circulação onde se encontram instaladas as empresas", desde que haja disponibilidade financeira.

Art. 2º O art. 10 da Lei Complementar nº 136, de 02 de fevereiro de 2007, passa a ter a seguinte redação:

Art. 10. Reverterão ao domínio público municipal, sem direito à indenização, as áreas de terra e pedras irregulares doadas a título de incentivos econômicos, bem como as benfeitorias e construções nelas realizadas, quando não utilizadas em suas finalidades, bem ainda na hipótese de a empresa beneficiária cessar suas atividades.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 16 de março de 2010  
OSIRES PEDRO RANDON  
Vice-Prefeito Municipal em Exercício

### Aviso de Licitação Nº 005/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2010

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 07 de abril de 2010, licitação modalidade Tomada de Preços nº 005/2010. Objeto: contratação de empresa para a execução de obras públicas, consistente na construção de pavimentação com pedras irregulares em via pública do Município. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 07/04/2010, até às 14:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:30 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 17 de março de 2010  
OSIRES PEDRO RANDON  
Prefeito Municipal

# Porto Belo

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Municipal nº 1.798/2010

LEI Nº 1.798/2010

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL COM CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.424.255/0001-31, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, nº 3016, Bairro Centro, neste Município.

Art. 2º O objeto do Convênio consiste na manutenção da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Porto Belo.



Parágrafo Único. O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), divididos em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), que será depositada até o décimo dia do mês subsequente na conta da instituição.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária municipal:

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação  
Unidade: 08.01 - Fundo Municipal de Educação  
Funcional: 12.367.0019 - Educação Especial  
Projeto/Atividade: 2.029 - Manutenção do Programa de Educação Especial  
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0500.0 - Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos  
Código reduzido: 000054

Art. 4º O presente convênio vigorará até 31 de dezembro de 2010, podendo, a critério do Município, ser renovado para o exercício financeiro seguinte, nos mesmos moldes, forma e condições do primitivo.

Art. 5º O convênio poderá ser rescindido unilateralmente pelo Município, caso não seja efetuada a prestação de contas dentro de 30 (trinta) dias contados do pagamento da parcela.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder professores e monitores já existentes no quadro de servidores de acordo com a necessidade e objetivo da APAE, enquanto perdurar a necessidade.

Parágrafo Único. A Cessão de servidores que trata o caput deste artigo, dar-se-á a requerimento por parte da APAE, sempre que houver a necessidade.

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar para a APAE material de limpeza e alimentos para melhor atendimento dos alunos.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a janeiro do ano em curso.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de março de 2010.  
ALBERT STADLER  
Prefeito

### **Lei Municipal nº 1.799/2010**

LEI MUNICIPAL Nº 1.799/2010

"ALTERA A LEI MUNICIPAL 1026 DE 17 DE ABRIL DE 1998 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". AUTORES: VEREADORES ELIAS CABRAL, ELIANA MENDES DE MELO E ALTINO TORQUATO DOS SANTOS JÚNIOR.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Modifica a ementa da Lei Municipal 1026 de 17 de abril de 1998, a qual passará a ter a seguinte redação:

"CRIA O PROGRAMA DE APOIO AO PRODUTOR AGRÍCOLA, AQUICULTOR E AO PESCADOR ARTESANAL".

Art. 2º Altera os artigos 1º e 2º da Lei Municipal 1026 de 17 de abril de 1998, os quais passarão a dispor da seguinte redação:

"Art. 1º Fica criado no Município de Porto Belo, Estado de Santa

Catarina, o programa de apoio ao Produtor Rural, Aquicultor e ao Pescador Artesanal, com o objetivo de incentivar e propiciar condições de desenvolvimento para as classes acima identificadas".

"Art. 2º Fazem parte do presente programa, a prestação de serviços com equipamento agrícolas da Patrulha Mecanizada do Município com acompanhamento e assistência técnica da EPA-GRI e da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura".

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, e em especial a ementa e os artigos 1º e 2º da Lei Municipal 1026/1998.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de março de 2010.  
ALBERT STADLER  
Prefeito

## **Porto União**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Portaria Nº 155/2010 - RH**

PORTARIA Nº 155, de 02 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor efetivo Neilor Grabovski, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Planejamento da Saúde, previsto no anexo IV, da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de fevereiro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 216/2010 - RH**

PORTARIA Nº 216, de 08 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 08 de fevereiro a 20 de dezembro de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Rosande de Moraes, para exercer o cargo de Professor - 1ª a 4ª série do ensino fundamental, 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, para atender aluno de inclusão, conforme Lei Federal.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades



junto ao Núcleo Educacional Jangada do Sul, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de fevereiro de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 217/2010 - RH**

PORTARIA Nº 217, de 09 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 09 de fevereiro de 2010, referente ao período aquisitivo de outubro de 2001 a outubro de 2006, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora RITA CASSIA LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível I, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de fevereiro de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 218/2010 - RH**

PORTARIA Nº 218, de 09 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de fevereiro a 30 de abril de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Yara Pinto Ferreira, para exercer o cargo de Professor – Educação Infantil, 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo, assuma a vaga.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Jardim do Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis,

vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de fevereiro de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 219/2010 - RH**

PORTARIA Nº 219, de 09 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de fevereiro a 30 de abril de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Odete Terezinha Diniz Roiek, para exercer o cargo de Terapeuta Ocupacional, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009, até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo, assuma a vaga.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de fevereiro de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 220/2010 - RH**

PORTARIA Nº 220, de 10 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Carla Viviane Antoszcyzen, para exercer o cargo de Professor – 5ª a 8ª série disciplina Educação Física, 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, para atuar no "Projeto AABB Comunidade", resultado de uma parceria do Banco do Brasil com o Município, não havendo necessidade de nomear servidor efetivo específico, em razão de ser um Projeto temporário.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.





Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de fevereiro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 221/2010 - RH**

PORTARIA Nº 211, de 08 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 08 de fevereiro a 20 de dezembro de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Lucélia Antonia Longo, para exercer o cargo de Professor – 1ª a 4ª série do ensino fundamental, 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, para atender aluno de inclusão, conforme determina Lei Federal.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de fevereiro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 222/2010 - RH**

PORTARIA Nº 222, de 10 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de fevereiro a 30 de abril de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Karin Daiane Barth, para exercer o cargo de Professor – Educação Infantil, 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo, assuma a vaga.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de fevereiro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 223/2010 - RH**

PORTARIA Nº 223, de 10 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de fevereiro a 30 de abril de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Marta Maria Perdon Marunhak, para exercer o cargo de Professor – Educação Infantil, 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo, assuma a vaga.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto a Pré Escola do Núcleo Educacional Frei Deodato, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de fevereiro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 224/2010 - RH**

PORTARIA Nº 224, de 10 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de fevereiro a 30 de abril de 2010, sob o Regime Jurídico Especial,





conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Evelin de Fátima Mousse, para exercer o cargo de Professor – Educação Infantil, 40 horas semanais, com vencimentos na Classe “A”, referência “01”, previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo, assuma a vaga.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso “III” e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de fevereiro de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 225/2010 - RH**

PORTARIA Nº 225, de 11 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 11 de fevereiro a 30 de abril de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Mario Manasses Barczak Capeletti, para exercer o cargo de Professor – 5ª a 8ª série disciplina Artes, 10 horas semanais, com vencimentos na Classe “A”, referência “01”, previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo, assuma a vaga.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso “III” e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional da Lança, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 11 de fevereiro de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 227/2010 - RH**

PORTARIA Nº 227, de 11 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 11 a 25 de fevereiro de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Débora Aparecida Feyh, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível I, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009, em substituição à servidora efetiva Mari Cláudia Froelich Caon que se encontra em Tratamento de Saúde.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 11 de fevereiro de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 228/2010 - RH**

PORTARIA Nº 228, de 12 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 12 de fevereiro a 11 de junho de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Adriana Aparecida Martins Varella, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível I, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009, em substituição à servidora efetiva Rita Cássia Lima que se encontra em Licença Prêmio de 90 dias e posteriormente 30 dias de férias.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional do Legru, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de fevereiro de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 229/2010 - RH**

PORTARIA Nº 229, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “a”, da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º REVOGAR A PEDIDO, a Portaria nº 052 de 02 de fevereiro de 2009, que designa Ivana Carla Krassowski Franco, para o cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal de Desenvolvimento Social.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 230/2010 - RH**

PORTARIA Nº 230, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR, a servidora efetiva Anne Grasielle Chagas, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Coordenadora de Vigilância Sanitária, previsto no anexo IV, da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria N 231/2010 - RH**

PORTARIA Nº 231, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Luiziane Caroline da Silva, do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 232/2010 - RH**

PORTARIA Nº 232, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Ca-

tarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Mitsa Carla Dalmolin Slongo, do cargo de Médico (Cardiologista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 233/2010 - RH**

PORTARIA Nº 233, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Susana Ferreira dos Santos, do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 234/2010 - RH**

PORTARIA Nº 234, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, pelo período de 17 de fevereiro a 12 de março de 2010, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Luiziane Caroline da Silva, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro São Bernardo do Campo, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2010.



Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 235/2010 - RH**

PORTARIA Nº 235, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, pelo período de 17 de fevereiro a 12 de março de 2010, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Susana Ferreira dos Santos, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro São Bernardo do Campo, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 236/2010 - RH**

PORTARIA Nº 236, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 17 de fevereiro de 2010, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2003 a fevereiro de 2008, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor JOAO VIVALDINO RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível II, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 237/2010 - RH**

PORTARIA Nº 237, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Alcemir José Leandro, do cargo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 238/2010 - RH**

PORTARIA Nº 238, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 18 de fevereiro a 18 de março de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Fabiana Alves de Moraes, para exercer o cargo de Professor – 5ª a 8ª série disciplina Geografia, 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, em substituição à servidora efetiva Neuza Jarentchuk Marangoni, que se encontra em Tratamento Médico.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 239/2010 - RH**

PORTARIA Nº 239, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR a carga horária da servidora contratada Lucia Paolyck, de vinte (20) horas semanais, para quarenta (40) horas semanais, no período de 18 de fevereiro a 18 de março de 2010, para exercer atividades de Professora 1ª à 4ª série, com vencimentos na Classe "A" referência "1", previsto nos anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952, alterada pelas Leis Municipais nº 3.308, de 29 de junho de 2007 e Lei nº 3.626 de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, em substituição à servidora efetiva Neuza Jarentchuk Marangoni, que se encontra em Tratamento Médico.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art.3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2010.

Porto União, SC - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 240/2010 - RH**

PORTARIA Nº 240, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR através do Concurso Público Municipal nº 001/2006, Sandra Mara Martins da Cunha, aprovada em 70º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível I, previsto no anexo I, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 241/2010 - RH**

PORTARIA Nº 241, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR através do Concurso Público Municipal nº 001/2006, Margarete Kreuzberg Reisdorfer, aprovada em 73º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível I, previsto no anexo I, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 242/2010 - RH**

PORTARIA Nº 242, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Joseane Aguida dos Santos Levandoski, do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 243/2010 - RH**

PORTARIA Nº 243, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 22 de fevereiro a 20 de dezembro de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Moisés Atílio Cabassa Junior, para exercer o cargo de Professor – 5ª a 8ª série, 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, para exercer atividades complementares com os alunos do período integral no contra turno.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei



Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto aos Núcleos Educacionais Jornalista Herminio Milis, João Fernando Sobral e Frei Deodato, vinculados a Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 244/2010 - RH**

PORTARIA Nº 244, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 22 de fevereiro a 20 de dezembro de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Josilde Tusset, para exercer o cargo de Professor – 5ª a 8ª série, 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, para atuar na Alfabetização de Jovens e Adultos.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 245/2010 - RH**

PORTARIA Nº 245, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR através do Concurso Público Municipal nº 001/2006, Cássia Nalon Conte, aprovada em 6º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, previsto no anexo I, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 246/2010 - RH**

PORTARIA Nº 246, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Denise Aparecida Feyh, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível I, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 247/2010 - RH**

PORTARIA Nº 247, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Ines Terezinha Cantele Zenaro, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível I, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 26 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 248/2010 - RH**

PORTARIA Nº 248, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**





Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Jamile Pastuchaki, do cargo de Professor 5ª a 8ª série, disciplina Português, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 26 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 249/2010 - RH**

PORTARIA Nº 249, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 26 de fevereiro a 22 de março de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Débora Aparecida Feyh, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível I, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009, em substituição à servidora efetiva Mari Cláudia Froelich Caon que se encontra em Tratamento de Saúde.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 26 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 250/2010 - RH**

PORTARIA Nº 250, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Alessandra Buch Fauate, do cargo de Monitora de Trânsito, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 251/2010 - RH**

PORTARIA Nº 251, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Marília Gabriela Niewohner, do cargo de Monitora de Trânsito, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 252/2010 - RH**

PORTARIA Nº 252, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Simone de Lima, do cargo de Monitora de Trânsito, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 253/2010 - RH**

PORTARIA Nº 253, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Eliane Aparecida Schwatey, do cargo de Monitora de Trânsito, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 254/2010 - RH**

PORTARIA Nº 254, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Oziani Terezinha Krinke, do cargo de Monitora de Trânsito, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 256/2010 - RH**

PORTARIA Nº 256, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Aline Martins da Cunha Guerra, do cargo de Monitora de Trânsito, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 257/2010 - RH**

PORTARIA Nº 257, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Jéssica Vanderléia dos Santos, do cargo de Monitora de Trânsito, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 258/2010 - RH**

PORTARIA Nº 258, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Silvana Cristina Nacionecni Moraes, do cargo de Monitora de Trânsito, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 259/2010 - RH**

PORTARIA Nº 259, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Katleen Daiane Ivaz, do cargo de Monitora de Trânsito, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 260/2010 - RH**

PORTARIA Nº 260, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Simone de Fátima Kotoski, do cargo de Monitora de Trânsito, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 261/2010 - RH**

PORTARIA Nº 261, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Joseli Aparecida Leandro, do cargo de Monitória de Trânsito, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 262/2010 - RH**

PORTARIA Nº 262, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Márcia da Silva Ferreira, do cargo de provimento efetivo de Atendente Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 263/2010 - RH**

PORTARIA Nº 263, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 01 de março de 2010, referente ao período aquisitivo de agosto de 2004 a agosto de 2009, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora LEDY ERNA GRAEFLING CHIMANSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 264/2010 - RH**

PORTARIA Nº 264, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 01 de março de 2010, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora DIVA NOWACKI, ocupante do cargo de provimento efetivo em extinção isolado de Professor - leigo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 265/2010 - RH**

PORTARIA Nº 265, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RETIFICAR a habilitação e o cargo da servidora contratada RENATA PENTEADO, do nível Magistério - Professor 1ª a 4ª do ensino fundamental, para o nível Superior – Professor 5ª a 8ª série.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Portaria Nº 266/2010 - RH**

PORTARIA Nº 266, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de março a 27 de agosto de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ana Aparecida Oliveira Bueno, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível I, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº



3.605, de 25 de maio de 2009, em substituição à servidora efetiva Cirlei de Paula que se encontra em Licença Maternidade.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional da Lança, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 267/2010 - RH**

PORTARIA Nº 267, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 a 30 de março de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Alcemir José Leandro, para exercer o cargo de Motorista de Veículos Pesados, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009, em substituição ao servidor efetivo Roger Bieberbach, que se encontra em férias.

Art 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Centro, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 268/2010 - RH**

PORTARIA Nº 268, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de março a 14 de abril de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Claudia Willmsen, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível I, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009, em substituição à servidora efetiva Daniele Glixinski Cordeiro que se encontra em Tratamento de Saúde.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 269/2010 - RH**

PORTARIA Nº 269, de 01 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR através do Concurso Público Municipal nº 001/2006, Sueli Polika Talasz, aprovada em 76º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível I, previsto no anexo I, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 226/2010 - RH**

PORTARIA Nº 226, de 11 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 11 de fevereiro a 01 de abril de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Danielle Cristina Andrukiu, para exercer o cargo de Atendente Infantil, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009, em substituição às servidoras efetivas Márcia da Silva Ferreira e Josiane Beatriz Azeredo, que se encontram em Tratamento Médico.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 11 de fevereiro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura



**Processo Licitatório 030/2010 Extrato de Edital de Pregão Presencial 017/2010**

MUNICIPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 030/2010

Extrato de Edital de Pregão Presencial 017/2010

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de Pregão presencial, para aquisição de óleo diesel comum, gasolina comum, álcool combustível e óleo diesel bomba, para manutenção da frota da Prefeitura Municipal. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será no dia 05 de abril de 2010 as 10:00 horas, na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 10:15 horas, no mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126.

Porto União SC, 18 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

**Processo Licitatório 014/2010 EDUCAÇÃO Extrato de Edital de Pregão Presencial 005/2010 EDUCAÇÃO**

MUNICIPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 014/2010

Extrato de Edital de Pregão Presencial 005/2010 Educação

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de Pregão presencial, para aquisição de produtos para merenda escolar. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será no dia 06 de abril de 2010 as 14:00 horas, na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 14:15 horas, no mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126.

Porto União SC, 18 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

**Processo Licitatório 010/2010 EDUCAÇÃO Extrato de Edital de Pregão Presencial 004/2010 EDUCAÇÃO**

MUNICIPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 010/2010 Educação

Extrato de Edital de Pregão Presencial 004/2010 Educação

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de Pregão presencial, para aquisição de produtos de higiene e limpeza para Escolas do Ensino Fundamental. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será no dia 05 de abril de 2010 as 14:00 horas, na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 14:15 horas, no mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126.

Porto União SC, 18 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

**Extrato Pregão Presencial N° 010/2010 - SMS**

Município de Porto União – SC - Secretaria Municipal de Saúde

Processo Licitatório 010/2010 - Pregão Presencial nº. 001/2010

– SMS

Objeto: Contratação do transporte de pacientes do SUS do Município de Porto União para TFD. Tipo: Menor preço global.

Recebimento das Propostas: até as 14:00 horas do dia 31 de março de 2010;

Início da Sessão: as 14:15 horas do dia 31/03/2010 no setor de licitações da Secretaria Municipal da Saúde de Porto União.

Informações Complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados através do e-mail [compras.suspu@sincronet.com.br](mailto:compras.suspu@sincronet.com.br)

Porto União, 10 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

## Rio do Sul

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Dispensa de Licitação 028/2010**

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 28/2010

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: curso ação empresarial e tecnologia educacional para gestores da rede municipal..

Valor R\$ 47.500,00 (quarenta sete mil quinhentos reais).

Contratado: FAPEU (Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão Universitária)

Fundamento Legal: Art. 25, Inciso II, combinado com o Art. 13, incisos IV e VI da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal

Rio do Sul, 18 de março de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### CÂMARA DE VEREADORES

**Portaria Nº 533**

PORTARIA Nº 533, DE 19 DE MARÇO DE 2010.

"AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO DE ACORDO COM O ART. 79 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 099 DE 24/04/2003."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o Artigo 42, inciso XXXVI, alínea "a" da Resolução nº 268/2002 - Regimento Interno da Câmara Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder nos termos do Parágrafo 3º, do Art. 79 da Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003, Licença Prêmio em pecúnia, a servidora municipal HELIANA DUARTE PRIM, ocupante do cargo de provimento efetivo – Agente Legislativa, exercendo as funções de Diretora Legislativa, referente ao quinquênio compreendido entre 19 de março de 2005 a 19 de março de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 19 de março de 2010.

DIONÍSIO MAÇANEIRO

Presidente da Mesa



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto N° 4.016

DECRETO N° 4.016, DE 17 DE MARÇO DE 2010.

Nomeia os membros da Comissão da Junta Administrativa de Infraestrutura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei n° 1.829, de 30 de setembro de 2009,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os senhores a seguir relacionados para comporem a Comissão da Junta Administrativa de Infraestrutura, do Município de São Lourenço do Oeste, SC:

#### I - Representantes Titulares:

- a) 1º Titular: Lauri Alberto Centenaro, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula n° 374/01, inscrito no CPF sob o n° 674.402.079-04;
- b) 2º Titular: Waldir Segatto, ocupante do cargo de Gerente de Serviços Urbanos, matrícula n° 506/02, inscrito no CPF sob o n° 402.043.830-72;
- c) 3º Titular: Getulio Luzzatto, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula n° 1732/01, inscrito no CPF sob o n° 193.796.680-15;

#### II - Representantes Suplentes:

- a) 1º Suplente: Ananias Severo José da Silva, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, matrícula n° 9/01, inscrito no CPF sob o n° 251.275.009-49;
- b) 2º Suplente: Silvanir Carlos Ranzan, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula n° 1686/01, inscrito no CPF sob o n° 986.042.879-49;
- c) 3º Suplente: José Savi Mondo Sobrinho, ocupante do cargo de Motorista, matrícula n° 838/01, inscrito no CPF sob o n° 532.220.599-34.

Parágrafo único. Para efeitos do caput, fica considerado Presidente da Comissão da Junta Administrativa de Infraestrutura, o titular mencionado no inc. I, alínea "a".

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 17 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### Decreto N° 4.017

DECRETO N° 4.017, DE 18 DE MARÇO DE 2010.

Designa engenheiro civil para efetuar laudo de avaliação de imóvel que identifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo artigo 55, VII da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Senhor EDUARDO BRATTI, brasileiro, Engenheiro Civil da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina – AMNOROESTE, inscrito no CREA-SC sob n° 048003-9, para expedir Laudo de Avaliação dos seguintes bens imóveis:

I – Lote urbano n° 07, da quadra "C", com área superficial de 2.603,67m² (dois mil seiscentos e três vírgula sessenta e sete

metros quadrados), sem benfeitorias, situado no Condomínio Industrial Efaíslo, na SC 468, confrontando: ao NORTE com a rua "A", na extensão de 43,628 metros; ao SUL com o lote urbano n° 02, na extensão de 44,673 metros; ao LESTE com parte do lote urbano n° 08, na extensão de 51,452 metros; e ao OESTE com parte do lote urbano n° 05, na extensão de 32,401 metros, e com o lote urbano n° 06, na extensão de 36,809 metros, no total de 69,210 metros, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste – SC, matrícula n° 13.598.

II – Lote urbano n° 07, da quadra "E", com área superficial de 1.441,94 m² (um mil, quatrocentos e quarenta e um vírgula noventa e quatro metros quadrados), sem benfeitorias, situado no Condomínio Industrial Efaíslo, na SC 468, confrontando: ao NORTE com parte do lote rural n° 01-B de Eugênio Mathias Wolfart, na extensão de 29,00 metros; ao SUL com a área "A", na extensão de 29,00 metros; ao LESTE com o lote urbano n° 08, na extensão de 49,722 metros; e ao OESTE com o lote urbano n° 06, na extensão de 49,722 metros, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste – SC, matrícula n° 13.612.

Art. 2º Os serviços de elaboração do Laudo de Avaliação mencionado no artigo 1º dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Art. 3º O Avaliador deverá entregar o Laudo no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 18 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### Aviso de Anulação da Publicação PL 26 Concorrência 01

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, torna público para conhecimento dos interessados, ANULAÇÃO da publicação, Aviso de Licitação Processo 26/2010 Concorrência n°01, publicado no dia 17/03/2010 edição 449, por objeto: DOAÇÃO COM ENCARGOS E CLÁUSULA DE REVERSÃO DE TERRENOS SITUADOS NO CONDOMÍNIO INDUSTRIAL EFAÍSLO, A TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO. INFORMAÇÕES [www.licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](http://www.licitacoes@saolourenco.sc.gov.br).

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação N°01 CDM

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO COMITÊ DESPORTIVO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 31/03/2010, às 15:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital n° 001/2010 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°01 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LIGA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGENS, PARA O VIGESIMO SÉTIMO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO AMADOR. . CONFORME ANEXO I DO EDITAL. INFORMAÇÕES. [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br)

MARISTEL CRISTINA FEUSER

Gerente Executiva

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto n.º 117/2010

DECRETO n.º 117/2010

Concede Férias ao servidor ESDRAS CAMARGOS.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ESDRAS CAMARGOS, ocupante do Cargo de Médico Ginecologista/Obstetra, férias por 15 dias que gozará a partir de 17/03/10 a 31/03/10, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de março de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

### Decreto n.º 118/2010

DECRETO n.º 118/2010

Exonera SUELI MARIA STÄHELIN do cargo em Comissão de Diretora da Escola Básica Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar SUELI MARIA STÄHELIN do cargo em Comissão de Comissão de Diretora da Escola Básica Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de março de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

### Decreto n.º 119/2010

DECRETO n.º 119/2010

Nomear ROSEMARY REITZ FRANCENER para o cargo em Comissão de Diretora da Escola Básica Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Nomear ROSEMARY REITZ FRANCENER para o cargo em Comissão de Comissão de Diretora da Escola Básica Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de março de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

# Schroeder

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Nº 1.784/2010

LEI Nº1.784/2010

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A REALIZAR A COBRANÇA DE TAXA DE INSCRIÇÃO E CONCEDER PREMIAÇÃO NOS EVENTOS ESPORTIVOS DISCRIMINADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a realizar a cobrança de taxa de inscrição e pagamento de premiação, nos eventos discriminados no Anexo I da presente Lei.

§1º O Poder Público Municipal providenciará as formas de cobrança, de modo que, ao final, todo o valor arrecadado seja depositado nos cofres da Municipalidade, a título de "Receitas Diversas".

§ 2º Os recursos destinados à premiação serão oriundos da receita auferida por meio da cobrança das taxas de inscrição, bem como das dotações específicas do Setor de Esportes, caso não haja saldo suficiente naquela rubrica.

Art. 2º Os regulamentos dos torneios conterão disposições específicas sobre sua coordenação e seu desenvolvimento, mantidas as especificações determinadas nesta Lei.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Público Municipal a buscar apoio junto à sociedade civil para a consecução dos objetivos destes eventos esportivos, podendo tal apoio ser objeto de divulgação durante o transcurso dos eventos.

Art. 4º O Poder Público Municipal prestará contas dos eventos qualificados nesta Lei, diretamente à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo de 60 (sessenta dias) a contar do término do mesmo, incluindo nesta prestação todo o apoio recebido.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 16 de março de 2010.

LUÍS APARÍCIO RIBAS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

**ANEXO I**  
**TABELA DE EVENTOS / ATIVIDADE**

Realização/ Mês	Taxa de Inscrição	Evento / Atividade	Premiação Individual (R\$)	Premiação Total
Março Abril Maio	R\$ 120,00 por equipe	25º Campeonato Municipal de Bocha Previsão de 10 a 12 equipes p/ 2010	1º 700,00 2º 450,00 3º 350,00 4º 200,00	R\$ 1.700,00
Abril Maio Junho	R\$ 200,00 por equipe	25º Campeonato Municipal de Futebol de Campo Previsão de 10 equi- pes p/ 2010	1º 800,00 2º 450,00 3º 250,00 4º 200,00	R\$ 1.700,00
Abril Maio	R\$ 120,00 Por equipe	11º Campeonato Municipal Master (Nascidos em 1965, 1964...) Previsão de 06 equi- pes p/ 2010	1º 300,00 2º 180,00 3º 120,00 4º 100,00	R\$ 700,00
Julho Agosto	R\$ 120,00 por equipe	19º Campeonato Municipal Sênior (Nascidos em 1975, 1974...) Previsão de 10 equi- pes p/ 2010	1º 400,00 2º 200,00 3º 150,00 4º 120,00	R\$ 870,00
Julho Agosto	R\$ 70,00 por equipe	4º Campeonato Municipal de Bocha para Casais Previsão de 15 equi- pes p/ 2010	1º 400,00 2º 300,00 3º 150,00 4º 70,00	R\$ 920,00
Agosto	R\$ 120,00 por equipe	25º Campeonato Municipal de Futsal Adulto Masculino Previsão de 15 equi- pes p/ 2010	1º 600,00 2º 400,00 3º 300,00 4º 200,00	R\$ 1.500,00
Agosto ou Setembro	R\$ 120,00 por equipe	7º Torneio Aberto de Voleibol Masc. e Fem. Previsão de 10 a 15 equipes p/ 2010	1º 400,00 2º 200,00 3º 150,00 R\$ 750,00	2X por ser Masc/Fem R\$ 1.500,00
Setembro Outubro Novembro	R\$ 120,00 por equipe	1º Campeonato Municipal de Futebol Suíço Previsão de 06 equi- pes p/ 2010	1º 600,00 2º 400,00 3º 300,00 4º 200,00	R\$ 1.500,00
TOTAL				R\$ 10.390,00

1- É importante ressaltar que em todos os eventos acima citados inclui-se na Premiação a entrega de troféus e medalhas as equipes, assim como troféus de artilheiro, goleiro menos vazado, participação dentre outras, conforme especificações de cada evento.

2- Os valores de Premiação estão baseados na previsão do número de inscritos e assim proporcionalmente aos valores arrecadados em cada evento.

3- Obs: Para eventos: Acima de 15 atletas inscritos a Taxa de Inscrição é de R\$ 200,00.

Até 15 atletas inscritos a Taxa de Inscrição é de R\$: 120,00.

Exceção: Bocha Casais.

**Lei Nº1.785/2010**

LEI Nº1.785/2010

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE JARAGUÁ DO SUL – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a celebrar Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE JARAGUÁ DO SUL – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes na prevenção de incêndios, através de análise de projetos de prevenção de incêndio, vistorias para liberação de habite-se, vistorias para liberação de alvarás de funcionamento e fiscalização preventiva, no âmbito das construções para fins comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências multi-familiares e no atendimento a acidentes de trânsito e socorro a pessoas no Município de Schroeder, com a utilização de ambulâncias e viaturas.

§ 1º Para a execução do Convênio de que trata o "caput" deste artigo, o Município de Schroeder repassará a entidade, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de acordo com o Plano de Aplicação determinado no corpo do instrumento de Convênio.

§ 2º O repasse da parcela de cada mês está condicionada à apresentação da Prestação de Contas do mês anterior.

§ 3º A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado, nas mesmas condições da presente Lei, por igual período, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual – Exercício 2010, sob a seguinte rubrica: 06.02.2.038.3.3.60.41.00.00.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 16 de março de 2010.

LUÍS APARÍCIO RIBAS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

**Portaria Nº. 3.419/2010**

PORTARIA Nº. 3.419/2010, de 17 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, con-substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Kleberson Wendt, para exercer o cargo de Professor C (Ensino Fundamental - Educação Física), percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério (Nível 157), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de março de 2010.  
LUIS APARICIO

Prefeito Municipal em exercício

RIBAS HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.  
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

### **Portaria Nº. 3.420/2010**

PORTARIA Nº. 3.420/2010, de 17 de março de 2010.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Raquel de Araújo Herweg, para exercer o cargo de Fonoaudióloga, percebendo o nível salarial nº. 50, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de março de 2010.  
LUIS APARICIO RIBAS

Prefeito Municipal em exercício

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.  
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

### **Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preço Nº. 05/2010-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2010-PMS  
O Prefeito Municipal em exercício, LUIS APARÍCIO RIBAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preço nº. 05/2010 – PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço global, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: Consiste na contratação de empresa de Engenharia para

elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária da Avenida dos Imigrantes, contendo uma extensão e oito quilômetros incluindo ponte medindo um mil e oitocentos metros quadrados, bem como locação da rede de água potável, no município de Schroeder/SC.

Empresa vencedora: AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES SC LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.967.284/0001-40, estabelecida a Rua Clodoaldo Gomes, nº. 415, Distrito Industrial, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Valor da proposta vencedora: R\$ 119.960,00 (Cento e dezenove mil novecentos e sessenta reais).

Schroeder, 18 de março de 2010.  
LUIS APARÍCIO RIBAS

Prefeito Municipal em exercício

### **Extrato do Contrato Nº. 57/2010-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 57/2010-PMS  
Processo de licitação nº. 33/2010 – PMS - Modalidade Tomada de Preços nº. 05/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/ SC.

Contratado: AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES SC LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.967.284/0001-40, estabelecida a rua Clodoaldo Gomes, nº. 415, Distrito Industrial, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Consiste na contratação de empresa de Engenharia para elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária da Avenida dos Imigrantes, contendo uma extensão e oito quilômetros incluindo ponte medindo um mil e oitocentos metros quadrados, bem como locação da rede de água potável, no município de Schroeder/SC.

Valor: R\$ 119.960,00 (Cento e dezenove mil novecentos e sessenta reais).

Data da Assinatura: 18/03/2010 - Vigência: 31/12/2010

LUIS APARÍCIO RIBAS  
Prefeito Municipal em exercício

### **Extrato do Contrato Nº. 58/2010-PMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 58/2010-PMS  
Dispensa de Licitação nº. 14/2010-PMS  
Processo nº. 57/2010-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratado: SVI REPRESENTAÇÕES E PROMOÇÕES DE EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.274.705/0001-22, estabelecida na Rua Manoel Francisco da Costa, nº. 4209, sala 01, Bairro João Pessoa, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.257-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato contratação de empresa responsável pela execução do show artístico com Bandas ao ar livre, no dia de março de 2010, com início às 16h e término às 20h, na Rua Marechal Castelo Branco, Centro, para o evento "Banda na Marechal", coordenado pelo Setor de Cultura, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Prefeitura de Schroeder/SC, sendo:

- Execução do show artístico com Bandas ao ar livre, no dia de março de 2010, com início às 16h e término às 20h, na Rua Marechal Castelo Branco, Centro, trecho que compreende entre a Rua João Arnaldo Moritz e a Rua Barão do Rio Branco, para o evento



"Banda na Marechal", evento autorizado pela Lei Municipal nº. 1.782/2010, sendo a empresa responsável em disponibilizar todo o equipamento de som e microfones para o acontecimento do evento e também pelas contratações das bandas que farão as apresentações do evento.

Valor: R\$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais).

Data da Assinatura: 18/03/2010 - Vigência: 30/04/2010

LUIS APARÍCIO RIBAS

Prefeito Municipal em exercício

### **Termo Aditivo Nº. A15/2010 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A15/2010 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 203/2009 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal em exercício, o Senhor Luis Aparício Ribas;

ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.103.065/0001-01, estabelecida na Rua João Maluta Junior, nº. 1455, Sala 03, Centro, Cidade de Guarumirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Adriano Roberto Debatin, inscrito no CPF sob o nº. 004.308.559-82, portador da carteira de identidade nº. 3.727.743-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 203/2009 - PMS, celebrado em 21 de setembro de 2009, proveniente do processo licitatório nº. 108/2009-PMS, modalidade Tomada de Preço nº. 09/2009 - PMS, em que consiste na contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) da Reforma e Ampliação da Creche Girassol, localizada na Rua Guilherme Zastrow, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e cronograma físico – financeiro em anexos, parte integrante do Processo.

Considerando o disposto no Artigo 57, §1º, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devido a serviços adicionais, analisados a serem executados na ampliação e reforma da Creche Girassol.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Marcelo da Silva, CREA – SC 54209-1, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo ao processo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica aditivado ao contrato o valor de R\$ 13.659,69 (Treze mil seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos).

Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 16 de março de 2010.

CONTRATADA:

ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA

Adriano Roberto Debatin

CPF nº. 004.308.559-82

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Luis Aparício Ribas

Prefeito Municipal em exercício

TESTEMUNHAS:

1ª

Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª

Nome: Everton Francisco Cesconetto

CPF nº. 038.873.459-08

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº. 16/2010-FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 16/2010-FMS

Processo de licitação nº. 09/2010 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 06/2010 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratado: ALIANÇA HOSPITALAR LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.501.603/0001-65, estabelecida na Avenida Oscar Barcelos, nº. 205, sala 02, Centro, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Qdte	Unid	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
01	Abaixador de língua de madeira descartável, pacote com 100 unidades	270	pacote	1,85	499,50
02	Atadura de crepom 4cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	180	pacote	1,99	358,20
03	Atadura de crepom 6cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	220	pacote	1,96	431,20
04	Atadura de crepom 8cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	250	pacote	2,47	617,50
05	Atadura de crepom 10cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	250	pacote	3,06	765,00
06	Atadura de crepom 15cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	250	pacote	4,60	1.150,00
07	Atadura de crepom 20cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	180	pacote	5,99	1.078,00
08	Compressa de gaze 13 fios - 7,5 x 0,75cm com pacote com 500 unidades	370	pacote	8,86	3.278,20
VALOR R\$ TOTAL					8.177,80

Valor: de R\$ 8.177,80 (Oito mil e cento e setenta e sete reais e oitenta centavos).

Data da Assinatura: 18/03/2010

Vigência: 18/03/2011

LUIS APARÍCIO RIBAS

Prefeito Municipal em exercício



**DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 15/2010-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**Nr.: 15/2010 - DL****Processo Nr.: 59/2010**  
**Data: 17/03/2010**

Folha: 1/2

**Fornecedor: ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA.**  
Endereço: RUA JOÃO MALUTA JUNIOR, 1455  
Cidade: GUARAMIRIM - SC  
CNPJ: 07.103.065/0001-01

Código: 9892

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) da construção de 15 (quinze) abrigos de passageiros no Município de Schroeder/SC, de acordo com o projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e cronograma físico - financeiro em anexos, parte integrante deste Processo, conforme Convênio nº. 15962/2009-0, com a Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) da construção de 15 (quinze) abrigos de passageiros no Município de Schroeder/SC, de acordo com o projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e cronograma físico - financeiro em anexos, parte integrante deste Processo, conforme Convênio nº. 15962/2009-0, com a Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul.	UN	52.500,00	52.500,00

**JUSTIFICATIVA:****Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas do mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**TEXTO**

APÓS DUAS TENTATIVAS DE LICITAÇÃO POR CARTA CONVITE CONSIDERADAS DESERTAS (POR AUSÊNCIA DE PARTICIPANTES), A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS SOLICITOU O CANCELAMENTO DA MESMA E ENCAMINHOU A SOLICITAÇÃO DE DISPENSA PARA CONSTRUÇÃO URGENTE DESTAS OBRAS, LARGAMENTE RECLAMADAS PELA POPULAÇÃO.

SCHROEDER, 17 de Março de 2010

-----  
LUIS APARÍCIO RIBAS  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09  
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**  
**C.E.P.:** 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 15/2010 - DL****Processo Nr.: 59/2010**  
**Data: 17/03/2010**

Folha: 2/2

**DESPACHO FINAL:**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 16 de Março de 2010

**Valor da Despesa:** 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais)**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal**ATA DE REGSITRO DE PREÇO PREGAO 06/2010-FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010****Número do Registro de Preços: 4/2010      Data do Registro: 18/03/2010      Válido até: 18/03/2011****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Abaixador de língua de madeira descartável, pacote com 100 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	ESTILO	1,8500	1
2	Atadura de crepom 4cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	PEROLA	1,9900	1
3	Atadura de crepom 6cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	PEROLA	1,9600	1
4	Atadura de crepom 8cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	PEROLA	2,4700	1
5	Atadura de crepom 10cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	PEROLA	3,0600	1
6	Atadura de crepom 15cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	PEROLA	4,6000	1
7	Atadura de crepom 20cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	PEROLA	5,9900	1
8	Compressa de gaze 13 fios - 7,5 x 0,75cm com pacote com 500 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	ANDREONI	8,8600	1

SCHROEDER, 18 de Março de 2010.



**Convocação Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS**

Convocação Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ALEXANDRE SANTOS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob n°. 053.982.369-46, aprovado em 5º lugar no Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - EDUCAÇÃO FÍSICA- 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 16 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 18 de março de 2010.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**Convocação Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS**

Convocação Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. EBERTON VARGAS TRENTIN, inscrito no CPF sob n°. 934.663.310-72, aprovado em 6º lugar no Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - EDUCAÇÃO FÍSICA- 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 16 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 18 de março de 2010.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**Convocação Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS**

Convocação Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SARA MICHELE SCHUMANN, inscrita no CPF sob n°. 059.355.909-64, aprovada em 7º lugar no Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - EDUCAÇÃO FÍSICA- 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 16 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 18 de março de 2010.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**Convocação Concurso Público n°. 004/2009/SM-SAS/PMS**

Convocação Concurso Público n°. 004/2009/SMSAS/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ALINE MULLER, inscrita no CPF sob n°. 955.216.150-91, aprovada em 2º lugar no Concurso Público n°. 004/2009/SMSAS/PMS, para o cargo de MÉDICO, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 16 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder - SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 12.4.

Schroeder (SC), 18 de março de 2010.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER  
Secretária de Saúde e Assistência Social

**Convocação Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS**

Convocação Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. JORGE BRENNEISEN JUNIOR, inscrito no CPF sob n°. 026.803.069-37, aprovado em 1º lugar no Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de MÉDICO, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 16 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 18 de março de 2010.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER  
Secretária de Saúde e Assistência Social

## Tunápolis

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Processo de Licitação Nº 04/2010

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2010  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2010  
Edital de Pregão Presencial nº 02/2010

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Pregão Presencial que tem por objeto a Aquisição de Medicamentos destinados à Secretaria Municipal de Saúde.

Entrega das propostas até às 9h do dia 05/04/2010.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, ou celular 91365329

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 17 de março de 2010

ELISE G. TRENHAGO

Gestora do Fundo Municipal da Saúde

#### Extrato Aditivo 01/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Extrato Aditivo 01/2010

Contrato/Aditivo nº: 01/2010

Contrato Superior nº: 23/2010

Licitação: Pregão Presencial 03/2010.

Contratado: TRANSPORTES MATHEUS LTDA ME

Altera a ementa do Contrato Administrativo nº 23/2010 do Processo Licitatório nº 04/2010, onde se lê sócio administrador da empresa Transportes Matheus Ltda ME o Sr. Aloísio Toillier, retira-se da sociedade, e ingressa na presente sociedade como sócia cotista a Sra. Ilaine Marta Spaniol Monbach, de acordo com a primeira alteração contratual.

As demais cláusulas constantes do Contrato nº 23/2010, permanecem inalteradas e em pleno vigor e na forma original contratada.

Data: 03/02/2010

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito em exercício

## Vidal Ramos

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Inexigibilidade De Licitação 09/2010 - Show Nativos

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

Inexigibilidade de Licitação 09/2010 – Show com Banda Nativos, que será realizado no dia 26/03/2010 no Parque de Eventos do município de Vidal Ramos.

Fundamentação legal com base no art. 25 inciso III da Lei 8.666/93.

Valor da contratação R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Vidal Ramos (SC), 18 de março de 2010.

NABOR JOSÉ SCHMITZ

Prefeito Municipal

## Videira

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Pregão Presencial Nº 57/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2010 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 57/2010. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO INDUSTRIAL, GÁS PARA SOLDA MIG E ACETILENO PARA USO NOS APARELHOS DE SOLDA DA OFICINA MECÂNICA E DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 08 de Abril de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 17 de Março de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

#### Pregão Presencial Nº 58/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2010 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 58/2010. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DA RETROESCAVADEIRA CASE 580L, ANO 2001, FROTA 89, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 08 de Abril de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 18 de Março de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**ANEXO IV - GASTOS COM SAÚDE****DECRETO 8.766/07****ANEXO IV****CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE FEVEREIRO DE 2010**

<b>DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE</b>	
<b>1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	<b>ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS</b>
<b>RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO</b>	
1.1 - IPTU	450,48
1.2 - ITBI	135.271,60
1.3 - ISS	679.995,58
1.4 - IRRF	119.274,02
1.5 - FPM	2.156.487,68
1.6 - ITR	3.597,35
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO	33.415,00
1.8 - ICMS	4.596.678,51
1.9 - IPVA	459.053,90
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO	98.293,91
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	55.014,40
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS	45.689,26
<b>1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS</b>	<b>8.383.221,69</b>

<b>2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE</b>	<b>ACUMULADO ATÉ O MÊS</b>
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)	1.257.483,25
2.2 - RECURSOS PAB	138.471,00
2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - PAB	3.087,82
2.4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PAB	308.776,27
2.5 - CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	149.923,50
2.6 SUPERÁVIT FINANCEIRO DE CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	1.669.634,67
<b>TOTAL</b>	<b>3.527.376,51</b>

<b>3. APLICAÇÃO</b>	<b>EXIGÊNCIA LEGAL</b>	<b>LIQUIDADA</b>	<b>DIFERENÇA</b>
3.1 - Ações básicas de Saúde - Próprios	1.257.483,25	1.090.952,07	-166.531,18
3.2 - Ações básicas de Saúde - PAB/Convênios (2.2+2.5)	2.269.893,26	125.881,75	-2.144.011,51
<b>TOTAL</b>	<b>3.527.376,51</b>	<b>1.216.833,82</b>	<b>-2.310.542,69</b>

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 17 de março de 2.010.

\_\_\_\_\_  
 Juliane M.C.Wartha  
 Contadora CRC-SC 024015/O-6

\_\_\_\_\_  
 Sandro Antonio Caregnato  
 Secretária Mun. de Saúde e Ação Social

\_\_\_\_\_  
 Wilmar Carelli  
 Prefeito Municipal



**RREO INPREVID 1º bim-2010**

Betha Sistemas

**SANTA CATARINA**

Exercício de 2010

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

1º bimestre

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Indireta - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID

Receita	No Bimestre	Despesa	No Bimestre
RECEITAS	1.272.791,43	Previdência Social	563.716,35
RECEITAS CORRENTES	842.630,78	Previdência do Regime Estatutário	563.716,35
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	155.638,10	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	563.716,35
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	155.638,10		
Contrib. Previd. do Regime Próprio	155.638,10		
Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	154.365,52		
Contrib de Servidor Inativo para o RPPS	1.272,58		
RECEITA PATRIMONIAL	686.992,68		
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	686.992,68		
Remuneração de Depósitos Bancários	686.992,68		
Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculad	686.992,68		
Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vincul	686.992,68		
Rendimento de Aplicações no Banco do Brasil	433.035,11		
Rendimentos de Aplicações na Caixa Econômica	200.318,53		
Rendimentos de Aplicações no BESC	53.639,04		
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	430.160,65		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	430.160,65		
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	430.160,65		
Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orçam.	430.160,65		
Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorç	306.879,75		
Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorç	306.879,75		
Contribuição Previdenc para Amortiz do Déficit Ati	123.280,90		
<b>Total Geral da Receita</b>	<b>1.272.791,43</b>	<b>Total Geral da Despesa</b>	<b>563.716,35</b>

VIDEIRA, 17/03/2010

SIDNEI LUIZ RIQUETTA  
CONTADOR CRC.SC- 029.989/O-1

VILSO VANZ  
PRESIDENTE



**Balancete Financeiro INPREVID 1º bim-2010****SANTA CATARINA****INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	950.079,30	Despesa Orçamentária	235.260,24
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	154.428,75	Despesas exceto Intra-orçamentárias	235.260,24
RECEITA PATRIMONIAL	365.630,62	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	228.197,91
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	430.019,93	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.062,33
Receita Extra - Orçamentária	314.741,34	Despesa Extra - Orçamentária	286.742,25
DEPOSITOS	45.982,01	DEPOSITOS	45.982,01
CONSIGNACOES	44.966,72	CONSIGNACOES	44.966,72
PENSAO ALIMENTICIA	963,00	PENSAO ALIMENTICIA	963,00
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	5.066,89	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	5.066,89
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MI	28.402,06	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA	28.402,06
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	10.534,77	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	10.534,77
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.015,29	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.015,29
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.015,29	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.015,29
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	235.260,24	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	240.760,24
OBRIGACOES A PAGAR	235.260,24	OBRIGACOES A PAGAR	240.760,24
FORNECEDORES	7.062,33	FORNECEDORES	12.562,33
PESSOAL A PAGAR	3.876,59	PESSOAL A PAGAR	3.876,59
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	224.321,32	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	224.321,32
INTERFERENCIAS ATIVAS	32.434,88		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	32.434,88		
REPASSES PREVIDENCIARIOS RECEBIDOS P	32.434,88		
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.064,21		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.064,21		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	1.064,21		
Saldos anteriores	46.683.038,73	Saldos atuais	47.425.856,88
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	47.738.173,19	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	48.481.796,40
BANCO C/ MOVIMENTO	50.895,49	BANCO C/ MOVIMENTO	49.026,22
INVESTIMENTOS DO RPPS	-1.106.029,95	INVESTIMENTOS DO RPPS	-1.104.965,74
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	47.947.859,37	Total	47.947.859,37

VIDEIRA, 17/03/2010

SIDNEI LUIZ RIQUETTA  
CONTADOR CRC.SC- 029.989/O-1

VILSO VANZ  
PRESIDENTE

